

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	10
DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	11
Demonstração do Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	15
Demonstração do Resultado	17
Demonstração do Fluxo de Caixa	19

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	21
DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	22
Demonstração do Valor Adicionado	23

Comentário do Desempenho	24
Notas Explicativas	29
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	106

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	109
	111

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.087.050.297
Preferenciais	265.583.803
Total	1.352.634.100
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	22/01/2010	Dividendo	15/06/2011	Ordinária		3,25448
Reunião do Conselho de Administração	22/01/2010	Dividendo	15/06/2011	Preferencial	Preferencial Classe A	4,13794
Reunião do Conselho de Administração	22/01/2010	Dividendo	15/06/2011	Preferencial	Preferencial Classe B	0,05225
Assembléia Geral Ordinária	16/06/2011	Juros sobre Capital Próprio	29/06/2011	Ordinária		0,87734
Assembléia Geral Ordinária	16/06/2011	Juros sobre Capital Próprio	29/06/2011	Preferencial	Preferencial Classe A	2,29181
Assembléia Geral Ordinária	16/06/2011	Juros sobre Capital Próprio	29/06/2011	Preferencial	Preferencial Classe B	1,71892

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	106.466.923	105.663.349
1.01	Ativo Circulante	18.787.621	20.839.355
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.995.361	7.656.920
1.01.01.01	Caixa e Equivalente de Caixa	818.091	5.598.702
1.01.01.02	Caixa restrito	2.177.270	2.058.218
1.01.02	Aplicações Financeiras	6.248.693	5.811.767
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	6.248.693	5.811.767
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	6.248.693	5.811.767
1.01.03	Contas a Receber	375.472	428.633
1.01.03.01	Clientes	375.472	428.633
1.01.04	Estoques	620	607
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	9.167.475	6.941.428
1.01.08.03	Outros	9.167.475	6.941.428
1.01.08.03.01	Empréstimo e Financiamentos	3.211.632	2.644.139
1.01.08.03.02	Conta de Consumo de Combustível - CCC	1.673.325	1.428.256
1.01.08.03.03	Remuneração dos Investimentos	1.798.262	684.073
1.01.08.03.04	Devedores diversos	313.527	173.255
1.01.08.03.05	Ativos Fiscais Diferidos	1.693.528	1.370.133
1.01.08.03.06	Ativo financeiro de Itaipu	321.676	413.423
1.01.08.03.07	Diversos	155.525	228.149
1.02	Ativo Não Circulante	87.679.302	84.823.994
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	35.941.956	32.636.163
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	788.215	761.750
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	788.215	761.750
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.047.274	1.835.272
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.047.274	1.835.272
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	34.106.467	30.039.141
1.02.01.09.03	Ativo financeiro de Itaipu	1.687.316	824.574
1.02.01.09.04	Financiamentos e Empréstimos	24.021.396	22.117.783
1.02.01.09.05	Cauções e Depósitos vinculados	549.142	562.665
1.02.01.09.06	Conta de consumo de Combustível - CCC	706.726	785.327
1.02.01.09.07	Adiantamento para participação societária	6.889.615	5.548.884
1.02.01.09.08	Diversos	252.272	199.908
1.02.02	Investimentos	51.577.726	52.035.980
1.02.02.01	Participações Societárias	51.577.726	52.035.980
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	6.175.003	6.121.064
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	47.363.791	47.811.843
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	-1.961.068	-1.896.927
1.02.03	Imobilizado	111.006	101.848
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	109.327	100.181
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.679	1.667
1.02.04	Intangível	48.614	50.003
1.02.04.01	Intangíveis	48.614	50.003
1.02.04.01.02	Outros	48.614	50.003

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	106.466.923	105.663.349
2.01	Passivo Circulante	8.220.881	7.902.865
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	31.680	28.983
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	31.680	28.983
2.01.02	Fornecedores	274.622	365.965
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	274.622	365.965
2.01.03	Obrigações Fiscais	12.406	76.680
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	12.406	76.680
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	12.406	76.680
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	432.865	275.908
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	432.865	275.908
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	432.865	275.908
2.01.05	Outras Obrigações	7.469.308	7.155.329
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	105.669	92.770
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	105.669	92.770
2.01.05.02	Outros	7.363.639	7.062.559
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	3.280.148	3.340.024
2.01.05.02.04	Empréstimo Compulsório	15.049	16.191
2.01.05.02.05	Adiantamento de Clientes	299.453	302.100
2.01.05.02.06	Conta de Consumo de Combustível	2.759.562	2.579.546
2.01.05.02.07	Obrigações de ressarcimento	920.091	759.214
2.01.05.02.08	Previdência complementar	11.000	0
2.01.05.02.09	Diversos	78.336	65.484
2.02	Passivo Não Circulante	20.745.137	27.456.370
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	14.267.182	13.429.818
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	14.267.182	13.429.818
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	8.623.689	8.159.038
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	5.643.493	5.270.780
2.02.02	Outras Obrigações	4.665.198	12.534.158
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	184.099	250.485
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	184.099	250.485
2.02.02.02	Outros	4.481.099	12.283.673
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	136.741	5.173.856
2.02.02.02.03	Empréstimo Compulsório	150.219	141.425
2.02.02.02.04	Remuneração aos Acionistas	3.061.358	5.601.077
2.02.02.02.05	Conta de consumo de combustível - CCC	706.726	785.327
2.02.02.02.06	Previdência complementar	30.617	30.617
2.02.02.02.07	Diversos	395.438	551.371
2.02.04	Provisões	1.812.757	1.492.394
2.02.04.02	Outras Provisões	1.812.757	1.492.394
2.02.04.02.04	Provisões para contingências	1.225.065	1.290.567
2.02.04.02.05	Provisões para passivos a descoberto em controladas	587.692	201.827
2.03	Patrimônio Líquido	77.500.905	70.304.114
2.03.01	Capital Social Realizado	31.305.331	26.156.567
2.03.02	Reservas de Capital	26.048.342	26.048.342
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	3.384.310	3.384.310

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.03.02.07	Doações e subvenções	19.258.527	19.258.527
2.03.02.08	Outras reservas de capital	3.405.505	3.405.505
2.03.04	Reservas de Lucros	16.590.993	17.558.052
2.03.04.01	Reserva Legal	2.046.389	2.046.389
2.03.04.02	Reserva Estatutária	14.544.604	14.758.462
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	753.201
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	3.108.837	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	225.816	163.335
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	221.586	377.818

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	389.594	1.876.555	810.345	1.413.390
3.03	Resultado Bruto	389.594	1.876.555	810.345	1.413.390
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-471.636	-731.600	-565.528	-807.445
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.023.556	-2.552.087	-1.599.038	-3.610.172
3.04.02.01	Pessoal, material e serviços	-104.293	-340.483	-132.324	-324.207
3.04.02.02	Energia comprada para revenda	-501.692	-1.442.053	-476.251	-1.392.161
3.04.02.03	Depreciação e amortização	-1.591	-4.812	-1.821	-5.454
3.04.02.04	Provisões operacionais	-262.226	-445.152	-923.663	-1.669.951
3.04.02.05	Doações e contribuições	-43.397	-167.782	-36.161	-131.190
3.04.02.06	Outras	-110.357	-151.805	-28.818	-87.209
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	551.920	1.820.487	1.033.510	2.802.727
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-82.042	1.144.955	244.817	605.945
3.06	Resultado Financeiro	2.294.308	2.560.654	-145.148	1.410.725
3.06.01	Receitas Financeiras	2.064.655	4.027.712	633.608	3.109.301
3.06.01.01	Receitas de juros, comissões e taxas	452.847	1.301.652	518.515	1.628.039
3.06.01.02	Receitas de aplicações financeiras	449.018	1.199.540	346.334	907.595
3.06.01.03	Acréscimo moratório sobre energia elétrica	20.413	29.611	0	0
3.06.01.04	Atualizações monetárias	167.887	522.419	110.584	451.771
3.06.01.05	Atualizações cambiais ativas	974.490	974.490	-357.987	0
3.06.01.06	Outras receitas financeiras	0	0	16.162	121.896
3.06.02	Despesas Financeiras	229.653	-1.467.058	-778.756	-1.698.576
3.06.02.01	Encargos de dívidas	-160.855	-478.260	-160.599	-490.111
3.06.02.02	Encargos sobre recursos de acionistas	-179.167	-830.070	-337.736	-928.044
3.06.02.03	Atualizações cambiais passivas	634.907	0	-280.421	-280.421
3.06.02.04	Outras despesas financeiras	-65.232	-158.728	0	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.212.266	3.705.609	99.669	2.016.670
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-647.956	-530.106	45.550	-296.180
3.08.01	Corrente	-647.956	-530.106	45.550	-296.180

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.564.310	3.175.503	145.219	1.720.490
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.564.310	3.175.503	145.219	1.720.490
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.094.048	1.636.867
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.469.788	-52.061
6.01.01.01	Resultado antes do IR e d CSSL	3.705.609	2.016.670
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	4.812	5.454
6.01.01.03	Variação Monetária/Cambial	-678.149	400.573
6.01.01.04	Encargos Financeiros	-1.084.850	-1.404.600
6.01.01.05	Resultado da equivalência Patrimonial	-1.820.487	-2.802.726
6.01.01.06	Provisão para contingências	-65.502	246.616
6.01.01.07	Prov.p/Créditos de liquidação duvidosa	47.530	21.910
6.01.01.08	Encargos de reserva global de reversão	261.458	244.969
6.01.01.09	Encargos sobre recursos de acionistas	830.070	331.310
6.01.01.10	Prov. para perda com Investimento	64.142	1.050.416
6.01.01.11	Provisão para passiv a descoberto	373.711	-53.660
6.01.01.12	Outras	-168.556	-108.993
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.551.199	405.845
6.01.02.01	Caixa restrito	-119.052	-415.319
6.01.02.02	Contas a receber	53.161	-177.011
6.01.02.03	Títulos e valores mobiliários	-463.391	383.363
6.01.02.04	Conta de consumo de combustível	-166.468	-551.121
6.01.02.05	Devedores diversos	-140.272	-231.195
6.01.02.06	Ativo financeiro de Itaipu	-770.995	-54.455
6.01.02.07	Empréstimo compulsório	7.652	20.842
6.01.02.08	Fornecedores	-91.343	-39.666
6.01.02.09	Adiantamento de clientes	-2.647	280.960
6.01.02.10	Almoxarifado	-13	-377
6.01.02.11	Conta de consumo de combustível	101.415	718.028
6.01.02.12	Obrigações estimadas	2.697	3.559
6.01.02.13	Obrigações de ressarcimento	160.877	431.355
6.01.02.14	Diversos	-122.820	36.882
6.01.03	Outros	1.175.459	1.283.083
6.01.03.01	Pagamento de encargos financeiros	-268.663	-203.393
6.01.03.02	Pagto.Enc.da.Reserva Global de Reversão	-200.850	-629.839
6.01.03.03	Recebimento de encargos financeiros	991.333	1.297.163
6.01.03.04	Pagamento de IR e CSSL	-472.486	-79.874
6.01.03.05	Depósitos judiciais	31.844	-19.923
6.01.03.06	Receb.de remun.de invest.em partic. societária	1.094.281	918.949
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.000.053	178.157
6.02.01	Concessão de empréstimo e financiamentos	-2.306.147	-2.904.808
6.02.02	Recebim.de emprést.e financ. concedidos	1.656.096	4.488.503
6.02.03	Aquisição de ativo imobilizado	-12.533	-907
6.02.04	Aquisição/aporte de cap.em part. societária	-167.601	-1.412.474
6.02.05	Concessão de adto.para futuro aumento de capital	-1.169.868	0
6.02.06	Outros	0	7.843
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-3.874.606	-2.733.077
6.03.01	Emp.Financiamento obtidos a Longo Prazo	4.701	29.585

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.03.02	Pagto.de emp. financiamento principal	-785.475	-128.426
6.03.03	Pagato.e remuneração aos acionistas	-4.040.258	-3.352.753
6.03.04	Emp.Compulsório e Res. Global de Reversão	946.426	688.878
6.03.05	Outros	0	29.639
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-4.780.611	-918.053
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.598.702	5.576.540
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	818.091	4.658.487

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	26.156.567	26.048.342	16.804.852	916.535	377.818	70.304.114
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-4.185	0	-4.185
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	26.156.567	26.048.342	16.804.852	912.350	377.818	70.299.929
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.148.764	0	-213.859	-753.201	0	4.181.704
5.04.01	Aumentos de Capital	5.148.764	0	0	0	0	5.148.764
5.04.06	Dividendos	0	0	-213.859	-753.201	0	-967.060
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.175.503	-156.231	3.019.272
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.175.503	0	3.175.503
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-156.231	-156.231
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-20.431	-20.431
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	6.947	6.947
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	9.490	9.490
5.05.02.06	Outros resultados abrangentes reflexos	0	0	0	0	-152.237	-152.237
5.07	Saldos Finais	31.305.331	26.048.342	16.590.993	3.334.652	221.587	77.500.905

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	26.156.567	26.048.342	19.009.667	-2.795.561	827.491	69.246.506
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	54.735	0	54.735
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	26.156.567	26.048.342	19.009.667	-2.740.826	827.491	69.301.241
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	879	-370.755	0	-369.876
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	879	0	0	879
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-386.045	0	-386.045
5.04.08	Encargos financeiros - Decreto 2.673/98	0	0	0	15.290	0	15.290
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.720.490	-253.855	1.466.635
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.720.490	0	1.720.490
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-253.855	-253.855
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	24.176	24.176
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-8.220	-8.220
5.05.02.06	Ajuste de variação cambial	0	0	0	0	-2.350	-2.350
5.05.02.07	Outros resultados abrangentes reflexos	0	0	0	0	-267.461	-267.461
5.07	Saldos Finais	26.156.567	26.048.342	19.010.546	-1.391.091	573.636	70.398.000

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	2.002.398	1.546.476
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.002.398	1.546.476
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.675.891	-1.554.254
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-233.838	-162.093
7.02.04	Outros	-1.442.053	-1.392.161
7.02.04.01	Energia comprada para revenda	-1.442.053	-1.392.161
7.03	Valor Adicionado Bruto	326.507	-7.778
7.04	Retenções	-449.964	-1.675.405
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4.812	-5.454
7.04.02	Outras	-445.152	-1.669.951
7.04.02.01	Proviões operacionais	-445.152	-1.669.951
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-123.457	-1.683.183
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	5.689.471	5.631.607
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.820.487	2.802.727
7.06.02	Receitas Financeiras	3.868.984	2.828.880
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.566.014	3.948.424
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.566.014	3.948.424
7.08.01	Pessoal	258.450	249.323
7.08.01.01	Remuneração Direta	241.893	217.954
7.08.01.04	Outros	16.557	31.369
7.08.01.04.01	Plano de aposentadoria e pensão	16.557	31.369
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	655.949	429.266
7.08.02.01	Federais	655.949	429.266
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.476.112	1.549.345
7.08.03.01	Juros	1.308.330	1.418.155
7.08.03.03	Outras	167.782	131.190
7.08.03.03.01	Doações e contribuições	167.782	131.190
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.175.503	1.720.490
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	3.175.503	1.720.490

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	152.944.842	146.901.000
1.01	Ativo Circulante	30.867.487	32.441.235
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	7.080.514	11.278.387
1.01.01.01	Caixa e Equivalente de Caixa	4.903.244	9.220.169
1.01.01.02	Caixa restrito	2.177.270	2.058.218
1.01.02	Aplicações Financeiras	7.077.668	6.774.073
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	7.077.668	6.774.073
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	7.077.668	6.774.073
1.01.03	Contas a Receber	3.967.425	3.651.295
1.01.03.01	Clientes	3.967.425	3.651.295
1.01.04	Estoques	672.588	676.609
1.01.04.01	Almoxarifado	374.616	378.637
1.01.04.02	Estoque de combustível nuclear	297.972	297.972
1.01.07	Despesas Antecipadas	74.904	40.418
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	11.994.388	10.020.453
1.01.08.03	Outros	11.994.388	10.020.453
1.01.08.03.01	Empréstimo e financiamentos	1.493.494	1.359.269
1.01.08.03.02	Conta de consumo de combustível	2.531.087	3.041.484
1.01.08.03.03	Remuneração de Investimentos	204.438	178.604
1.01.08.03.04	Direito de ressarcimento	371.637	324.451
1.01.08.03.05	Devedores diversos	786.601	478.367
1.01.08.03.06	Ativos diferidos	2.560.078	1.825.905
1.01.08.03.07	Ativo financeiro de Itaipu	933.079	997.015
1.01.08.03.08	Ativos financeiros de contratos de concessão	1.180.201	726.507
1.01.08.03.09	Instrumentos financeiros	269.949	283.220
1.01.08.03.10	Diversos	1.663.824	805.631
1.02	Ativo Não Circulante	122.077.355	114.459.765
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	64.129.662	60.788.648
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	796.050	769.905
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	796.050	769.905
1.02.01.03	Contas a Receber	1.491.415	1.834.927
1.02.01.03.01	Clientes	1.491.415	1.834.927
1.02.01.04	Estoques	835.914	799.556
1.02.01.04.01	Almoxarifado	295.510	275.599
1.02.01.04.02	Estoque de combustível nuclear	540.404	523.957
1.02.01.06	Tributos Diferidos	4.045.731	4.338.682
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.045.731	4.338.682
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	56.960.552	53.045.578
1.02.01.09.03	Ativos financeiros de contrato de concessão	26.671.746	24.995.626
1.02.01.09.04	Ativo financeiro de Itaipu	17.565.337	15.648.086
1.02.01.09.05	Financiamentos e empréstimos	8.477.099	8.300.171
1.02.01.09.06	Cauções e depósitos vinculados	2.095.471	1.750.678
1.02.01.09.07	Conta de consumo de combustível	1.175.454	1.156.926
1.02.01.09.08	Adiantamento para participação societária	7.141	7.141
1.02.01.09.09	Instrumentos financeiros	261.489	297.020
1.02.01.09.10	Diversos	706.815	889.930

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1.02.02	Investimentos	4.695.165	4.724.647
1.02.02.01	Participações Societárias	4.695.165	4.724.647
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	3.004.667	3.039.866
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.690.498	1.684.781
1.02.03	Imobilizado	50.879.835	46.682.498
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	33.038.893	36.374.979
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	17.840.942	10.307.519
1.02.04	Intangível	2.372.693	2.263.972
1.02.04.01	Intangíveis	2.372.693	2.263.972
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	833.433	932.509
1.02.04.01.02	Outros	1.539.260	1.331.463

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	152.944.842	146.901.000
2.01	Passivo Circulante	20.671.692	18.369.509
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	976.050	772.071
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	976.050	772.071
2.01.02	Fornecedores	4.367.881	5.165.765
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	4.367.881	5.165.765
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.210.234	1.102.672
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.210.234	1.102.672
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.210.234	1.102.672
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	4.121.207	1.988.950
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	3.981.465	1.868.465
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	3.056.728	1.229.757
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	924.737	638.708
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	139.742	120.485
2.01.05	Outras Obrigações	9.682.839	9.082.471
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	105.669	92.770
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	105.669	92.770
2.01.05.02	Outros	9.577.170	8.989.701
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.330.691	3.424.520
2.01.05.02.04	Empréstimo compulsório	15.760	16.925
2.01.05.02.05	Adiantamento de clientes	343.551	341.462
2.01.05.02.06	Conta de consumo de combustível	2.759.562	2.579.546
2.01.05.02.07	Obrigações de ressarcimento	920.091	759.214
2.01.05.02.08	Previdência complementar	351.361	330.828
2.01.05.02.09	Taxas regulamentares	811.348	584.240
2.01.05.02.10	Concessões a pagar	23.894	0
2.01.05.02.11	Instrumentos financeiros	297.352	237.209
2.01.05.02.12	Diversos	723.560	715.757
2.01.06	Provisões	313.481	257.580
2.01.06.02	Outras Provisões	313.481	257.580
2.01.06.02.04	Provisões para contingências	313.481	257.580
2.02	Passivo Não Circulante	54.534.957	58.001.081
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	36.055.516	32.964.518
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	34.285.452	31.269.971
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	20.044.046	18.017.419
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	14.241.406	13.252.552
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	1.770.064	1.694.547
2.02.02	Outras Obrigações	12.498.146	19.541.657
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	184.099	250.485
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	184.099	250.485
2.02.02.02	Outros	12.314.047	19.291.172
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	136.741	5.173.856
2.02.02.02.03	Empréstimo compulsório	150.219	141.425
2.02.02.02.04	Remuneração aos acionistas	3.061.358	5.601.077
2.02.02.02.05	Conta de consumo de combustível - CCC	2.186.666	1.876.598
2.02.02.02.06	Previdência complementar	1.887.549	2.066.702

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.02.02.02.07	Adiantamento de clientes	890.990	928.653
2.02.02.02.08	Concessões a pagar	1.228.001	834.215
2.02.02.02.09	Instrumentos financeiros	261.489	303.331
2.02.02.02.10	Diversos	2.511.034	2.365.315
2.02.03	Tributos Diferidos	1.218.283	1.217.649
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.218.283	1.217.649
2.02.04	Provisões	4.371.223	3.901.289
2.02.04.02	Outras Provisões	4.371.223	3.901.289
2.02.04.02.04	Provisões para contingências	4.371.223	3.901.289
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	391.789	375.968
2.02.05.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas	391.789	375.968
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	77.738.193	70.530.410
2.03.01	Capital Social Realizado	31.305.331	26.156.567
2.03.02	Reservas de Capital	26.048.342	26.048.342
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	3.384.309	3.384.309
2.03.02.07	Doações e subvenções	19.258.527	19.258.527
2.03.02.08	Outras reservas de capital	3.405.506	3.405.506
2.03.04	Reservas de Lucros	16.590.993	17.558.052
2.03.04.01	Reserva Legal	2.046.390	2.046.390
2.03.04.02	Reserva Estatutária	14.544.603	14.758.461
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	753.201
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	3.108.837	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	225.816	163.335
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	221.586	377.818
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	237.288	226.296

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	7.097.198	20.689.462	6.999.764	19.075.696
3.03	Resultado Bruto	7.097.198	20.689.462	6.999.764	19.075.696
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-6.356.726	-16.867.579	-6.074.098	-16.048.664
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.544.250	-17.443.665	-6.240.507	-16.521.001
3.04.02.01	Pessoal, material e serviços	-1.943.960	-5.603.092	-2.006.295	-5.244.590
3.04.02.02	Energia comprada para revenda	-757.141	-2.475.601	-954.163	-2.646.850
3.04.02.03	Paratic.empregados e administradores no resultado	0	0	-24.896	-24.896
3.04.02.04	Combustível para produção de energia elétrica	-111.329	-374.644	202.559	-183.631
3.04.02.05	Uso da rede elétrica	-385.075	-1.053.464	-353.691	-1.150.217
3.04.02.06	Remuneração de ressarcimento	-368.825	-965.057	-270.483	-794.419
3.04.02.07	Operação e manutenção - distribuição	56.031	0	38.900	0
3.04.02.08	Construção	-1.039.115	-2.415.630	-736.375	-1.953.932
3.04.02.09	Operação e manutenção - trnasmissão	8.086	0	0	0
3.04.02.10	Depreciação e amortização	-411.614	-1.244.473	-417.441	-1.203.445
3.04.02.11	Provisões operacionais	-845.743	-1.787.622	-1.070.515	-1.986.203
3.04.02.12	Resultado a compensar de Itaipu	-323.670	-581.495	-161.055	-670.869
3.04.02.13	Doações e contribuições	-61.809	-222.383	-50.473	-176.974
3.04.02.14	Outras	-360.086	-720.204	-436.579	-484.975
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	187.524	576.086	166.409	472.337
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	740.472	3.821.883	925.666	3.027.032
3.06	Resultado Financeiro	1.528.143	563.387	-344.717	81.675
3.06.01	Receitas Financeiras	1.710.727	3.449.543	726.857	2.709.185
3.06.01.01	Receitas de juros, comissões e taxas	218.939	543.446	233.121	655.786
3.06.01.02	Receitas de aplicações financeiras	581.217	1.534.747	418.215	1.108.809
3.06.01.03	Acréscimo moratório sobre energia elétrica	85.419	261.482	124.935	262.234
3.06.01.04	Atualizações monetárias	56.478	341.194	104.115	382.254
3.06.01.05	Atualizações cambiais ativas	768.674	768.674	-337.099	0
3.06.01.06	Outras receitas financeiras	0	0	183.570	300.102

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.06.02	Despesas Financeiras	-182.584	-2.886.156	-1.071.574	-2.627.510
3.06.02.01	Encargos de dívidas	-269.321	-1.237.352	-423.551	-1.198.339
3.06.02.02	Encargos de arrendamento mercantil	-83.728	-268.539	-83.112	-249.336
3.06.02.03	Encargos sobre recursos de acionistas	-222.608	-980.282	-343.040	-957.964
3.06.02.04	Atualizações cambiais passivas	689.906	0	-221.871	-221.871
3.06.02.05	Outras despesas financeiras	-296.833	-399.983	0	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.268.615	4.385.270	580.949	3.108.707
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-710.173	-1.190.896	-417.549	-1.362.083
3.08.01	Corrente	-710.173	-1.190.896	-417.549	-1.362.083
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.558.442	3.194.374	163.400	1.746.624
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.558.442	3.194.374	163.400	1.746.624
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.564.310	3.175.503	145.219	1.720.490
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-5.868	18.871	18.181	26.134
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	3.450.824	6.126.491
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	7.306.202	7.329.921
6.01.01.01	Resultado antes do IR e da CSSL	4.385.270	3.108.707
6.01.01.02	Depreciação e amortização	1.181.236	1.140.070
6.01.01.03	Amortização do intangível - distribuição	63.237	63.375
6.01.01.04	Variação Monetária/Cambial	-479.368	1.441.869
6.01.01.05	Encargos financeiros	151.012	-683.439
6.01.01.06	Receita de ativo financeiro(TIR)	-2.043.105	-1.835.095
6.01.01.07	Amortização do ativo financeiro (RAP)	1.732.302	1.611.454
6.01.01.08	Resultado de equivalência patrimonial	-576.086	-472.336
6.01.01.09	Provisões para contingências	235.483	554.463
6.01.01.10	Provisão para Cred.Liquidação duvidosa-PCLD	550.758	357.970
6.01.01.11	Prov. para redução ao vlr recuperável de ativos	409.000	0
6.01.01.12	Prov.pre.complem.-Benef.pós-emprego-Aval.Atuarial	-3.259	73.121
6.01.01.13	Ajuste a valor presente	17.313	-52.065
6.01.01.14	Encargos de reserva global de reversão	412.081	300.826
6.01.01.15	Encargos sobre recursos de acionistas	980.282	957.964
6.01.01.17	Instrumentos financeiros	82.937	-34.949
6.01.01.18	Provisão para perdas com investimentos	64.142	1.050.416
6.01.01.19	Outras	142.967	-252.430
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.890.879	-309.085
6.01.02.01	Caixa restrito	-119.052	-415.319
6.01.02.02	Contas a receber	27.382	-971.436
6.01.02.03	Títulos e valores mobiliários	-329.741	950.504
6.01.02.04	Conta de consumo de combustível	491.869	-1.281.872
6.01.02.05	Direito de ressarcimento	-47.186	-86.824
6.01.02.06	Devedores diversos	-308.234	-342.589
6.01.02.07	Almoxarifado	-15.890	318.283
6.01.02.08	Estoque de combustível nuclear	-16.447	-259.056
6.01.02.09	Ativo financeiro de Itaipu	-1.853.314	1.016.683
6.01.02.10	Empréstimo compulsório	7.629	20.842
6.01.02.11	Fornecedores	-797.884	660.439
6.01.02.12	Adiantamento de clientes	-35.574	243.268
6.01.02.13	Conta de consumo de combustível	490.084	1.147.213
6.01.02.14	Concessões a pagar	417.680	-668.512
6.01.02.15	Arrendamento Mercantil	94.774	50.069
6.01.02.16	Obrigações Estimadas	203.979	231.676
6.01.02.17	Obrigações de ressarcimento	160.877	431.355
6.01.02.18	Taxas regulamentares	227.108	-10.390
6.01.02.19	Instrumentos financeiros	67.103	-147.896
6.01.02.20	Diversos	-556.042	-1.195.523
6.01.03	Outros	-1.964.499	-894.345
6.01.03.01	Pagamento de encargos financeiros	-1.101.405	-878.478
6.01.03.02	Pagto.Encargos da Reserva Global de Reversão	-354.486	-797.796
6.01.03.03	Recebimento de encargos financeiros	253.482	615.319

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01.03.04	Pagto. IR e CSSL	-966.064	-562.063
6.01.03.05	Receb.de rem. de invest.em part. societária	358.696	875.776
6.01.03.06	Depósitos judiciais	-154.722	-147.103
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-6.478.870	-4.953.242
6.02.01	Concessão de empréstimos e financiamentos	-261.206	-3.804.970
6.02.02	Recebimento de empréstimos e financiamentos	896.801	2.069.645
6.02.03	Crédito de energia renegociados recebidos	177.894	251.414
6.02.04	Aquisição de ativo imobilizado	-5.461.119	-2.780.627
6.02.05	Aquisição de ativo intangível	-119.337	-49.075
6.02.06	Aquisição de ativo intangível - Distribuição	-33.949	-108.128
6.02.07	Aquisição de ativo financeiro - Transmissão	-1.609.225	-373.444
6.02.08	Aquisição/aporte de capia em participa. societárias	0	-315.208
6.02.10	Outros	-68.729	157.151
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.288.879	-1.914.117
6.03.01	Empréstimos e financiamentos obtidos a longo prazo	3.146.071	613.484
6.03.02	Pagto.de empréstimos e financiamentos- principal	-1.611.949	-780.271
6.03.03	Pagto. de remuneração aos acionistas	-4.063.609	-2.616.405
6.03.04	Pagto.de refinanc.de impostos e cont.-principal	-54.802	-69.131
6.03.05	Recebimento de adto.para futuro aumento de capital	151.629	0
6.03.06	Emp.Comp. e Res. Global de Reversão	946.426	688.878
6.03.07	Outros	197.355	249.328
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-4.316.925	-740.868
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	9.220.169	8.617.294
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.903.244	7.876.426

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	26.156.567	26.048.342	16.804.852	916.535	377.818	70.304.114	226.296	70.530.410
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-4.185	0	-4.185	0	-4.185
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	26.156.567	26.048.342	16.804.852	912.350	377.818	70.299.929	226.296	70.526.225
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.148.764	0	-213.859	-753.201	0	4.181.704	0	4.181.704
5.04.01	Aumentos de Capital	5.148.764	0	0	0	0	5.148.764	0	5.148.764
5.04.06	Dividendos	0	0	-213.859	-753.201	0	-967.060	0	-967.060
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.175.503	-156.231	3.019.272	10.992	3.030.264
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.175.503	0	3.175.503	18.871	3.194.374
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-156.231	-156.231	-7.879	-164.110
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-20.431	-20.431	0	-20.431
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	6.947	6.947	0	6.947
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	9.490	9.490	0	9.490
5.05.02.06	Outros resultados abrangentes reflexos	0	0	0	0	-152.237	-152.237	-7.879	-160.116
5.07	Saldos Finais	31.305.331	26.048.342	16.590.993	3.334.652	221.587	77.500.905	237.288	77.738.193

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	26.156.567	26.048.342	19.009.667	-2.795.561	827.491	69.246.506	132.543	69.379.049
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	54.735	0	54.735	0	54.735
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	26.156.567	26.048.342	19.009.667	-2.740.826	827.491	69.301.241	132.543	69.433.784
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	879	-370.755	0	-369.876	0	-369.876
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	879	0	0	879	0	879
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-386.045	0	-386.045	0	-386.045
5.04.08	Encargos financeiros - Decreto 2.673/98	0	0	0	15.290	0	15.290	0	15.290
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.720.490	-253.855	1.466.635	77.768	1.544.403
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.720.490	0	1.720.490	26.134	1.746.624
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-253.855	-253.855	51.634	-202.221
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	24.176	24.176	0	24.176
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-8.220	-8.220	0	-8.220
5.05.02.06	Ajuste de variação cambial	0	0	0	0	-2.350	-2.350	0	-2.350
5.05.02.07	Outros resultados abrangentes reflexos	0	0	0	0	-267.461	-267.461	51.634	-215.827
5.07	Saldos Finais	26.156.567	26.048.342	19.010.546	-1.391.091	573.636	70.398.000	210.311	70.608.311

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	24.134.497	22.184.459
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	23.907.648	21.894.604
7.01.02	Outras Receitas	226.849	289.855
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-11.500.251	-10.587.891
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-7.403.131	-6.661.936
7.02.04	Outros	-4.097.120	-3.925.955
7.02.04.01	Encargos setoriais	-1.246.875	-1.095.474
7.02.04.02	Energia comprada para revenda	-2.475.601	-2.646.850
7.02.04.03	Combustível para produção de energia elétrica	-374.644	-183.631
7.03	Valor Adicionado Bruto	12.634.246	11.596.568
7.04	Retenções	-3.032.095	-3.189.648
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.244.473	-1.203.445
7.04.02	Outras	-1.787.622	-1.986.203
7.04.02.01	Provisões operacionais	-1.787.622	-1.986.203
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	9.602.151	8.406.920
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.626.218	2.959.652
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	576.086	472.337
7.06.02	Receitas Financeiras	3.050.132	2.487.315
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	13.228.369	11.366.572
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	13.228.369	11.366.572
7.08.01	Pessoal	3.935.810	3.661.963
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.852.152	3.583.079
7.08.01.04	Outros	83.658	78.884
7.08.01.04.01	Plano de aposentadoria e pensão	83.658	78.884
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.389.056	3.375.372
7.08.02.01	Federais	3.389.056	3.375.372
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.709.129	2.582.613
7.08.03.01	Juros	2.486.746	2.405.639
7.08.03.03	Outras	222.383	176.974
7.08.03.03.01	Doações e contribuições	222.383	176.974
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.194.374	1.746.624
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	3.175.503	1.720.490
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	18.871	26.134



Demonstrações Contábeis – 3º ITR 2011

SUMÁRIO EXECUTIVO

Eletrobras lucra R\$ 3.175 milhões no 3º trimestre de 2011

Eletrobras alcançou um lucro de R\$ 3.175 milhões nos nove primeiros meses de 2011, equivalente a R\$ 2,80 por ação. No mesmo período do exercício de 2010 o lucro reapresentado com os efeitos da adoção do IFRS foi de R\$ 1.720 milhões, equivalente a R\$ 1,52 por ação, o que representa um crescimento de 84,57 % no seu resultado no período.

A receita financeira líquida fundamentalmente decorrentes dos financiamentos e empréstimos concedidos geraram um ganho de R\$ 1.302 milhões, representando, no entanto, uma queda de 20,05% no nível das receitas dessa natureza, em relação ao período anterior.

Nos 9 primeiros meses de 2011 a ELETROBRÁS registrou um ganho cambial de R\$ 974 milhões, contra uma perda de R\$ 280 milhões nos 9 primeiros meses do exercício de 2010. No tocante às variações monetárias decorrentes dos níveis internos de preços, nos 9 primeiros meses do exercício de 2011 a Companhia verificou um ganho de R\$ 522 milhões, enquanto que em 2010, foi apurado um ganho de R\$ 452 milhões.



Comentá

10



Demonstrações Contábeis – 3º ITR 2011

Resultado - Investimento em Participações Societárias

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Investimentos em controladas				
Equivalência patrimonial	1.292.672	2.341.775	-	-
Rendimentos de capital - ITAIPU	33.030	35.345	33.030	35.345
	<u>1.325.701</u>	<u>2.377.120</u>	<u>33.030</u>	<u>35.345</u>
Investimentos em coligadas				
Equivalência patrimonial	<u>402.909</u>	<u>355.902</u>	<u>451.180</u>	<u>367.287</u>
Juros sobre o capital próprio	18.940	13.974	18.940	13.974
Dividendos	81.859	49.509	81.859	49.509
Remuneração dos investimentos em parcerias	(8.923)	6.222	(8.924)	6.223
Outros investimentos	<u>91.876</u>	<u>69.705</u>	<u>91.875</u>	<u>69.706</u>
	<u><u>1.820.487</u></u>	<u><u>2.802.727</u></u>	<u><u>576.085</u></u>	<u><u>472.337</u></u>

CONTINGÊNCIAS

A ELETROBRÁS têm diversas ações no âmbito do judiciário, em vários estágios de julgamento, onde figura como ré.

Nesse sentido, para fazer face à eventuais perdas, são constituídas provisões para contingências, das seguintes naturezas:

I – Ações judiciais cíveis

A provisão para contingências cíveis, na controladora em 30 de setembro 2011, no valor de R\$ 1.220 milhões (30 de setembro de 2010 - R\$ 1.284 milhões), corresponde a ações judiciais que têm por objeto a aplicação, aos créditos escriturais do Empréstimo



Comentário

10



Demonstrações Contábeis – 3º ITR 2011

Compulsório constituídos a partir de 1978, de critérios de atualização monetária diversos daqueles estabelecidos na legislação específica.

Todas as ações judiciais estão em fase de defesa e foram oferecidos em garantia, nos recursos dessas ações judiciais, , que representam 6,79% do total da carteira de ações da ELETROBRÁS, conforme abaixo descrito:

30/09/2011			
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	VALOR DO INVESTIMENTO	PERCENTUAL DE BLOQUEIO	INVESTIMENTO BLOQUEADO
CTEEP	1.594.495	98,75%	1.574.518
EMAE	320.434	100,00%	320.434
CESP	186.692	95,88%	179.008
AES TIETE	710.751	88,94%	632.116
COELCE	175.338	41,04%	71.960
DUKE(CGEEP)	18.765	63,25%	11.870
CEMAT	516.583	86,66%	447.652
CEB	3.528	50,00%	1.764
CELPA	250.540	5,31%	13.295
CELPE	49.689	70,32%	34.940
CELESC	153.207	15,24%	23.350
CEMAR	322.915	57,62%	186.059
SUBTOTAL	<u>4.302.937</u>		<u>3.496.964</u>
Outros Investimentos	<u>47.181.497</u>		-
TOTAL	<u><u>51.484.434</u></u>	6,79%	<u><u>3.496.964</u></u>



Comentário

10



Demonstrações Contábeis – 3º ITR 2011

PROVISÕES OPERACIONAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Garantias	19.133	-	19.133	-
Contingências	(65.502)	246.616	235.483	554.463
PCLD - Consumidores e Revendedores	-	-	503.228	336.060
PCLD - Financiamentos e Empréstimos	47.530	21.910	47.530	21.910
Perdas na realização de AFAC's	-	416.792	-	-
Passivo a descoberto em Controladas	373.711	(53.660)	-	-
Perdas em Investimentos - diversos	64.142	1.050.416	64.142	1.050.416
Plano de readequação do quadro de pessoal	-	-	567.053	-
Impairment	-	-	409.000	-
Outras	6.138	(12.123)	(57.947)	23.354
	<u>445.152</u>	<u>1.669.951</u>	<u>1.787.622</u>	<u>1.986.203</u>



Comentário

10



Demonstrações Contábeis – 3º ITR 2011

RESULTADO POR SEGMENTO

Em milhares de reais

RESULTADO POR SEGMENTO	set/11				
	ADMINISTRAÇÃO	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO	TOTAL
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	45	13.672	4.784	2.188	20.689
DESPESAS OPERACIONAIS	(836)	(9.921)	(4.602)	(2.084)	(17.443)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(791)	3.751	182	104	3.246
RESULTADO FINANCEIRO	1.878	(961)	(306)	(47)	564
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	517	39	20	-	576
IRPJ / CSLL	(535)	(456)	(195)	(5)	(1.191)
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA	(11)	-	(8)	-	(19)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.058	2.373	(307)	52	3.176
RESULTADO POR SEGMENTO	set/10				
	ADMINISTRAÇÃO	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO	TOTAL
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	35	13.148	3.936	1.957	19.076
DESPESAS OPERACIONAIS	(2.008)	(9.080)	(3.631)	(1.802)	(16.521)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(1.973)	4.068	305	155	2.555
RESULTADO FINANCEIRO	794	(658)	(74)	20	82
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	451	49	(29)	-	471
IRPJ / CSLL	(296)	(790)	(269)	(7)	(1.362)
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA	(26)	-	-	-	(26)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(1.050)	2.669	(67)	168	1.720



CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.
Eletrobras
(COMPANHIA ABERTA)
CNPJ 00.001.180/0001-26
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DOS PERÍODOS FINDOS EM
30 de setembro de 2011
(CONTROLADORA E CONSOLIDADO)
(Em milhares de Reais)
NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

As Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobras” ou “Companhia”) é uma companhia de capital aberto, com sede em Brasília - DF - Setor Comercial Norte, Quadra 4, Bloco B, 100, sala 203 - Asa Norte, registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM e na Securities and Exchange Commission - SEC, com ações negociadas nas bolsas de valores de São Paulo (BOVESPA) - Brasil, Madri (LATIBEX) - Espanha e Nova York (NYSE) - Estados Unidos da América. Tem como objeto social realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas geradoras, de linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades. Tem como objeto, também, conceder financiamentos, prestar garantias, no País e no exterior, a empresas do serviço público de energia elétrica e que estejam sob seu controle acionário e em favor de entidades técnico-científicas de pesquisa; promover e apoiar a pesquisa de interesse do setor de energia elétrica, em especial ligadas às atividades de geração, transmissão e distribuição, bem como realizar estudos de aproveitamento de bacias hidrográficas para fins múltiplos; contribuir na formação do pessoal técnico necessário ao setor elétrico brasileiro, bem como na preparação de operários qualificados, mediante cursos especializados, podendo, também, conceder auxílio aos estabelecimentos de ensino do País ou bolsas de estudo no exterior e firmar convênios com entidades que colaborem na formação de pessoal técnico especializado; colaborar, técnica e administrativamente, com as empresas das quais participa acionariamente e com o Ministério de Minas e Energia.

A Companhia exerce a função de holding, gerindo investimentos em participações societárias, detendo o controle acionário direto em sete empresas de geração e/ou transmissão de energia elétrica (Furnas Centrais Elétricas S.A. - FURNAS, Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE, Amazonas Energia - AME, Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF, Centrais Elétricas S.A. - ELETROSUL, Eletrobras Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR, e Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE) e em quatro empresas distribuidoras de energia elétrica Companhia de Eletricidade do Acre - Eletroacre, Centrais Elétricas de Rondônia - Ceron, Companhia Energética de Alagoas - Ceal e Companhia Energética do Piauí - Cepisa.

A Companhia é controladora, também, da Eletrobras Participações S.A - Eletropar e, em regime de controle conjunto, da Itaipu Binacional - Itaipu, nos termos do Tratado Internacional firmado entre os Governos do Brasil e do Paraguai, Inambari Geração de Energia S.A. e Centrales Hidroelectricas de Centroamerica S.A. (CHC).

A Companhia é controladora indireta da empresa Boa Vista Energia, controlada integral da Eletronorte (a Eletronorte é controladora também da Estação Transmissora de Energia), que atua

Notas Explicativas

na geração e distribuição de energia elétrica no Estado de Roraima e da RS Energia, Artemis, Porto Velho transmissora de Energia, Uirapuru e SC Energia, controladas pela Eletrosul.

A Companhia participa, também, de forma minoritária, em sociedades nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, de participação direta e indireta, por meio de suas controladas. (Nota 16)

A Eletrobras é autorizada, diretamente ou por meio de suas subsidiárias ou controladas, a associar-se, com ou sem aporte de recursos, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no exterior, que se destinem direta ou indiretamente à exploração da produção ou transmissão de energia elétrica.

A Companhia é responsável, também, pela gestão de recursos setoriais, representados pela Reserva Global de Reversão - RGR, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, Utilização de Bem Público - UBP e Conta de Consumo de Combustível - CCC. Estes fundos financiam programas do Governo Federal de universalização de acesso à energia elétrica, de eficiência na iluminação pública, de incentivos às fontes alternativas de energia elétrica, de conservação de energia elétrica e a aquisição de combustíveis fósseis utilizados nos sistemas isolados de geração de energia elétrica, cujas movimentações financeiras não afetam o resultado da Companhia (exceto pela taxa de administração em determinados Fundos).

A emissão das Informações Trimestrais da Companhia foi autorizada pela Administração da Companhia em 10 de novembro de 2011.

NOTA 2 - CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Companhia, por intermédio de empresas controladas, detém diversas concessões de serviço público de energia elétrica - Geração, Transmissão e Distribuição, cujo detalhamento, capacidade instalada e prazos de vencimento não diferem das apresentadas nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010.

Caso concessões das controladas da Companhia não sejam renovadas ou venham a ocorrer mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Base de preparação

Essas Informações Trimestrais consolidadas são elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e a Norma Internacional de Contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB)

3.2. Declaração de conformidade

As Informações Trimestrais da Companhia compreendem:

- As Informações Trimestrais consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP; e
- As Informações Trimestrais individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - BR GAAP.

Notas Explicativas

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As Informações Trimestrais individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, em empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas Informações Trimestrais individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas Informações Trimestrais individuais da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas Informações Trimestrais consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas Informações Trimestrais individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas Informações Trimestrais individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Informações Trimestrais são compatíveis com aquelas aplicadas às Demonstrações Financeiras Anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados.

Essas Informações Trimestrais devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

3.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As bases de consolidação das Informações Trimestrais consolidadas incluem as Informações Trimestrais da Companhia e de suas controladas, inclusive entidades de propósitos específicos (controladas em conjunto) e as seguintes principais práticas de consolidação não diferem daquelas adotadas nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010.

Controladas (Consolidação integral)	30/09/2011		31/12/2010	
	Participação		Participação	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Amazonas Energia	100%	-	100%	-
Ceal	100%	-	100%	-
Cepisa	100%	-	100%	-
Ceron	100%	-	100%	-
CGTEE	100%	-	100%	-
Chesf	100%	-	100%	-
Eletroacre	93%	-	93%	-
Eletronorte	99%	-	99%	-
Eletronuclear	100%	-	100%	-
Eletropar	84%	-	84%	-
Eletrosul	100%	-	100%	-

Notas Explicativas

Furnas	100%	-	100%	-
RS Energia	-	100%	-	100%
Porto Velho Transmissora	-	100%	-	100%
Boa Vista	-	100%	-	100%
Estação Transmissora	-	100%	-	100%
Itaipu	50%	-	50%	-
Inambari	29%	49%	29%	49%
Norte Energia	15%	49%	15%	49%
CHC	50%	-	50%	-
Amapari	-	49%	-	49%
Amazônia Eletronorte	-	49%	-	49%
Artemis	-	100%	-	49%
Baguari	-	31%	-	31%
Brasnorte	-	50%	-	50%
Chapecoense	-	40%	-	40%
Cia de Transm. Centroeste de Minas	-	49%	-	49%
Construtora Integração	-	49%	-	49%
Enerpeixe	-	40%	-	40%
Eólica Cerro Chato I	-	90%	-	90%
Eólica Cerro Chato II	-	90%	-	90%
Eólica Cerro Chato III	-	90%	-	90%
Energia Sustentável	-	40%	-	40%
Goiás Transmissão	-	49%	-	49%
Integração Transmissora	-	49%	-	49%
Interligação Elétrica do Madeira	-	67%	-	67%
Linha Verde Transmissora	-	49%	-	49%
Madeira Energia	-	39%	-	39%
Manaus Construtora Ltda	-	20%	-	20%
Manaus Transmissora	-	50%	-	50%
MGE Transmissão	-	49%	-	49%
Norte Brasil Transmissora	-	49%	-	49%
Pedra Branca	-	49%	-	49%
Retiro Baixo	-	49%	-	49%
Rio Branco Transmissora	-	49%	-	49%
São Pedro do Lago	-	49%	-	49%
Serra do Facão	-	50%	-	50%
Sete Gameleiras	-	49%	-	49%
Sistema de Transmissão Nordeste	-	49%	-	49%
Transmissão Delmiro Gouveia	-	49%	-	49%
Transenergia Goiás	-	49%	-	49%
Transenergia Renovável	-	49%	-	49%
Transenergia São Paulo	-	49%	-	49%
Transudeste	-	25%	-	25%
Uirapuru	-	100%	-	49%
Companhia Hidrelétrica Teles Pires	-	49%	-	-

Notas Explicativas

3.4. Investimentos em coligadas

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e inclui ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada. Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em coligadas são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada. Quando a parcela da Companhia no prejuízo de uma coligada excede a participação da Companhia naquela coligada (incluindo qualquer participação de longo prazo que, na essência, esteja incluída no investimento líquido da Companhia na coligada), a Companhia deixa de reconhecer a sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Companhia tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas ou tiver efetuado pagamentos em nome da coligada.

Quando necessário, as Demonstrações Financeiras das Investidas são ajustadas de forma a adequar suas políticas contábeis, premissas e julgamentos as da Companhia quando da utilização destas para aplicação do método de equivalência Patrimonial (CPC 18).

3.5. Participações em empreendimentos em conjunto (*joint venture*)

A Companhia apresenta suas participações em entidades controladas em conjunto, nas suas Informações Trimestrais consolidadas, usando o método de consolidação proporcional. As participações da Companhia nos ativos, passivos e resultados das controladas em conjunto são combinadas com os correspondentes itens nas Informações Trimestrais consolidadas da Companhia linha a linha.

3.6. Políticas Contábeis

Na elaboração das Informações Trimestrais foram adotadas as mesmas políticas contábeis descritas nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010, envolvendo Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa, Conta de Consumo de Combustível – CCC, Depósitos Judiciais, Almoxarifado, Estoque de Combustível Nuclear, Imobilizado, Custos de empréstimos, Contratos de Concessão, Ativo financeiro – Concessão, Ativos intangíveis, Gastos com Estudos e Projetos, Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, excluindo o ágio, Ágio, Combinações de Negócios, Tributação, Impostos correntes, Concessões a pagar, Instrumentos financeiros, Ativos financeiros, Redução ao valor recuperável de ativos financeiros, Baixa de ativos financeiros, Passivos financeiros, Contratos de garantia financeira, Instrumentos financeiros derivativos, Derivativos embutidos, Contabilização de *hedge*, Obrigações com funcionários e aposentadoria, Outras obrigações pós-emprego, Participação nos resultados, Provisões, Provisão para desmobilização de ativos, Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais, Contratos onerosos, Adiantamento para futuro aumento de capital, Capital Social, Juros sobre o Capital Próprio e distribuição de dividendos, Outros resultados abrangentes, Reconhecimento de receita, Subvenções governamentais, Apuração do resultado do exercício, Paradas Programadas, Lucro básico e lucro diluído, Apresentação de relatórios por segmentos e Demonstração do Valor Adicionado – DVA. Os períodos aqui apresentados já estão adequados as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3.7 – Novas Normas e Interpretações ainda não adotadas

a) Alteração ao IFRIC 14 e IAS 19 - Limite de Ativo de Benefício Definido, Exigências Mínimas de Provimento de Recursos (*funding*) e sua Interação

Notas Explicativas

- b) Alteração ao IFRS 7 - Instrumentos Financeiros
- c) Alteração ao IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis
- d) Alteração ao IAS 34 - Apresentação de Relatórios Financeiros Intermediários
- e) Alteração no IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação - Classificação dos Direitos de Ações

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia em suas informações trimestrais.

NOTA 4 – ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Estimativas contábeis são aquelas decorrentes da aplicação de julgamentos subjetivos e complexos, por parte da Administração da Companhia e suas controladas, frequentemente como decorrentes da necessidade de reconhecer impactos importantes para demonstrar adequadamente a posição patrimonial e de resultado das entidades. As estimativas contábeis tornam-se críticas à medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a condição futura dessas incertezas, tornando os julgamentos ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das presentes Informações Trimestrais da Companhia e de suas controladas a Administração adotou estimativas e premissas baseada na experiência histórica e outros fatores que entendem como razoáveis e relevantes para a sua adequada apresentação. Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Companhia e de suas controladas, a materialização sobre o valor contábil de ativos e passivos e de resultado das operações são inerentemente incertos, por decorrer do uso de julgamento.

No que se refere às estimativas contábeis avaliadas como sendo as mais críticas, a Administração da Companhia e de suas controladas formam seus julgamentos sobre eventos futuros, variáveis e premissas, como a seguir:

I) Ativo Fiscal Diferido – o método para apuração e contabilização do IRPJ e CSLL passivos é aplicado para determinação do IRPJ e CSLL diferidos gerados por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais e para compensação com prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL acumulados. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados e reconhecidos utilizando-se as alíquotas aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

II) Provisão para redução do valor recuperável de ativos de longa duração – A Administração da Companhia e de suas controladas adotam variáveis e premissas em teste de determinação de recuperação de ativos de longa duração para determinação do valor recuperável de ativos e reconhecimento de *impairment*, quando necessário. Nesta prática são aplicados julgamentos baseados na experiência histórica na gestão do ativo, conjunto de ativos ou unidade geradora de caixa que podem eventualmente não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada, que representa as práticas determinadas pela ANEEL aplicáveis sobre os ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens, em vigor. Também impactam na determinação das variáveis e premissas utilizadas pela Administração na determinação dos fluxos de caixa futuro descontados, para fins de reconhecimento do valor

Notas Explicativas

recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos inerentemente incertos. Dentre estes eventos destacam-se a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica, taxa de crescimento da atividade econômica no país, disponibilidade de recursos hídricos, além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica detidas pelas empresas controladas da Companhia, em especial quanto ao valor de sua reversão ao final do prazo de concessão. Neste ponto, foi adotada pela Administração a premissa de indenização contratualmente prevista, quando aplicável, pelo valor contábil residual existente ao final do prazo das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

III) Provisão para desmobilização de ativos - A Companhia reconhece provisão para obrigações com a desativação de ativos relativos às suas usinas term nucleares. Para determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo esperado para a desativação e remoção de toda a usina do local e à época esperada dos referidos custos.

IV) Base de determinação de indenização pelo poder concedente sobre concessões de serviço público - A Companhia adota a premissa de que os bens são reversíveis no final os contratos de concessão, com direito de recebimento integral de indenização do poder concedente sobre os investimentos ainda não amortizados. Existe discussão de interpretação legal e regulatória sobre a base de determinação do valor indenizável, havendo diferentes interpretações. Com base nas disposições contratuais e nas interpretações dos aspectos legais e regulatórios, a Companhia baseada em parecer de consultor jurídico independente adotou a premissa de que será indenizada pelo valor residual contábil ao final da concessão. Essa determinação impactou a base de formação dos ativos de geração que possuem cláusula de indenização prevista nos contratos e das operações de transmissão e distribuição de energia elétrica que foram classificadas no escopo da ICPC-01(IFRIC-12).

V) Obrigações atuariais

As obrigações atuariais são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes e os resultados reais futuros das estimativas contábeis utilizadas nestas Informações Trimestrais podem ser distintos, sob variáveis, premissas e condições diferentes daquelas existentes e utilizadas à época do julgamento efetuado.

VI) Vida útil dos bens do imobilizado

As controladas da Eletrobrás utilizam os critérios definidos na resolução ANEEL 367, de 02 de junho de 2009, na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado.

NOTA 5 - CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E CAIXA RESTRITO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
I - Caixa e Equivalente de Caixa:				
Caixa e Bancos	39.393	-	355.712	762.332
Aplicações Financeiras	778.698	5.598.702	4.547.532	8.457.837
	818.091	5.598.702	4.903.244	9.220.169
II - Caixa Restrito:				
CCC	1.334.019	1.287.256	1.334.019	1.287.255
Comercialização de EE de Itaipu	2	13.175	2	13.175

Notas Explicativas

PROINFA	843.249	757.787	843.249	757.788
	2.177.270	2.058.218	2.177.270	2.058.218
	2.995.361	7.656.920	7.080.514	11.278.387

As disponibilidades financeiras são mantidas no Banco do Brasil S.A., nos termos da legislação específica para as Sociedades de Economia Mista sob controle do Governo Federal, emanada do Decreto-Lei 1.290, de 03 de dezembro de 1973, com as alterações decorrentes da Resolução 2.917, de 19 de dezembro de 2001, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu novos mecanismos para as aplicações das empresas integrantes da Administração Federal Indireta.

As aplicações financeiras, de liquidez imediata, encontram-se em fundos de investimento financeiro - extramercado, que têm como meta a rentabilidade em função da taxa média da SELIC.

NOTA 6 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A Companhia e suas controladas classificam os títulos como mantidos até o vencimento, com base nas estratégias da administração para esses ativos de longo prazo.

Os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento estão registrados pelo custo de aquisição, acrescido por juros e atualização monetária, com impactos no resultado.

Em relação às partes beneficiárias, é feito o ajuste a valor presente.

Os títulos apresentados no ativo circulante são destinados a negociação.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
CIRCULANTE				
LFT	5.802.009	5.325.193	6.630.984	6.281.655
LTN	61.822	420.233	61.822	426.077
NTN	385.320	66.528	385.320	66.528
DI FUTURO	(458)	(187)	(458)	(187)
Outros	-	-	-	-
TOTAL	6.248.693	5.811.767	7.077.668	6.774.073
NÃO CIRCULANTE				
CFT	261.069	248.950	261.069	248.950
FINAN	-	620	-	620
FINOR	3.388	2.945	3.388	2.945
NTN	163.588	155.106	167.046	158.403
Rendimentos em Parcerias	156.672	158.884	156.672	158.884
Partes Beneficiárias	203.014	194.761	203.014	194.761
Outros	484	484	4.860	5.342
TOTAL	788.215	761.750	796.050	769.905

Notas Explicativas

Os títulos CFT-E1 e os certificados de investimentos decorrentes de incentivos fiscais FINOR e FINAN, estão ajustados por provisões para perdas na sua realização, e portanto, apresentados líquidos:

O detalhamento dos títulos e valores mobiliários se dá como se segue:

CONTROLADORA					
Títulos	Agente Financeiro Custodiante	Vencimento	Indexador	30/06/2011	31/12/2010
CIRCULANTE					
LFT	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	5.802.009	5.325.193
LTN	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	61.822	420.233
NTN- B	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	368.382	51.616
NTN- F	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	16.938	14.912
DI futuro	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	(458)	(187)
				<u>6.248.693</u>	<u>5.811.767</u>
				-	-
NÃO CIRCULANTE					
CFT-E1	Banco do Brasil	01/08/12	IGP-M	261.069	248.950
FINAM	Banco da Amazônia	Igual ou maior 90 dias	Pre-fixado	-	620
FINOR	Banco do Nordeste	Igual ou maior 90 dias	Pre-fixado	3.388	2.945
NTN-P: 740100	Banco do Brasil	21/03/18	TR	2	2
NTN-P: 741536	Banco do Brasil	01/03/12	TR	85.142	80.733
NTN-P: 741566	Banco do Brasil	01/06/12	TR	61.664	58.471
NTN-P: 741806	Banco do Brasil	26/02/12	TR	16.743	15.865
NTN-P: 741806	Banco do Brasil	09/07/12	TR	30	28
NTN-P: 741806	Banco do Brasil	17/11/14	TR	-	-
NTN-P: 741806	Banco do Brasil	28/12/14	TR	7	7
Rendimento de Parceria	Banco do Brasil	Igual ou maior 90 dias	Pre-fixado	156.672	158.884
Partes Beneficiárias	Banco do Brasil	02/10/32	Pre-fixado	203.014	194.761
Outros	Banco do Brasil	Igual ou maior 90 dias	Pre-fixado	484	484
				<u>788.215</u>	<u>761.750</u>
				-	-
CONSOLIDADO					
Títulos	Agente Financeiro Custodiante	Vencimento	Indexador	30/06/2011	31/12/2010
CIRCULANTE					
LFT	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	6.630.984	6.281.655
LTN	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	61.822	426.077
NTN- B	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	368.382	51.616
NTN- F	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	16.938	14.912
DI futuro	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	(458)	(187)
Outros	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	-	-
				<u>7.077.668</u>	<u>6.774.073</u>
				-	-

Notas Explicativas

NÃO CIRCULANTE

CFT-E1	Banco do Brasil	01/08/12	IGP-M	261.069	248.950
FINAM	Banco da Amazônia	Igual ou maior 90 dias	Pre-fixado	-	620
FINOR	Banco do Nordeste	Igual ou maior 90 dias	Pre-fixado	3.388	2.945
NTN-P: 740100	Banco do Brasil	21/03/18	TR	2	2
NTN-P: 741536	Banco do Brasil	01/03/12	TR	85.142	80.733
NTN-P: 741566	Banco do Brasil	01/06/12	TR	61.664	58.471
NTN-P: 741806	Banco do Brasil	26/02/12	TR	16.743	15.865
NTN-P: 741806	Banco do Brasil	09/07/12	TR	30	28
NTN-P: 741806	Banco do Brasil	28/12/14	TR	7	7
Rendimento de Parceria	Banco do Brasil	Igual ou maior 90 dias	Pre-fixado	156.672	158.884
Partes Beneficiárias	Banco do Brasil	02/10/32	Pre-fixado	203.014	194.761
NTN-P	Banco do Brasil	21/03/18	TR+6% aa	2	2
NTN-P	Banco do Brasil	28/12/15	TR+6% aa	130	126
NTN-P	Banco do Brasil	28/12/14	TR+6% aa	3	3
NTN-P 740100	Banco do Brasil	28/12/15	TR+6% aa	814	772
NTN-P 740100	Banco do Brasil	01/01/20	TR+6% aa	1	1
NTN-P 740100	Banco do Brasil	01/01/21	TR+6% aa	1	1
NTN-P 741806	Banco do Brasil	09/07/12	TR+6% aa	785	744
NTN-P 741806	Banco do Brasil	22/07/13	TR+6% aa	4	3
NTN-P 741806	Banco do Brasil	16/06/15	TR+6% aa	29	27
NTN-P	Banco do Brasil	09/07/12	TR+6% aa	369	358
NTN-P	Banco do Brasil	09/07/14	TR+6% aa	176	170
NTN-P	Banco do Brasil	28/12/15	TR+6% aa	329	318
NTN-P 741806	Banco do Brasil	09/07/12	TR+6% aa	643	610
NTN-B 760199	Banco do Brasil	15/05/17	TR+6% aa	125	117
NTN-P 740100	Banco do Brasil	01/01/24	TR+6% aa	7	7
NTN-P 740100	Banco do Brasil	01/01/25	TR+6% aa	40	38
Outros				4.860	5.342
				796.050	769.905

a) CFT- E1 - Títulos públicos com remuneração equivalente à variação do IGP-M, sem juros, com data de resgate fixada a partir de agosto de 2012. A controladora mantém provisão para ajuste a valor de mercado na data base de 30 de setembro de 2011, no montante de R\$ 98.233 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 93.673), apurada com base em deságios praticados no mercado de capitais e apresentada como redutora do respectivo ativo.

b) NTN-P - Títulos públicos recebidos em pagamento por alienação de investimentos societários no âmbito do Programa Nacional de Desestatização - PND. Estes títulos possuem remuneração equivalente à variação da Taxa Referencial - TR, divulgada pelo Banco Central do Brasil, com juros de 6% a.a. incidentes sobre o valor atualizado com data de resgate fixada a partir de fevereiro de 2012.

Notas Explicativas

c) RENDIMENTOS DE PARCERIAS - Referem-se aos rendimentos decorrentes dos investimentos em regime de parcerias, correspondente a uma remuneração média equivalente à variação do IGP-M acrescido de juros de 12% a 13% a.a. sobre o capital aportado, como demonstrado a seguir:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	30/09/2011	31/12/2010
EATE	-	23.214
Tangará	112.617	96.782
Guascor	44.055	38.187
Outras	-	701
	<u>156.672</u>	<u>158.884</u>

d) PARTES BENEFICIÁRIAS - Títulos adquiridos em decorrência da reestruturação do investimento da Companhia na controlada INVESTCO S.A. Estes ativos garantem rendimentos anuais equivalentes a 10% do lucro das empresas citadas abaixo, pagos juntamente com os dividendos, e serão resgatados no vencimento previsto para outubro de 2032, mediante sua conversão em ações preferenciais do capital social das referidas empresas, conforme a seguir demonstrado:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	30/09/2011	31/12/2010
Lajeado Energia	451.375	451.375
Paulista Lajeado	49.975	49.975
Ceb Lajeado	151.225	151.225
Valor de face	652.575	652.575
Ajuste a valor presente	(449.562)	(457.815)
Valor justo	<u>203.013</u>	<u>194.760</u>

e) OUTROS - Referem-se substancialmente a certificados de investimentos decorrentes de incentivos fiscais do FINOR/FINAM destinados a projetos nas áreas de atuação das controladas Chesf e Eletronorte. A Companhia mantém provisão para perdas na sua realização, constituída com base em valor de mercado, no montante de R\$ 292.132 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 291.955), e apresentada como redutora do respectivo ativo.

A composição da carteira dos fundos exclusivos refere-se substancialmente a títulos públicos federais e está classificada no quadro acima conforme a sua natureza.

NOTA 7 – CONTAS A RECEBER

I - Comercialização de energia elétrica - PROINFA

As operações de comercialização de energia elétrica no âmbito do PROINFA geraram um resultado líquido negativo no terceiro trimestre de 2011 de R\$ 160.877 (31 de dezembro de 2010 – positivo em R\$ 97.787), não produzindo efeito no resultado líquido do exercício da Companhia, sendo esse valor incluído na rubrica Obrigações de Ressarcimento.

II - Operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os valores relativos às operações praticadas no âmbito da CCEE são registrados com base nas informações disponibilizadas pela Câmara.

Notas Explicativas

A controlada Furnas mantém registrados créditos no montante de R\$ 293.560, relativos à comercialização de energia no âmbito do extinto MAE, referentes ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002, cuja liquidação financeira está suspensa em função da concessão de liminares em ações judiciais propostas por concessionárias de distribuição de energia elétrica, contra a ANEEL e o MAE, hoje CCEE. Dada a incerteza de sua realização, a controlada Furnas mantém Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em valor equivalente à totalidade do crédito, constituída em 2007.

De acordo com as normas estabelecidas no Acordo Geral do Setor Elétrico, a resolução dessas pendências implicaria em uma nova apuração, que seria objeto de liquidação entre as partes sem a interveniência da CCEE. Nesse sentido, é intenção da Administração manter negociações, com a participação da ANEEL e CCEE, visando o equacionamento dos créditos, de forma a viabilizar uma solução negociada para a sua liquidação.

III - Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

As Controladas constituem e mantém provisões com observância das normas da ANEEL a partir de análise dos valores constantes do contas a receber vencidos e do histórico de perdas, cujo montante é considerado pelas administrações das Controladas como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. O saldo é composto como segue:

	CONSOLIDADO	
	30/09/2011	31/12/2010
Consumidores e Revendedores		
Companhia Energética do Amapá	1.022.281	912.041
Créditos Renegociados	228.320	20.356
Outras	230.466	188.859
	1.481.067	1.121.256
Consumidores das Distribuidoras	888.084	716.080
CCEE - Energia de Curto Prazo	293.560	293.560
	2.662.711	2.130.896

As movimentações na PCLD de contas de consumidores e revendedores de energia elétrica no consolidado são as seguintes:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	2.130.896
(+) Complemento	559.261
(-) Reversões	(27.446)
Saldo em 30 de setembro de 2011	2.662.711

A constituição e a baixa da PCLD foram registradas no resultado do exercício como "Provisões Operacionais" (Nota 42). Os valores reconhecidos como PCLD são reconhecidos como perda definitiva quando não há mais expectativa de recuperação dos recursos.

Notas Explicativas

Para fins fiscais, o excesso de provisão constituída, em relação ao disposto na Lei 9.430/1996, está sendo adicionado à apuração do Lucro Real, para efeito de apuração do IRPJ devido e, também, à base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

	CONSOLIDADO				
	30/09/2011				31/12/2010
	A vencer	Vencidos até 90 dias	+ de 90 dias	Total	Total
CIRCULANTE					
AES ELETROPAULO	87.837	-	-	87.837	117.182
AES SUL	10.706	37	-	10.743	28.064
AMPLA	38.824	-	-	38.824	42.731
ANDE	48.509	-	-	48.509	42.224
EBE	33.204	-	46	33.250	15.147
CEA	15.545	18.331	1.003.951	1.037.827	926.366
CEB	14.826	-	-	14.826	11.650
CEEE-D	27.168	-	41	27.209	37.890
CELESC	45.851	-	-	45.851	50.436
CELG	49.410	-	54.532	103.942	95.964
CELPA	45.977	-	5.984	51.961	47.125
CELPE	34.904	-	-	34.904	44.451
CEMAR	31.640	-	-	31.640	32.427
CEMIG	74.837	24.896	-	99.733	85.137
CESP	40	-	-	40	2.799
COELCE	34.399	-	-	34.399	31.451
COELBA	70.334	-	-	70.334	77.398
COPEL	100.005	-	-	100.005	101.704
CPFL	63.871	-	-	63.871	19.400
ELEKTRO	50.413	-	-	50.413	55.185
ENERSUL	16.212	-	-	16.212	14.587
ESCELSA	26.285	-	-	26.285	27.298
LIGHT	70.483	-	-	70.483	84.798
PIRATININGA	7.278	-	-	7.278	3.379
RGE	7.639	-	-	7.639	3.907
Comercialização CCEE	103.746	77.339	318.808	499.893	568.950
Uso da Rede Elétrica	514.779	3.448	40.284	558.511	468.639
PROINFA	189.132	25.757	160.583	375.472	428.629
Consumidores	471.567	222.480	385.252	1.079.299	951.441
Poder público	151.062	60.136	360.817	572.015	454.334
(-) PCLD	-	-	(2.662.711)	(2.662.711)	(2.130.896)
Outros	671.817	9.421	749.692	1.430.930	911.498
	3.108.300	441.845	417.280	3.967.425	3.651.295
NÃO CIRCULANTE					
Celg	-	-	87.911	87.911	141.037
CEA	-	-	-	-	-
Acordo Reestr.Dívida Externa - Garantia	-	-	140.351	140.351	-
Rolagem da dívida dos Estados	-	-	658.073	658.073	672.678
Tesouro Nacional	-	-	536.010	536.010	552.248
(-) PCLD	-	-	-	-	-
Outros	-	-	69.070	69.070	468.964
	-	-	1.491.415	1.491.415	1.834.927
	3.108.300	441.845	1.908.695	5.458.840	5.486.221

V – Créditos Renegociados

Os créditos renegociados formalizam-se por contratos de parcelamentos de débitos acumulados pelos devedores, prevêm juros e atualizações monetárias, com prazos fixados para a amortização

do principal e dos encargos, e são considerados recuperáveis pela Administração da Companhia, onde cabe destaque:

a) Oriundos de energia elétrica repassada à CELG -

A Eletrobras renegociou, em 2003, os créditos decorrentes do repasse de energia da Itaipu Binacional à CELG, sub-rogados por Furnas à Eletrobras, no montante de R\$ 392.021. A repactuação prevê a realização desses créditos mediante transferência, efetuada diretamente pela instituição financeira arrecadadora da distribuidora, de 3,34% de seu faturamento bruto mensal. O parcelamento tem um prazo estimado para a sua quitação total de 216 meses, contados a partir de janeiro de 2004, e é corrigido pela variação do dólar norte-americano. O saldo em 30 de setembro de 2011 corresponde a R\$ 33.480 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 80.604).

De forma semelhante, a controlada Furnas renegociou, em dezembro de 2003, o montante de R\$ 378.938, relativos a créditos de energia própria, sendo o prazo estimado de pagamento de 216 meses, corrigido mensalmente pelo IGP-M e juros de 1% a.m.. O pagamento mensal corresponde a 2,56% do faturamento bruto da CELG e está lastreado em garantia baseada em conta bancária vinculada, sendo o saldo da dívida, em 30 de setembro de 2011, correspondente a R\$ 142.443 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 193.511), sendo R\$ 87.911 registrado no ativo não circulante (31 de dezembro de 2010 R\$ 141.037).

b) Rolagem da dívida dos Estados

Em conformidade com o Programa de Saneamento das Finanças do Setor Público, implementado pela Lei 8.727/93, a controlada Furnas firmou contrato de cessão de crédito com a União, para refinanciamento de dívidas da CELG existentes àquela época, relativas à compra de energia, a serem realizados em 240 meses, contados a partir de abril de 1994. Os créditos são atualizados com base no IGP-M e remunerados a 11 % a.a., e montam R\$ 536.010 em 30 de setembro de 2011 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 552.298).

A controlada Eletrosul, no âmbito do mesmo programa de saneamento financeiro, detém créditos junto à União atualizados pelo IGP-M e acrescidos de juros de 12,68% a.a., no montante de R\$ 658.073, em 30 de setembro de 2011 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 672.678), sendo R\$ 525.120 no ativo não circulante (31 de dezembro de 2010 - R\$ 544.043), decorrentes da assunção de direitos que a controlada possuía junto às concessionárias estaduais de energia elétrica, os quais serão realizados em 240 meses, contados a partir de abril de 1994.

A legislação vigente prevê que, vencido o prazo de 20 anos e remanescendo saldo a receber, o parcelamento poderá ser estendido por mais 10 anos. Essa hipótese é possível de ocorrer, uma vez que a União repassa somente os recursos efetivamente recebidos dos Estados que, por sua vez, estão limitados por lei a níveis de comprometimento de suas receitas.

NOTA 8 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS

Os financiamentos e empréstimos concedidos são efetuados com recursos próprios, além dos recursos setoriais, de recursos externos captados através de agências internacionais de desenvolvimento, instituições financeiras, como, também, decorrentes do lançamento de títulos no mercado financeiro internacional.

Todos os financiamentos e empréstimos concedidos estão respaldados por contratos formais firmados com as mutuárias. Os recebimentos destes valores, em sua maioria, estão previstos em parcelas mensais, amortizáveis em um prazo médio de 10 anos, sendo a taxa média de juros, ponderada pelo saldo da carteira, de 6,20% a.a..

Notas Explicativas

Os valores de mercado desses ativos são equivalentes aos seus valores contábeis, visto serem operações específicas do setor e formadas em parte através de recursos de Fundos Setoriais e que não encontram condições semelhantes como parâmetro de avaliação.

I - Créditos junto à AES - Eletropaulo - Ação Judicial

Em 1989, a Companhia ajuizou ação ordinária de cobrança contra a Eletropaulo, objetivando receber créditos oriundos de financiamentos não honrados nos seus respectivos vencimentos, segundo critérios avençados nas cláusulas e condições estabelecidas.

Tramitado o feito, foi publicada sentença em abril de 1999, condenando a Eletropaulo ao pagamento da importância financiada e não adimplida. Posteriormente, foi confirmado o trânsito em julgado da sentença, significando dizer que a Eletropaulo não recorreu da decisão de primeiro grau. Conseqüentemente foi proposta a execução por título judicial pela Eletrobras perante a Quinta Vara cível do Rio de Janeiro determinando o pagamento.

Contudo, em janeiro de 1998, ocorreu a cisão parcial de ativos da Eletropaulo, originando três empresas distintas - EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., EPTE - Empresa Paulista de Transmissão de Energia S.A. e EBE - Empresa Brasileira de Energia S.A., sendo que a Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A., teve a sua razão social alterada para Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A..

A Eletropaulo questionou a ilegitimidade por conta do Protocolo da Cisão Parcial, sendo indeferido e determinado o prosseguimento da execução. Em dezembro de 2003 foi interposto Recurso de Agravo de Instrumento pela Eletropaulo, com requerimento de efeito suspensivo contra a decisão que determinara o prosseguimento da execução, o qual foi concedido entendendo que a Eletropaulo não seria legítima para suportar a demanda executiva e sim a CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (antiga EPTE), por força do referenciado protocolo.

Foram interpostos Recursos Extraordinário e Especial pela Companhia discutindo o julgamento do Recurso da Eletropaulo, sendo provido no sentido de que a execução deveria prosseguir e que a defesa da Eletropaulo deveria ser atacada via embargos do devedor e não em exceção. Desta decisão a Eletropaulo manejou embargos de declaração, posteriormente Agravo Regimental e, finalmente, embargos de divergência cuja decisão final foi publicada em novembro de 2007 negando de toda sorte o citado Recurso da Eletropaulo. Após esgotar toda a possibilidade de êxito perante o Superior Tribunal de Justiça - STJ, a Eletropaulo apresentou recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal - STF, sendo o mesmo negado seguimento de forma monocrática pelo Ministro, conforme decisão publicada no dia 28 de março de 2008.

Diante desse cenário, a Administração da Eletrobras dará continuidade ao processo de execução e, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, considera a realização do crédito como certa.

Tais créditos atingem, em 30 de setembro de 2011, o montante de R\$ 416.228 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 410.017), que representa a melhor estimativa do valor de realização da companhia no atual estágio do processo.

II - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

A Companhia reconhece provisões para créditos de liquidação duvidosa, no valor de R\$ 276.007 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 228.477) correspondente ao principal e ao serviço da dívida de empresas em inadimplência. Tal volume de provisão é julgado suficiente pela administração da Companhia para fazer face a eventuais perdas nestes ativos, com base em análise do comportamento da carteira.

Notas Explicativas

As movimentações na PCLD dos financiamentos e empréstimos concedidos da Companhia são as seguintes:

Saldo em 31 de dezembro de 2009	192.232
(+) Complemento	50.409
(-) Reversões	(14.164)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	228.477
(+) Complemento	74.164
(-) Reversões	(26.634)
Saldo em 30 de setembro de 2011	276.007

A constituição e a baixa da PCLD foram registradas no resultado do exercício como "Provisões Operacionais" (Nota 42). Os valores reconhecidos como PCLD são reconhecidos como perda definitiva quando não há mais expectativa de recuperação dos recursos.

	30/09/2011							
	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL	
	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Controladas e Controlada em Conjunto								
FURNAS	7,13	6.432	137.849	2.528.483	-	-	-	-
CHESF	7,17	-	19.834	120.083	-	-	-	-
ELETROSUL	6,86	4.550	53.895	924.979	-	-	-	-
ELETRONORTE	7,45	29.302	264.150	3.779.851	-	-	-	-
ELETRONUCLEAR	8,99	5.902	81.028	888.847	-	-	-	-
CGTEE	3,57	6.434	161.900	846.260	-	-	-	-
CEAL	7,63	1.490	66.452	157.588	-	-	-	-
CERON	6,72	625	17.053	88.249	-	-	-	-
CEPISA	7,06	10.142	120.070	324.944	-	-	-	-
ELETOACRE	10,40	725	59.828	17.846	-	-	-	-
AMAZONAS	7,37	3.726	144.303	466.964	-	-	-	-
ITAIPU	7,09	-	1.052.168	10.837.046	7,09	-	526.084	5.418.523
		69.328	2.178.530	20.981.140		-	526.084	5.418.523
OUTRAS								
CEMIG	6,44	2.451	80.054	392.897	6,44	2.451	80.054	392.897
COPEL	7,40	1.709	48.675	227.329	7,40	1.709	48.675	227.329
CEEE	6,44	824	20.724	113.969	6,44	824	20.724	113.969
AES ELETROPAULO	10,38	308.532	108.840	2.073	10,38	308.532	108.840	2.073
TRACTBEL	12,00	-	-	-	12,00	-	-	-
CELPE	6,10	311	12.818	45.812	6,10	311	12.818	45.812
CEMAR	5,85	-	52.223	387.113	5,85	-	52.223	387.113
CESP	9,38	251	40.060	159.114	9,38	255	40.060	159.114
OUTRAS	6,36	134.675	427.634	1.711.949	6,36	134.687	431.254	1.730.269
(-) PCLD		(124.932)	(151.075)	-		(124.932)	(151.075)	-
		323.821	639.953	3.040.256		323.837	643.573	3.058.576
		393.149	2.818.483	24.021.396		323.837	1.169.657	8.477.099

Notas Explicativas

	31/12/2010							
	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL NÃO		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL NÃO	
	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	CIRCULANTE	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	CIRCULANTE
Controladas e Controlada em Conjunto								
FURNAS	7,13	9.389	100.681	1.803.612	-	-	-	-
CHESF	7,17	44	24.454	131.747	-	-	-	-
ELETROSUL	6,86	4.147	42.613	733.562	-	-	-	-
ELETRONORTE	7,45	12.591	237.971	3.568.778	-	-	-	-
ELETRONUCLEAR	8,99	7.351	52.823	546.904	-	-	-	-
CGTEE	3,57	1.284	85.666	834.738	-	-	-	-
CEAL	7,63	1.024	55.353	152.730	-	-	-	-
CERON	6,72	630	15.736	93.108	-	-	-	-
CEPISA	7,06	2.074	39.776	313.137	-	-	-	-
ELETROACRE	10,40	451	46.904	17.390	-	-	-	-
AMAZONAS	7,37	2.631	95.743	418.339	-	-	-	-
ITAIPU	7,09	-	897.087	10.446.168	7,09	-	448.544	5.223.083
		<u>41.615</u>	<u>1.694.809</u>	<u>19.060.212</u>		<u>-</u>	<u>448.544</u>	<u>5.223.083</u>
OUTRAS								
CEMIG	6,44	2.140	74.962	340.569	6,44	2.140	74.962	340.569
COPEL	7,40	1.882	47.497	258.771	7,40	1.882	47.497	258.771
CEEE	6,44	736	8.130	99.471	6,44	736	8.130	99.471
AES ELETROPAULO	10,38	299.218	108.840	2.639	10,38	299.218	108.840	2.639
TRACTBEL	12,00	-	10.796	-	12,00	-	10.796	-
CELPE	6,10	1.070	16.976	53.350	6,10	1.070	16.976	53.350
CEMAR	5,85	1.654	48.214	367.187	5,85	1.654	48.214	367.187
CESP	9,38	958	33.406	185.709	9,38	958	33.406	185.709
OUTRAS	6,36	120.849	358.851	1.752.129	6,36	120.881	361.830	1.771.645
(-) PCLD		<u>(101.123)</u>	<u>(127.341)</u>	<u>(2.254)</u>		<u>(101.124)</u>	<u>(127.341)</u>	<u>(2.254)</u>
		<u>327.384</u>	<u>580.331</u>	<u>3.057.571</u>		<u>327.415</u>	<u>583.310</u>	<u>3.077.088</u>
		<u>368.999</u>	<u>2.275.140</u>	<u>22.117.783</u>		<u>327.415</u>	<u>1.031.854</u>	<u>8.300.171</u>

A parcela do longo prazo dos financiamentos e empréstimos concedidos com recursos ordinários e setoriais, inclusive os repasses, vencem em parcelas variáveis, conforme demonstrado abaixo:

	2012	2013	2014	2015	2016	Após 2016	Total
Controladora	738.276	3.021.519	3.296.819	2.684.717	2.253.550	12.026.516	24.021.396
Consolidado	260.536	1.066.287	1.163.440	947.431	795.273	4.244.132	8.477.099

NOTA 9- REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Os valores apresentados referem-se a dividendos e juros sobre o capital próprio a receber, líquidos de Imposto de Renda Retido na Fonte, quando aplicável, decorrentes de investimentos de caráter permanente mantidos pela Eletrobras.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Furnas	77.600	17.846	-	-
Chesf	1.400.214	429.325	-	-
Eletrosul	83.848	19.282	-	-
Eletronuclear	-	-	-	-
Eletronorte	-	32.998	-	-

Notas Explicativas

Eletropar	-	2.277	-	-
CGTEE	33.178	8.240	-	-
Itaipu	464	417	-	-
CTEEP	100.550	114.061	100.550	114.061
Outros	102.408	59.627	103.888	64.543
	<u>1.798.262</u>	<u>684.073</u>	<u>204.438</u>	<u>178.604</u>

NOTA 10 - IMPOSTO DE RENDA E OUTROS IMPOSTOS A RECUPERAR OU COMPENSAR E IMPOSTO DIFERIDO

Os tributos a recuperar ou compensar estão demonstrados pelo valor líquido de eventuais perdas de realização e assim representados:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
ATIVO CIRCULANTE				
Imposto de renda - fonte	611.346	745.504	739.485	815.873
Antecipações de IRPJ e CSLL	1.051.750	603.622	1.481.654	644.740
PASEP/COFINS compensáveis	30.432	21.007	254.374	236.835
ICMS a recuperar	-	-	18.659	21.683
Outros	-	-	65.906	106.774
	<u>1.693.528</u>	<u>1.370.133</u>	<u>2.560.078</u>	<u>1.825.905</u>
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
Imposto de renda - fonte	-	-	-	-
IR e CS diferidos sobre IFRS (líquido)	(338.506)	-	(389.688)	-
Créditos tributários	-	-	-	-
ICMS a recuperar	-	-	1.301.618	1.124.202
PIS/COFINS a recuperar	-	-	418.858	401.439
Ativos Fiscais Diferidos Líquidos	1.385.780	1.835.272	2.714.943	2.813.041
	<u>1.047.274</u>	<u>1.835.272</u>	<u>4.045.731</u>	<u>4.338.682</u>
	<u>2.740.802</u>	<u>3.205.405</u>	<u>6.605.809</u>	<u>6.164.587</u>

I – Ativos Fiscais Diferidos

Os Ativos Fiscais Diferidos têm seu aproveitamento em função da realização dos eventos que lhe deram origem. Considerando o histórico de rentabilidade da Companhia, bem como a expectativa de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios, o reconhecimento desses ativos está fundamentado na capacidade de realização do ativo, identificada a partir de análises de tendências futuras, fundamentada em estudo técnico elaborado com base em premissas e cenários macroeconômicos, comerciais e tributários, que podem sofrer alterações no futuro.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010

Notas Explicativas

Diferenças temporárias de IRPJ/CSLL				
Variação Cambial Passiva	453.225	805.859	453.225	805.859
Provisão de JCP	-	126.057	-	126.057
Provisão para Contingências	416.522	526.371	659.755	752.841
PCLD	104.215	-	327.091	200.616
Provisão p/ ajuste ao valor de mercado	132.724	131.114	133.031	131.114
Ajuste da Lei 11.638/2007- RTT	279.094	245.871	279.094	245.070
Outros	-	-	862.747	551.484
Composição Outros	<u>1.385.780</u>	<u>1.835.272</u>	<u>2.714.943</u>	<u>2.813.041</u>

II – ICMS, PIS/PASEP E COFINS a Recuperar Sobre Aquisição de Combustível

Através da Resolução Normativa 303/2008, a ANEEL estabeleceu metodologia e procedimentos para apuração, demonstração e validação do montante do ICMS contabilizado como custo decorrente da aquisição de combustíveis, bem como a apuração, demonstração, fiscalização e pagamento do passivo a ser restituído a CCC-ISOL pelos agentes beneficiários que receberam reembolso de ICMS em montante superior ao efetivo custo incorrido com esse imposto.

O Ofício Circular 2.775/2008 - SFF/ANEEL regula a devolução à Conta de Consumo de Combustível - CCC dos valores equivalentes aos créditos de PIS/PASEP e COFINS tomados sobre o combustível adquirido para geração de energia elétrica no regime da não cumulatividade, no período de 2004 a 2008.

A administração da controlada Amazonas Energia entendia, até o exercício de 2007, que o combustível comprado para fins de geração de energia elétrica, subsidiado pela CCC, não dava direito a créditos na apuração do PIS/PASEP e da COFINS e assim procedia. Diante dos novos fatos, a administração da controlada, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, registrou, em 2008, o crédito tributário das aquisições de óleo efetuadas pela empresa no período determinado pela ANEEL, apurando um crédito tributário de R\$ 498.171.

A utilização dos créditos fiscais reconhecidos é condicionada a operações futuras que originem débitos fato esse que, na opinião da administração da controlada, ocorrerá na hipótese prevista de substituição do óleo combustível pelo gás natural, como insumo na geração de energia elétrica e a entrada da região de Manaus no Sistema Interligado Nacional – SIN. A Lei 12.111/09 estabelece mecanismos que possibilitam que a conta de impostos a recuperar decorrente de compra de combustível deixe de acumular créditos e passe a ser realizado nas operações de distribuição em um prazo estimado de aproximadamente 4 anos. Em 2010, o montante de R\$ 267.490, corresponde à créditos relativos aos anos de 2006, 2007 e 2008 que, em razão da previsão de utilizá-los, foram julgados como não sendo passíveis de recuperabilidade e desta forma ficaram sujeitos a *impairment*, reconhecido em atendimento ao CPC 01. Em 2011 o referido valor foi de R\$ 63.755.

III – Inconstitucionalidade do PIS/PASEP e COFINS

O Supremo Tribunal Federal - STF declarou a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei 9.718/98, que ampliou a base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS e deu, naquela época, novo conceito ao faturamento, que passou a abranger a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, independente do tipo de atividade exercida e a classificação contábil adotada. Tal dispositivo não possuía previsão constitucional que o amparasse, tendo sido objeto de emenda constitucional posterior.

Notas Explicativas

Com base no Código Tributário Nacional - CTN, as empresas do Sistema Eletrobras buscam o reconhecimento de seu direito ao crédito e a restituição do valor pago a maior em decorrência da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo dessas contribuições, sendo que, até a conclusão destas Demonstrações Contábeis, não havia decisão final sobre a questão.

As empresas do Sistema Eletrobras possuem, portanto, créditos fiscais em potencial de PIS/PASEP e de COFINS, que estão em fase de determinação e, portanto, não reconhecidos nestas Demonstrações Financeiras, uma vez que a referida declaração de inconstitucionalidade somente beneficia as empresas autoras dos recursos extraordinários julgados.

NOTA 11 - DIREITO DE RESSARCIMENTO

I - Reembolso da CCC-Isol

Com o advento da Lei 12.111/2009 e do Decreto 7.246/2010 foi alterada a sistemática de subvenção dos sistemas isolados. A subvenção CCC que outrora subsidiava somente os custos com combustíveis passou a reembolsar o montante igual à diferença entre o custo total de energia elétrica e a valoração da quantidade correspondente de energia elétrica pelo custo médio da potência e energia comercializadas no Ambiente de Contratação Regulada - ACR do Sistema Interligado Nacional - SIN.

No custo total de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, deverão ser incluídos os custos relativos a:

- a) contratação de energia e de potência associada;
- b) geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica;
- c) encargos e impostos; e
- d) investimentos realizados.

Incluem-se, também, no custo total de geração os demais custos associados à prestação do serviço de energia elétrica em regiões remotas dos Sistemas Isolados, caracterizadas por grande dispersão de consumidores e ausência de economia de escala, conforme regulamento.

NOTA 12 - ESTOQUE DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR

Abaixo, está apresentada a composição do estoque de combustível nuclear destinado à operação da UTN Angra I e UTN Angra II:

	CONSOLIDADO	
	30/09/2011	31/12/2010
CIRCULANTE		
Elementos prontos	297.972	297.972
	297.972	297.972
NÃO CIRCULANTE		
Concentrado de urânio	157.995	65.179
Elementos prontos	169.442	392.133
Em curso - combustível nuclear	212.967	66.645

Notas Explicativas

540.404	523.957
838.376	821.929

NOTA 13 - ADIANTAMENTOS PARA PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

A Companhia apresenta, no ativo não circulante, valores correspondentes a adiantamentos para futuro aumento de capital nas seguintes investidas:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Controladas				
Eletrosul	1.488.149	735.905	-	-
Eletronorte	966.810	631.793	-	-
Eletronuclear	3.311.226	3.309.744	-	-
Cgtee	393.863	324.000	-	-
Ceal	97.137	7.485	-	-
Ceron	74.408	72.671	-	-
Cepisa	233.443	183.953	-	-
Eletoacre	255.183	218.925	-	-
Amazonas	62.255	57.267	-	-
	6.882.474	5.541.743	-	-
Outros investimentos	7.141	7.141	7.141	7.141
	6.889.615	5.548.884	7.141	7.141

NOTA 14 - INVESTIMENTOS

16.1

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Avaliados por Equivalência Patrimonial				
a) Controladas				
Chesf	16.793.633	17.138.688	-	-
Eletronorte	10.290.807	10.255.947	-	-
Eletrosul	2.692.714	2.629.792	-	-
Furnas	13.134.768	13.273.623	-	-
CGTEE	364.588	353.907	-	-
Eletronuclear	3.211.881	2.940.641	-	-
Eletropar	160.149	172.418	-	-
Itaipu	92.720	83.310	-	-
Distribuidora Rondônia	212.957	272.772	-	-
Distribuidora Alagoas	194.515	274.006	-	-
Amazonas Energia	-	372.012	-	-
Mangue Seco II	17.166	3.318	-	-
CHC	15.825	8.139	-	-
Norte Energia	173.814	24.779	-	-

Notas Explicativas

IGESA	8.254	8.491	-	-
	<u>47.363.791</u>	<u>47.811.843</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

b) Coligadas

Celpa	250.540	305.304	250.540	305.304
CEEE-GT	780.702	755.599	780.702	755.599
Cemat	516.583	480.650	516.583	480.650
Emae	320.434	317.116	332.097	328.656
CTEEP	1.594.495	1.616.274	1.610.100	1.632.607
Cemar	322.915	302.263	322.915	302.263
Lajeado Energia	540.196	539.588	540.196	539.588
Ceb Lajeado	72.242	72.907	72.242	72.907
Paulista Lajeado	25.636	26.900	25.636	26.900
CEEE-D	561.061	569.293	561.061	569.293
Manaus Transmissora de Energia	-	-	24.000	-
AETE	-	-	3.526	-
Transmissora Matogrossense de Energia	-	-	3.920	-
Retiro Baixo	-	-	58	-
Madeira Energia S A	-	-	59	-
Brasventos Eolo	-	-	-	2.232
Rei Dos Ventos 3	-	-	-	2.196
Brasventos Miassaba 3	-	-	-	3.335
Baguari	-	-	2.562	82.172
Águas da Pedra	-	-	149.838	125.089
Chapecoense	-	-	-	57
Amapari	-	-	47.939	27.997
Outros	-	-	50	25
	<u>4.984.804</u>	<u>4.985.895</u>	<u>5.244.026</u>	<u>5.256.871</u>
SUBTOTAL	<u>52.348.595</u>	<u>52.797.738</u>	<u>5.244.026</u>	<u>5.256.871</u>

Mantidos a Valor Justo

Celesc	153.207	165.711	153.207	165.711
Cesp	186.692	161.439	186.692	161.439
Coelce	175.338	153.430	175.338	153.430
AES Tietê	710.751	725.821	710.751	725.821
EEVP	18.765	17.657	18.765	17.657
Energisa(Saelpa + CELB)	81.783	68.966	81.783	68.966
CELG	436	322	436	322
CELPE	49.689	51.321	49.689	51.321
COPEL	45.923	58.169	45.923	58.169
AES Eletropaulo	-	-	59.642	67.291
Energias do Brasil	-	-	18.019	19.170
CPFL Energia	-	-	35.145	35.094
Guascor	3.300	3.300	3.300	3.300

Notas Explicativas

EATE	-	5.344	-	5.344
Tangara	21.738	21.738	21.738	21.738
CDSA	11.801	11.801	11.801	11.801
CEA	20	20	20	20
CEB	3.528	3.528	3.528	3.528
CER	102	102	102	102
Outros	5.415	6.575	114.619	114.555
	<u>1.468.489</u>	<u>1.455.244</u>	<u>1.690.497</u>	<u>1.684.779</u>
SUBTOTAL	<u>53.817.085</u>	<u>54.252.981</u>	<u>6.934.523</u>	<u>6.941.649</u>
Provisão para perdas em Investimentos 16.2	(834.424)	(802.138)	(834.424)	(802.138)
Ajustes no PL de investidas	(1.404.935)	(1.414.864)	(1.404.935)	(1.414.864)
TOTAL	<u>51.577.726</u>	<u>52.035.980</u>	<u>4.695.164</u>	<u>4.724.647</u>

16.2 – Ajustes no patrimônio líquido de investidas

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	30/09/2011	31/12/2010
Eletronorte	93.500	93.500
CEAL	1.565	-
CERON	149.700	149.700
CELPA	69.862	65.192
CEMAT	51.225	48.917
CTEEP	760.792	737.480
CEEE-GT	111.557	128.300
CEEE-D	166.734	191.775
	<u>1.404.935</u>	<u>1.414.864</u>

Notas Explicativas

Mutação dos Investimentos - Holding

	Saldo em 31/12/2010	Aquisição de capital	Integralização de capital	Equivalência	Outros Resultados Abrangentes	Ajuste em patrimônio líquido	Dividendos	Juros sobre capital próprio	Saldo em 30/09/2011
Controladas e coligadas									
Chesf	17.138.688	-	-	1.171.642	(58.513)	(2.775)	(1.455.409)	-	16.793.633
Eletronorte	10.255.947	-	-	134.931	-	-	(100.071)	-	10.290.807
Eletrosul	2.629.792	-	-	124.716	(3.917)	(31)	(57.846)	-	2.692.714
Furnas	13.273.623	-	-	(36.409)	(48.910)	-	(53.536)	-	13.134.768
CGTEE	353.907	-	-	35.402	-	-	(24.721)	-	364.588
Eletronuclear	2.940.641	-	-	313.727	(13.603)	-	(28.884)	-	3.211.881
Eletropar	172.418	-	-	21.330	(26.767)	-	(6.832)	-	160.149
Itaipu	83.310	-	-	-	9.410	-	-	-	92.720
Distribuidora Rondônia	272.772	-	-	(50.686)	-	(9.129)	-	-	212.957
Distribuidora Alagoas	274.006	-	-	(80.313)	-	822	-	-	194.515
Amazonas Energia	372.012	-	-	(339.252)	-	(32.760)	-	-	-
Mangue Seco II	3.318	-	13.145	(620)	-	1.323	-	-	17.166
CHC	8.139	-	7.965	(503)	224	-	-	-	15.825
Norte Energia	24.779	-	147.000	161	1.874	-	-	-	173.814
IGESA	8.491	-	874	(1.395)	284	-	-	-	8.254
Celpa	305.304	-	-	(54.764)	-	-	-	-	250.540
CEEE-GT	755.599	-	-	41.845	-	(16.742)	-	-	780.702
Cemat	480.650	-	-	38.387	-	(2.454)	-	-	516.583
EMAE	317.116	-	-	3.318	-	-	-	-	320.434
CTEEP	1.616.274	-	-	233.271	-	-	(187.616)	(67.434)	1.594.495
Cemar	302.263	-	-	66.862	-	2.343	(48.553)	-	322.915
Lajeado Energia	539.588	-	-	43.424	-	-	(42.816)	-	540.196
CEB lajeado	72.907	-	-	8.320	-	-	(8.985)	-	72.242
Paulista Lajeado	26.900	-	-	5.435	-	-	(6.699)	-	25.636
CEEE-D	569.293	-	-	16.809	-	(25.040)	-	-	561.062
	52.797.737	-	168.984	1.695.638	(139.918)	(84.443)	(2.021.968)	(67.434)	52.348.596

Notas Explicativas

A Companhia tem diversas ações no âmbito do judiciário, em vários estágios de julgamento, onde figura como ré (vide Nota 32), nas quais foram oferecidos em garantia, para os recursos dessas ações judiciais, ativos que representam 6,79% (5,36% em 2010) do total da carteira de investimentos, conforme abaixo descrito:

30/09/2011			
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	VALOR DO INVESTIMENTO	PERCENTUAL DE BLOQUEIO	INVESTIMENTO BLOQUEADO
CTEEP	1.594.495	98,75%	1.574.518
EMAE	320.434	100,00%	320.434
CESP	186.692	95,88%	179.008
AES TIETE	710.751	88,94%	632.116
COELCE	175.338	41,04%	71.960
DUKE(CGEEP)	18.765	63,25%	11.870
CEMAT	516.583	86,66%	447.652
CEB	3.528	50,00%	1.764
CELPA	250.540	5,31%	13.295
CELPE	49.689	70,32%	34.940
CELESC	153.207	15,24%	23.350
CEMAR	322.915	57,62%	186.059
SUBTOTAL	<u>4.302.937</u>		<u>3.496.964</u>
Outros Investimentos	<u>47.181.497</u>		<u>-</u>
TOTAL	<u><u>51.484.434</u></u>	6,79%	<u><u>3.496.964</u></u>

NOTA 15 - IMOBILIZADO

Os itens do ativo imobilizado apresentados abaixo referem-se substancialmente a infra-estrutura do segmento de geração de energia:

Controladora			
30/09/2011			
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço			
Geração	13.269	(1.701)	11.568
Administração	138.440	(40.681)	97.759
	<u>151.709</u>	<u>(42.382)</u>	<u>109.327</u>
Em curso			
Geração			-
Administração	1.679		1.679
	<u>1.679</u>	<u>-</u>	<u>1.679</u>
	<u>153.388</u>	<u>(42.382)</u>	<u>111.006</u>

Notas Explicativas

CONSOLIDADO				
30/09/2011				
	Custo	Depreciação acumulada	(-) Obrigações vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço				
Geração	55.206.078	(24.015.595)	(386.928)	30.803.555
Administração	2.235.733	(1.177.040)	(398)	1.058.295
Comercialização	-	-	-	-
Arrendamento Mercantil	1.212.004	(34.962)	-	1.177.042
	<u>58.653.815</u>	<u>(25.227.597)</u>	<u>(387.326)</u>	<u>33.038.892</u>
Em curso				
Geração	17.519.470	-	-	17.519.470
Administração	370.616	(49.143)	-	321.473
Comercialização	-	-	-	-
	<u>17.890.085</u>	<u>(49.143)</u>	<u>-</u>	<u>17.840.942</u>
	<u>76.543.901</u>	<u>(25.276.740)</u>	<u>(387.326)</u>	<u>50.879.835</u>

Os bens que compõe o ativo imobilizado da Companhia não podem ser vendidos nem dados em garantias.

b) Movimentação do Imobilizado

CONSOLIDADO						
31/12/2010	30/09/2011					
Saldo final	Adições	Transferência curso/serviço	Baixa	Depreciação	Imobilizações	Saldo final
53.488.644	171.365	1.574.238	(19.869)	(273.699)	-	54.940.679
(23.220.956)	(173.967)	(2.846)	8.594	(826.699)	-	(24.215.874)
14.153.026	5.309.424	(1.572.694)	(16.480)	-	-	17.873.276
1.212.004	-	-	-	(34.962)	-	1.177.042
45.632.718	5.306.822	(1.302)	(27.755)	(1.135.360)	-	49.775.123
2.210.003	24.275	19.207	(11.423)	(12.183)	(717)	2.229.162

Notas Explicativas

(1.130.213)	(17.272)	309	5.535	(56.408)	-	(1.198.048)
1.668	12	-	-	217	-	1.897
256.356	150.563	(42.714)	(5.523)	-	(1.469)	357.214
1.337.814	157.578	(23.198)	(11.411)	(68.374)	(2.186)	1.390.224
251.840	-	-	-	-	-	251.840
(12.631)	-	-	-	-	-	(12.631)
11.524	-	-	-	-	-	11.524
250.733	-	-	-	-	-	250.733
(127.752)	(213)	-	-	3.694	-	(124.271)
(135.138)	-	-	-	-	-	(135.138)
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
(10.693)	(3.086)	-	-	-	-	(13.779)
(273.583)	(3.299)	-	-	3.694	-	(273.188)
(265.184)	18	-	-	2.110	-	(263.056)
46.682.498	5.461.119	(24.500)	(39.166)	(1.197.930)	(2.186)	50.879.836
-	-	-	-	-	-	-
46.682.498	5.461.119	(24.500)	(39.166)	(1.197.930)	(2.186)	50.879.836

Até 30 de setembro de 2011, Furnas registrou o valor de R\$ 752.895 mil a título de impairment dos empreendimentos em curso - UHE Batalha e UHE Simplício.

NOTA 16 - ATIVO FINANCEIRO - CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

A rubrica ativo financeiro - concessão, no montante de R\$ 25.995.598 refere-se ao ativo financeiro a receber pelas empresas do Sistema Eletrobras no âmbito das concessões de distribuição de eletricidade, decorrente da aplicação do modelo misto, e no âmbito da concessão de transporte de eletricidade no Brasil, decorrente da aplicação do modelo financeiro.

	30/09/2011	31/12/2010
Transmissão		
Ativo Financeiro Receita Anual Permitida - Circulante	1.180.201	726.507
Ativo Financeiro Receita Anual Permitida - Não Circulante	7.188.180	6.718.361
Ativo Financeiro Indenizável - Concessões	16.808.418	15.935.225

Notas Explicativas

Distribuição		
Ativo Financeiro Indenizável - Concessões	2.675.148	2.342.039
Ativo Financeiro – Circulante	1.180.201	726.507
Ativo Financeiro – Não Circulante	26.671.746	24.995.625
Total do ativo financeiro	<u>27.851.947</u>	<u>25.722.132</u>

NOTA 17 – ATIVO FINANCEIRO – ITAIPU

Considerando o empreendimento ITAIPU como um fluxo de caixa, foi constituído um ativo financeiro conforme abaixo;

	Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010
Contas a Receber	2.402.679	1.850.802
Direito de Ressarcimento	118.844	290.704
Fornecedores de Energia - Itaipu	(611.403)	(588.983)
Obrigações de ressarcimento	(977.041)	(596.270)
Outros	-	40.762
Total ativo circulante	<u>933.079</u>	<u>997.015</u>
Contas a Receber	4.207	35.715
Direito de Ressarcimento	4.077.300	1.910.996
Obrigações de ressarcimento	(2.394.191)	(1.122.137)
	<u>1.687.316</u>	<u>824.574</u>
Imobilizado Itaipu		
Geração		
Em serviço	14.848.201	13.916.577
Em curso	48.912	43.041
	<u>14.897.113</u>	<u>13.959.618</u>
Administração		
Em serviço	805.437	718.508
Em curso	175.471	145.386
	<u>980.908</u>	<u>863.894</u>
Total ativo não circulante	<u>17.565.337</u>	<u>15.648.086</u>
Total do ativo financeiro de Itaipu consolidado	<u>18.498.416</u>	<u>16.645.101</u>

Os efeitos da constituição do ativo financeiro de Itaipu estão listados acima.

Notas Explicativas

Detalhamos a seguir as rubricas mais importantes:

I - Valores Decorrentes da Comercialização da Energia Elétrica de Itaipu Binacional

Ao amparo da Lei 11.480/2007, foi retirado o fator de ajuste dos contratos de financiamento celebrados com Itaipu Binacional, e dos contratos de cessão de créditos firmados com o Tesouro Nacional, a partir de 2007, ficando assegurada à Companhia a manutenção integral de seu fluxo de recebimentos.

Como decorrência, foi editado, ainda, o Decreto 6.265, de 22 de novembro de 2007, com o objetivo de regulamentar a comercialização da energia elétrica de Itaipu Binacional, definindo o diferencial a ser aplicado na tarifa de repasse, criando um ativo referente à parte do diferencial anual apurado, equivalente ao fator anual de ajuste retirado dos financiamentos, a ser incluído anualmente na tarifa de repasse, a partir de 2008.

Dessa forma, passou a ser incluído na tarifa de repasse da potência proveniente da Itaipu Binacional, a partir de 2008, o diferencial decorrente da retirada do fator anual de reajuste, cujos valores são definidos anualmente através de portaria interministerial dos Ministérios da Fazenda e de Minas e Energia. Na tarifa de repasse em vigor em 2010, encontra-se incluído o montante equivalente a US\$ 214,989, o qual será recebido pela Companhia através de cobranças aos consumidores, homologado pela portaria MME/MF 398/2008, sendo tal valor garantido de realização.

O saldo decorrente da comercialização da energia elétrica de Itaipu Binacional, representado pela rubrica Direito de Ressarcimento, apresentada no Ativo Não Circulante, monta a R\$ 4.077.301 em 30 de setembro de 2011, equivalentes a US\$ 2,198,717 (31 de dezembro de 2010 – R\$ 1,910,996, equivalentes a US\$ 1,146,919), dos quais R\$ 2.394.191 mil, equivalente a US\$ 1,291,086 mil, serão repassados ao Tesouro Nacional até 2023 representado em obrigações de ressarcimento. Tais valores serão realizados mediante a sua inclusão na tarifa de repasse a ser praticada até 2023, não condicionado a eventos futuros.

II - Comercialização de energia elétrica - Itaipu Binacional

A Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, atribuiu à Companhia a responsabilidade pela aquisição da totalidade da energia elétrica produzida por Itaipu Binacional a ser consumida no Brasil, passando a ser a comercializadora dessa energia elétrica.

Desta forma, foram comercializados no terceiro trimestre de 2011 o equivalente a 34.330 GWh, sendo a tarifa de suprimento de energia (compra), praticada por Itaipu Binacional, de US\$ 22,60/kWh e a tarifa de repasse (venda), US\$ 24,88/kWh.

O resultado da comercialização da energia elétrica da Itaipu Binacional, nos termos do Decreto 4.550, de 27 de dezembro de 2002, observadas as alterações introduzidas pelo Decreto 6.265, de 22 de novembro de 2007, tem a seguinte destinação:

- a) se positivo, deverá ser destinado, mediante rateio proporcional ao consumo individual, a crédito de bônus nas contas de energia dos consumidores do Sistema Elétrico Nacional Interligado, integrantes das classes residencial e rural, com consumo mensal inferior a 350 kWh.
- b) se negativo, é incorporado pela ANEEL no cálculo da tarifa de repasse de potência contratada no ano subsequente à formação do resultado.

Notas Explicativas

Essa operação de comercialização não impacta o resultado da Companhia, sendo que nos termos da atual regulamentação o resultado positivo representa um direito incondicional de recebimento e se negativo uma obrigação efetiva.

No terceiro trimestre de 2011, a atividade foi deficitária em R\$40.521 sendo a obrigação decorrente incluída na rubrica “Obrigação de Ressarcimento”.

III – Imobilizado Itaipu

O imobilizado de Itaipu é constituído pela usina de Itaipu, sendo o componente mais relevante do ativo financeiro de Itaipu.

NOTA 18 – ATIVO INTANGÍVEL – CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

	31/12/2010			30/09/2011		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Amortizações	Transferências	Saldo final
Distribuição						
Vinculados à Concessão						
Em serviço	2.170.618	56.289	(25.200)	(56.736)	27.748	2.172.719
Amortização acumulada	(594.534)	(43.546)	42	(22.414)	584	(659.868)
Obrigações especiais	(215.602)	-	(13.898)	5.515	(19.114)	(243.099)
Impairment	-	(320)	-	-	-	(320)
Em curso	171.904	121.984	(195)	-	(40.035)	253.658
Obrigações especiais	(88.680)	(23.090)	(8.368)	-	(4.305)	(124.443)
Impairment	(6.307)	(15.193)	-	-	-	(21.500)
	<u>1.437.399</u>	<u>96.124</u>	<u>(47.619)</u>	<u>(73.635)</u>	<u>(35.122)</u>	<u>1.377.147</u>
Não Vinculados à Concessão (Outros)						
Geração						
Em serviço	826.573	77.526	(1.599)	-	17.615	920.115
Amortização acumulada	-	(22.740)	-	(13.272)	(63)	(36.075)
Em curso	-	61.520	(1.032)	52.698	(290)	112.896
	<u>826.573</u>	<u>116.307</u>	<u>(2.631)</u>	<u>39.426</u>	<u>17.262</u>	<u>996.936</u>
Administração						
Em serviço	-	-	-	-	-	-
Amortização acumulada	-	-	-	(1.389)	-	(1.389)
Em curso	-	-	(1)	-	-	(1)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>	<u>(1.389)</u>	<u>-</u>	<u>(1.390)</u>
	<u>826.573</u>	<u>116.307</u>	<u>(2.632)</u>	<u>38.037</u>	<u>17.262</u>	<u>995.546</u>
Total do Intangível	<u>2.263.972</u>	<u>212.431</u>	<u>(50.251)</u>	<u>(35.598)</u>	<u>(17.860)</u>	<u>2.372.693</u>

Notas Explicativas

NOTA 19 - FORNECEDORES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
CIRCULANTE				
Bens, Materiais e Serviços	44.869	102.260	1.968.161	1.314.871
Energia Comprada para Revenda	229.753	263.705	2.156.133	3.850.379
CCEE - Energia de curto prazo	-	-	243.587	515
	<u>274.622</u>	<u>365.965</u>	<u>4.367.881</u>	<u>5.165.765</u>

NOTA 20 - ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES				
CIRCULANTE				
Venda antecipada de energia - ALBRAS	-	-	44.098	39.362
Adiantamentos de clientes - PROINFA	299.453	302.100	299.453	302.100
	<u>299.453</u>	<u>302.100</u>	<u>343.551</u>	<u>341.462</u>
NÃO CIRCULANTE				
Venda antecipada de energia - ALBRAS	-	-	890.990	928.653
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>890.990</u>	<u>928.653</u>
TOTAL	<u>299.453</u>	<u>302.100</u>	<u>1.234.541</u>	<u>1.270.115</u>

I - ALBRÁS

A controlada Eletronorte venceu o leilão de compra de energia elétrica realizado pela ALBRÁS, em 2004, para fornecimento por um período de 20 anos, sendo 750 MW médios/mês, até dezembro de 2006 e 800 MW médios/mês, de janeiro de 2007 a dezembro de 2024, tendo como parâmetro para a celebração do contrato um preço compatível com a tarifa de equilíbrio da UHE Tucuruí, acrescido de um prêmio, calculado em função da cotação do alumínio na *London Metal Exchange (LME)* - Inglaterra. Essa constituição de preço se constitui em um derivativo embutido (vide Nota 46).

Com base nestas condições, a ALBRÁS, visando reduzir o preço base, fez uma oferta de pré-compra de energia elétrica com pagamento antecipado, que se constitui em créditos de energia que serão amortizados durante o período de fornecimento, em parcelas fixas mensais expressas em MW médios, de acordo com a tarifa vigente no mês do faturamento.

A operação ocorreu da seguinte forma:

Notas Explicativas

Adiantamentos Recebidos	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	30/09/2011	31/12/2010
2004	300.000	300.000
2005	500.000	500.000
2006	250.000	250.000
2007	150.000	150.000
Total	1.200.000	1.200.000
Amortizações	(252.628)	(220.854)
Ganhos	(12.282)	(10.493)
Total do passivo	935.090	968.653

II - PROINFA

O PROINFA, instituído pela Lei 10.438/2002, e suas alterações, tem como objetivo a diversificação da matriz energética brasileira e a busca por soluções de cunho regional com a utilização de fontes renováveis de energia, mediante o aproveitamento econômico dos insumos disponíveis e das tecnologias aplicáveis, a partir do aumento da participação da energia elétrica produzida com base em novas fontes.

O Programa assegura à Companhia a compra da energia elétrica a ser produzida, pelo período de 20 anos, contados a partir de 2006, que será repassada às concessionárias de distribuição, consumidores livres e autoprodutores, excluídos os consumidores de baixa renda, na proporção de seus consumos.

As concessionárias de distribuição e de transmissão pagam à Companhia o valor anual da quota de custeio correspondente à participação dos consumidores cativos, dos consumidores livres e dos autoprodutores conectados às suas instalações, em duodécimos, no mês anterior ao de competência do consumo da energia.

Adicionalmente, para fazer face às necessidades de pagamentos aos empreendedores de geração do PROINFA, no primeiro ano de funcionamento do Programa as concessionárias de distribuição e de transmissão, além das quotas relativas ao exercício corrente, anteciparam o pagamento de um duodécimo da quota anual, considerando a contratação plena de todos os empreendimentos inseridos no PROINFA.

Cabe ainda destacar que as operações relativas ao PROINFA não geram para a Companhia ganhos ou perdas de natureza econômica.

NOTA 21 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

O detalhamento dos financiamentos e empréstimos, incluindo encargos, cujos recursos são destinados ao programa de investimentos do Sistema Eletrobras.

I - Contratos obtidos pela Eletrobras:

Notas Explicativas

a) A Companhia possui empréstimos celebrados com agências multilaterais, tais como BID, BIRD, KFW e EXIMBANK/JBIC, nos quais há garantia da União. Tais contratos seguem ao padrão de cláusulas aplicáveis aos contratos com agências multilaterais, que são as usualmente acordadas em negociações com esse tipo de organismo;

Nos contratos tipo A/B Loan, de empréstimo sindicalizado entre a CAF e bancos comerciais, a Companhia possui cláusulas usualmente praticadas no mercado, dentre as quais mencionamos: existência de garantias corporativas, alteração de controle societário, conformidades às licenças e autorizações e limitação à venda significativa de ativos. Ainda, de acordo com as práticas de mercado há dois contratos de financiamento coordenados pelo BNP e CDB.

Os recursos obtidos nesta operação junto ao mercado internacional compõem o fundo de financiamento às controladas, visando assegurar o cumprimento do programa de investimentos do Sistema Eletrobras.

Além dos empréstimos, financiamentos e bônus existentes atualmente no passivo da Companhia, há ainda um contrato de assunção de dívidas da CEEE.

B) Reserva Global De Reversão

O Governo Federal criou um fundo para cobertura de gastos com indenizações de reversões de concessões do serviço público de energia elétrica. Os recursos que compõem o fundo não fazem parte destas demonstrações contábeis e, enquanto não utilizados para os fins a que se destinam, são utilizados na concessão de financiamentos destinados à expansão do setor elétrico brasileiro, melhoria do serviço e na realização dos programas do Governo Federal, por intermédio da Eletrobras.

A contribuição para a formação da RGR é de responsabilidade das Empresas Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, mediante uma quota denominada reversão e encampação de serviços de energia elétrica, de até 2,5% do valor dos investimentos dos concessionários e permissionários, limitado a 3% da receita anual. O valor da quota é computado como componente do custo do serviço daquelas entidades (vide Nota 31), e não se constituem em receita ou ativo da Eletrobras.

As concessionárias recolhem suas quotas anuais de RGR, em duodécimos, em conta bancária vinculada, administrada pela Eletrobras, que movimenta a conta nos limites previstos na Lei 5.655/1971 e alterações posteriores, não refletidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia posto tratar-se de entidade autônoma em relação à Eletrobras.

Contudo, a Eletrobras toma recursos junto à RGR para aplicação em projetos específicos de investimento, por ela financiados, em especial:

I - expansão dos serviços de distribuição de energia elétrica;

II - incentivo às fontes alternativas de energia elétrica;

III - estudos de inventário e viabilidade de aproveitamento de potenciais hidráulicos;

IV - implantação de centrais geradoras de potência até 5.000 kW, destinadas exclusivamente ao serviço público em comunidades populacionais atendidas por sistema elétrico isolado;

V - iluminação pública eficiente;

Notas Explicativas

VI - conservação de energia elétrica através da melhoria da qualidade de produtos e serviços;

VII - universalização de acesso à energia elétrica;

A Eletrobras remunera os recursos sacados da RGR e utilizados na concessão de financiamentos às empresas do setor elétrico brasileiro, com juros de 5% a.a., sem nenhum tipo de indenização. Em 30 de setembro de 2011, o saldo dos recursos sacados junto ao fundo, utilizados em diversos investimentos totaliza R\$ 8.623.689 (31 de dezembro de 2010 – R\$ 8.159.038), e estão incluídos na rubrica Financiamentos e empréstimos, do passivo.

C) BNDES

As subsidiárias da Eletrobras recorrem a financiamentos junto ao BNDES com o objetivo de investir em seus sistemas de geração transmissão e distribuição.

Notas Explicativas



	30/09/2011				
	CONTROLADORA				ENCARGOS CIRCULANTE
	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		
	Tx. Média	Valor	NÃO		
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Moeda Estrangeira					
Instituições financeiras					
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	4,16%	5.259	34.503	207.018	4,16%
Corporación Andino de Fomento - CAF	2,29%	12.408	164.580	2.004.119	2,29%
Kreditanstalt fur Wiederaufbau - KFW	3,86%	772	23.683	45.409	3,86%
Dresdner Bank	6,25%	630	23.959	11.980	6,25%
Eximbank	2,15%	3.588	52.836	317.008	2,15%
BNP Paribas	1,48%	2.606	64.220	636.841	1,48%
Outras		20	1.873	10.398	
		25.283	365.654	3.232.773	
Bônus					
Bônus - Dresdner Bank	7,75%	16.834	-	556.320	7,75%
Credit Suisse	6,87%	25.094	-	1.854.400	6,87%
		41.928	-	2.410.720	
Outros					
Tesouro Nacional - ITAIPU		-	-	-	
CAJUBI - Fundação Prev ITAIPU PY		-	-	-	
		67.211	365.654	5.643.493	
Moeda Nacional					
Reserva Global de Reversão		-	-	8.623.688	
Outras Instituições Financeiras		-	-	-	
BNDDES		-	-	-	
		-	-	8.623.688	
		67.211	365.654	14.267.181	



Notas Explicativas

	31/12/2010				
	CONTROLADORA				ENCARGOS CIRCULANTE
	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		
	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	Tx. Média
Moeda Estrangeira					
Instituições financeiras					
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	4,16%	2.202	31.001	201.509	4,16%
Corporación Andino de Fomento - CAF	2,29%	9.886	25.634	1.935.355	2,29%
Kreditanstalt für Wiederaufbau - KFW	3,86%	70	21.158	43.556	3,86%
Dresdner Bank	6,25%	88	21.405	21.406	6,25%
Eximbank	2,15%	1.591	44.999	292.490	2,15%
BNP Paribas	1,48%	338	57.703	601.060	1,48%
Outras		175	1.684	9.344	
		14.350	203.584	3.104.720	
Bônus					
Bônus - Dresdner Bank	7,75%	3.812	-	499.860	7,75%
CREDIT SUISSE	6,87%	54.162	-	1.666.200	6,87%
		57.974	-	2.166.060	
Outros					
Tesouro Nacional - ITAIPU		-	-	-	
		-	-	-	
		72.324	203.584	5.270.780	
Moeda Nacional					
Reserva Global de Reversão		-	-	8.159.038	
BNDES		-	-	-	
Outras Instituições Financeiras		-	-	-	
		-	-	8.159.038	
		72.324	203.584	13.429.818	



Notas Explicativas

a) As dívidas são garantidas pela União e/ ou pela Eletrobras.

b) O total devido em moeda estrangeira, inclusive encargos corresponde na controladora a R\$ 6.076.358 mil, equivalente a U\$ 3,276,725 mil e no consolidado a R\$ 15.166.144 mil, equivalente a US\$ 8,178,464 mil. A distribuição percentual por tipo de moeda é a seguinte:

	US\$	EURO	YEN
Controladora	92%	2%	6%
Consolidado	97%	1%	2%

c) Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos a encargos, cuja taxa média no 3º trimestre de 2011, foi de 4,35% e 2010 foi de 4,19%.

d) A parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos expressa em milhares de Dólares Norte-Americanos, tem seu vencimento assim programado:

	2012	2013	2014	2015	2016	Após 2016	Total
Controladora	185.899	208.799	239.753	437.285	212.435	6.409.519	7.693.691
Consolidado	446.735	501.766	576.150	1.050.839	510.503	15.402.710	18.488.703

Notas Explicativas

	30/09/2011	31/12/2010
Menos de um ano	284.023	244.098
Mais de um ano e menos de cinco anos	1.420.116	1.220.493
Mais de cinco anos	2.177.512	2.213.161
Encargos de financiamentos futuros sobre os arrendamentos financeiros	166.025	416.322
Total de pagamentos mínimos de arrendamento financeiros	4.047.676	4.094.074
Ajuste a valor presente	(2.137.870)	(2.240.385)
Valor presente dos pagamentos	1.909.806	1.815.032
Menos de um ano	139.742	120.485
Mais de um ano e menos de cinco anos	698.709	602.333
Mais de cinco anos	1.071.355	1.092.232

O valor justo dos empréstimos e financiamentos atuais é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo.

III – GARANTIAS

A Companhia participa na qualidade de interveniente garantidora de diversos empreendimentos cujos montantes garantidos, projeções e valores já pagos estão demonstrados nos quadros abaixo.

SPE TE Madeira (*)	Citi/HSBC	24,50%	-	-	-	-
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	BNDES	49,00%	13.109	11.946	10.793	-
SPE Goiás Transmissão(****)	Banco do Brasil	49,00%	-	-	-	-
SPE MGE (****)	Banco do Brasil	49,00%	-	-	-	-
UHE Passo de São João	BNDES	100,00%	186.856	177.913	164.850	-
ESBR - UHE Jirau	BNDES	20,00%	1.542.895	1.660.531	1.600.332	-
UHE Mauá	BNDES/Bancos Repassadores	49,00%	370.235	344.907	322.102	-
Sistema de Transmissão ES Energia	BNDES/Bancos Repassadores	100,00%	112.468	100.679	89.365	-
Sistema de Transmissão SC Energia	BNDES/Bancos Repassadores	100,00%	172.189	150.327	128.576	-
Eólicas Cerro Chato I, II e III (**)	BNDES	90,00%	201.077	190.604	165.469	-
SPE Norte Transmissora de Energia	BNDES	24,50%	-	-	-	-
ESBR - Equipamentos Importados(*)	Bradesco	20,00%	63.220	27.051	7.232	-
UHE São Domingos	BNDES	100,00%	-	-	-	-
SPE Porto Velho Transmissora de Energia (****)	BNDES	100,00%	-	-	-	-
Angra 3	BNDES	100%	1.358.092	3.403.542	5.036.976	1.109.280
Mangue Seco 2	BNB	49%	-	-	-	-
Belo Monte - Fiel Cumprimento (*)	ANEEL	15%	125.532	109.841	109.841	109.841
Mangue Seco 2	BNB	49%	-	-	-	-
Mangue Seco 3	BNB	49%	-	-	-	-
Total			10.876.641	13.004.481	14.375.328	1.219.120

A Companhia provisionou na rubrica provisões no passivo não circulante o valor justo referente aos montantes garantidos pela Eletrobras e já liberados pelos bancos financiadores. O valor justo é calculado com base em 1% do total liberado até 30 de setembro de 2011, conforme demonstrado abaixo:

	<u>Valor Provisionado</u>
Garantia devida em 31/12/2009	80.429
Movimentação em 2010	(653)
Garantia devida em 31/12/2010	79.776
Movimentação em 2011	28.990
Garantia devida em 30/09/2011	108.766

NOTA 22 - EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO



Notas Explicativas

O Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica, instituído pela Lei 4.156/1962 com o objetivo de gerar recursos destinados à expansão do setor elétrico brasileiro, foi extinto pela Lei 7.181, de 20 de dezembro de 1983, que fixou a data de 31 de dezembro de 1993 como o prazo final de arrecadação.

Na primeira fase desse Empréstimo Compulsório, encerrada com o advento do Decreto-Lei 1.512/1976, a cobrança do tributo alcançou diversas classes de consumidores de energia, e os créditos dos contribuintes foram representados por Obrigações ao Portador emitidas pela Eletrobras.

No segundo momento, iniciado com as disposições contidas no referido Decreto-Lei, o Empréstimo Compulsório em questão passou a ser cobrado somente de indústrias com consumo mensal de energia superior a 2.000 kwh, e os créditos dos contribuintes deixaram de ser representados por títulos, passando a ser simplesmente escriturados pela Eletrobras.

O saldo do Empréstimo Compulsório remanescente, após a 4ª conversão em ações, ocorrida em 30 de abril de 2008, relativa aos créditos constituídos de 1988 à 2004, estão registrados no passivo circulante e não circulante, vencíveis a partir de 2008, e remunerados à taxa de 6% ao ano, acrescidos de atualização monetária com base na variação do IPCA-E, e correspondem, em 30 de setembro de 2011, a R\$ 165.268 (31 de dezembro de 2010, a R\$ 157.616), dos quais R\$ 150.219 no não circulante (31 de dezembro de 2010 - R\$ 141.425).

I - Obrigações ao Portador emitidas pela Eletrobras

As Obrigações ao Portador, emitidas em decorrência do Empréstimo Compulsório, não constituem títulos mobiliários, não são negociáveis em Bolsa de Valores, não têm cotação e são inexigíveis. Desta forma, a Administração da Eletrobras esclarece que a Companhia não possui debêntures em circulação.

A emissão desses títulos decorreu de uma imposição legal e não de uma decisão empresarial da Eletrobras. Do mesmo modo, sua tomada pelos obrigacionistas não emanou de um ato de vontade, mas de um dever legal, por força da Lei 4.156/1962.

A CVM, em decisão de seu Colegiado proferida no processo administrativo CVM RJ 2005/7230, movido por detentores das mencionadas obrigações, afirma textualmente que “as obrigações emitidas pela Eletrobras em decorrência da Lei 4.156/1962 não podem ser consideradas como valores mobiliários”.

Entendeu ainda a CVM que não há qualquer irregularidade nos procedimentos adotados pela Eletrobras em suas Demonstrações Contábeis, no que se refere às citadas obrigações, tampouco na divulgação quanto à existência de ações judiciais (vide Nota 27) pleiteando o resgate desses títulos.

Além disso, a inexigibilidade dessas Obrigações ao Portador foi reforçada por decisões do Superior Tribunal de Justiça, que corroboram o entendimento de que esses títulos estão prescritos e que não se prestam para garantir execuções fiscais.

Portanto, as Obrigações ao Portador emitidas na primeira fase desse empréstimo compulsório, tal como decidido pela CVM, não se confundem com debêntures. Além disso, por força do disposto no artigo 4º, § 11 da Lei 4.156/1962 e no artigo 1º do Decreto 20.910/1932, são inexigíveis, condição confirmada no Informativo 344 do Superior Tribunal de Justiça - STJ, de onde consta que essas Obrigações não podem ser utilizadas como garantia de execuções fiscais, por não terem liquidez e não serem debêntures.

Notas Explicativas

Desta forma, o passivo relativo ao Empréstimo Compulsório refere-se aos créditos residuais, constituídos de 1988 a 1994, dos consumidores industriais com consumo superior a 2.000 kW/h, referentes à segunda fase desse Empréstimo Compulsório, bem como aos juros não reclamados relativos a esses créditos, conforme demonstrado:

	CONTROLADORA	
	30/09/2011	31/12/2010
CIRCULANTE		
Juros a Pagar	15.049	16.191
NÃO CIRCULANTE		
Créditos Arrecadados	150.219	141.425
	<u>165.268</u>	<u>157.616</u>

NOTA 23 - CONTA DE CONSUMO DE COMBUSTÍVEL - CCC

A Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), criada pelo Decreto 73.102, de 7 de novembro de 1973, tem a finalidade aglutinar o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoelétrica, especialmente na Região Norte do país.

Nos termos da Lei 8.631, de 04 de março de 1993, a Eletrobras administra os valores relativos aos recolhimentos efetuados pelos concessionários do serviço público de energia elétrica, para crédito na Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, correspondentes às quotas anuais destinadas aos dispêndios com combustíveis para geração de energia elétrica. Os valores registrados no ativo circulante, em contrapartida ao passivo circulante, correspondem às disponibilidades de recursos, mantidos em caixa restrito, e às quotas não quitadas pelas concessionárias.

Ressalte-se que a Lei 12.111, de 9 de dezembro de 2009, traz uma reforma profunda nas premissas para contratação de energia elétrica e recebimento de subsídios, inclusive para localidades isoladas, a serem interligadas em futuro próximo. Sendo assim, os dispositivos nela contidos possuem eficácia imediata, de modo a permitir às Concessionárias, durante o período de transição para o Sistema Interligado Nacional - (SIN), a manutenção dos subsídios. Com isso, dar-se-á a estas empresas tratamento isonômico ao concedido às concessionárias do SIN, quando da criação do modelo vigente.

O objetivo da Lei 12.111/2009 é reembolsar os custos de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, incluindo os custos relativos à contratação de energia e de potência associada à geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica, aos encargos do setor elétrico e impostos e, ainda, aos investimentos realizados, que deverá ocorrer através da Conta de Consumo de Combustíveis Fosseis - CCC.

NOTA 24 - IMPOSTO DE RENDA E OUTROS TRIBUTOS A PAGAR

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Imposto de Renda	-	-	364.604	400.167
Contribuição Social	-	-	215.479	252.752
PASEP e COFINS	5.632	83	270.973	153.256
ICMS	-	-	108.622	70.267

Notas Explicativas

PAES	-	-	960.111	930.552
Outros	6.774	76.597	508.728	513.327
Total	<u>12.406</u>	<u>76.680</u>	<u>2.428.517</u>	<u>2.320.321</u>
Passivo circulante	<u>12.406</u>	<u>76.680</u>	<u>1.210.234</u>	<u>1.102.672</u>
Passivo não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.218.283</u>	<u>1.217.649</u>

a) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

CONTROLADORA

	30/09/2011		30/09/2010	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	<u>3.705.609</u>	<u>3.705.609</u>	<u>2.016.670</u>	<u>2.016.670</u>
Total do IRPJ e CSLL calculado às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	926.402	333.505	504.167	181.500
Efeitos de adições e (exclusões):				
Receita de Dividendos	(20.465)	(7.367)	(12.377)	(4.456)
Equivalência patrimonial	(407.037)	(146.533)	(554.242)	(199.527)
Prejuízo Fiscal	-	-	-	-
Provisão de JCP	(241.765)	(87.035)	-	-
Perdas em Investimentos	-	-	-	-
Provisão p/ Redução ao Valor de Mercado	109.463	39.407	46.680	16.805
Demais adições (exclusões)	<u>22.795</u>	<u>8.736</u>	<u>232.460</u>	<u>85.170</u>
Total da despesa (Receita)de IRPJ e CSLL	<u>389.393</u>	<u>140.713</u>	<u>216.688</u>	<u>79.492</u>

c) Incentivos Fiscais - SUDENE

A Medida Provisória 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, alterada pela Lei 11.196, de 21 de novembro de 2005, possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, que possuam empreendimentos no setor de infra-estrutura considerado, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação.

A controlada Chesf obteve, em 2008, o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, calculados com base no lucro da exploração. Tal incentivo foi concedido até o exercício de 2017.

Nesse trimestre, o incentivo fiscal mencionado totalizou R\$ 240.878 (R\$ 300.437 em 30 de setembro de 2010), com registro no resultado do período como redução do imposto de renda apurado, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07.

d) Parcelamento Especial - PAES

Notas Explicativas

As controladas Furnas, Eletrosul, Eletronorte, Amazonas Energia e Distribuição Alagoas optaram pelo refinanciamento de débitos tributários. O prazo de financiamento é limitado há 180 meses e o saldo devedor é corrigido pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP e SELIC.

NOTA 25 - TAXAS REGULAMENTARES

CIRCULANTE	CONSOLIDADO	
	30/09/2011	31/12/2010
Reserva Global de Reversão - RGR	170.196	113.103
CCC/CDE	50.886	53.896
Compensação financeira - recursos hídricos	557.119	390.792
Taxa de fiscalização ANEEL	13.295	5.547
PROINFA	19.852	20.902
	<u>811.348</u>	<u>584.240</u>

NOTA 26- REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

O estatuto da Companhia estabelece como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, respeitada a remuneração mínima para as ações preferenciais das classes A e B, de 8% e 6%, respectivamente, do capital social relativo a essas espécies e classes de ações. Está prevista a possibilidade de pagamento de juros sobre capital próprio.

A remuneração relativa ao exercício de 2006, e anteriores, está prescrita, nos termos do Estatuto da Companhia.

NOTA 27 - CRÉDITOS DO TESOUREO NACIONAL

	CONTROLADORA			
	CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Aquisição de ações da CEEE-GT e CEEE-D	97.643	85.904	169.700	234.313
Outros	8.026	6.866	14.399	16.172
	<u>105.669</u>	<u>92.770</u>	<u>184.099</u>	<u>250.485</u>

NOTA 28 - BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

As empresas do Sistema Eletrobras patrocinam planos de previdência aos seus empregados, bem como planos de assistência médica e seguro de vida pós-emprego em determinados casos. Esses benefícios são classificados como benefícios definidos.


Notas Explicativas

Devido à estrutura descentralizada do Sistema Eletrobras, cada segmento patrocina seu próprio pacote de benefícios a empregados. De forma geral, o Grupo oferece aos seus atuais e futuros aposentados e aos seus dependentes benefícios do tipo previdenciário, de assistência à saúde e seguro de vida pós-emprego.

Tipos de benefícios pós-emprego patrocinados pelas empresas do Sistema Eletrobras

Empresa	Planos de benefícios previdenciários			Outros benefícios pós-emprego	
	Plano BD	Plano Saldado	Plano CD	Seguro de Vida	Plano de Saúde
Eletrobras	X		X	X	
Amazonas	X		X		
Boa Vista	X		X		X
Ceal	X		X		X
Cepisa	X				
CGTEE	X				
Chesf	X	X	X	X	
Eletronorte	X		X	X	X
Eletronuclear	X			X	X
Eletrosul	X		X		X
Furnas	X		X	X	X

Com a adoção dos padrões estabelecidos pelo CPC 33, a Administração da Companhia decidiu pela alteração da política contábil de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais, tendo adotado, a partir de 1º de janeiro de 2009, a política de reconhecimento imediato, no período em que ocorrerem os ganhos e perdas atuariais diretamente em Outros Resultados Abrangentes, conforme permitido pelo item 93A do CPC 33.

As premissas atuariais apresentadas abaixo foram utilizadas na determinação da obrigação de benefício definido e da despesa do exercício.

Premissas	Eletrobras	Amazonas	Boa Vista	Ceal	Cepisa	CGTEE
Taxa real anual de desconto atuarial	5,50%	6,00%	6,00%	5,00%	6,00%	6,00%
Taxa real anual de inflação projetada	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa real anual de retorno dos ativos	10,25%	10,77%	10,77%	9,73%	10,77%	10,77%
Taxa real anual de evolução salarial	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa real anual de evolução dos custos médicos	N/A	N/A	1,00%	N/A	N/A	N/A
Taxa real anual de evolução de benefícios	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Fator de capacidade	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Rotatividade	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Mortalidade geral	AT-2000	AT-83	AT-83	AT-2000	AT-83	AT-83
Mortalidade de inválidos	AT-83	AT-83	AT-83	AT-83	AT-83	AT-83
Entrada em invalidez	LIGHT fraca	LIGHT fraca	LIGHT fraca	LIGHT fraca	LIGHT fraca	LIGHT fraca
Percentual de casados	95%	95%	95%	95%	95%	95%
Diferença de idade H-M	4 anos	4 anos	4 anos	4 anos	4 anos	4 anos


Notas Explicativas

	CHESF	Eletronorte	Eletronuclear	Eletrosul	Furnas
Premissas					
Taxa real anual de desconto atuarial	6,00%	6,00%	6,00%	5,00%	6,00%
Taxa real anual de inflação projetada	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa real anual de retorno dos ativos	N/I	N/I	10,77%	9,73%	10,77%
Taxa real anual de evolução salarial	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa real anual de evolução dos custos médicos	N/A	N/I	1,00%	1,00%	1,00%
Taxa real anual de evolução de benefícios	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Fator de capacidade	100%	100%	100%	100%	100%
Rotatividade	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Mortalidade geral	AT-83	AT-83	AT-2000	AT-2000	AT-83
Mortalidade de inválidos	AT-83	AT-83	AT-83	AT-83	AT-83
Entrada em invalidez	LIGHT fraca	LIGHT fraca	LIGHT fraca	LIGHT fraca	LIGHT fraca
Percentual de casados	95%	95%	95%	95%	95%
Diferença de idade H-M	4 anos	4 anos	4 anos	4 anos	4 anos

NOTA 29 - PROVISÕES PARA OBRIGAÇÕES LEGAIS VINCULADAS A PROCESSOS JUDICIAIS

Na data de encerramento das Demonstrações Contábeis, a Companhia apresenta as seguintes provisões para obrigações legais vinculadas a processos judiciais, por natureza:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
CIRCULANTE				
Trabalhistas	-	-	94.252	80.355
Tributárias	-	-	102.275	105.013
Cíveis	-	-	88.480	63.368
Outros	-	-	28.474	8.844
	-	-	313.481	257.580
NÃO CIRCULANTE				
Trabalhistas	5.403	6.130	803.916	814.248
Tributárias	-	-	160.703	177.294
Cíveis	1.219.662	1.284.437	3.098.779	2.672.024
Outros	-	-	307.826	237.723
	1.225.065	1.290.567	4.371.224	3.901.289
	1.225.065	1.290.567	4.684.705	4.158.869


Notas Explicativas

A Eletrobras e suas controladas são partes envolvidas em diversas ações em andamento no âmbito do judiciário, principalmente nas esferas trabalhista e cível, que se encontram em vários estágios de julgamento. A administração da Companhia adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como provável, são constituídas provisões;
- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como possível, as informações correspondentes são divulgadas em Notas Explicativas, quando relevantes, e
- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como remoto, somente são divulgadas em Notas Explicativas as informações relevantes, que, a critério da administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das Demonstrações Contábeis.

Portanto, para fazer face a eventuais perdas, são constituídas provisões para contingências, apresentadas acima, e julgadas pela administração da Companhia e de suas controladas, amparadas em seus consultores jurídicos, como suficientes para cobrir eventuais perdas em processos judiciais de qualquer natureza e tiveram, neste exercício, a seguinte evolução:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2010	1.290.567	4.158.869
Constituição de provisões	-	815.270
Reversão de provisões	(65.502)	(289.434)
Saldo em 30/09/2011	1.225.065	4.684.705

As principais ações judiciais movidas contra a Companhia e suas controladas não se alteraram em relação àquelas descritas nas Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2010, inclusive quanto às avaliações de risco de perda.

Em 26 de julho de 2011, a Companhia tomou conhecimento de Termo de Notificação emitido pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e comunicado via fax informando que serão realizados descontos no valor de R\$ 49.827 referente a valores ressarcidos indevidamente à CGTEE de 2005 a 2010 relativos a despesas com cinzas e operação no pátio de carvão através da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE. Tal desconto será realizado em 24 parcelas nos próximos reembolsos.

A Companhia apresentou impugnação e solicitação de efeito suspensivo junto à agência reguladora através do Processo nº 48513.026332/2011-00. A Companhia alega, sucintamente, que cabe ao Ministério de Minas e Energia a elaboração do Manual que prevê os procedimentos de ressarcimento destas despesas, através da CDE; incompetência da ANEEL para alteração dos procedimentos; existência de um Manual de Procedimentos da CDE, assinado pelo MME, ANEEL, ONS, onde consta expressamente que haverá a cobertura das despesas com cinzas e operação no pátio de carvão. Tendo em vista estes argumentos, a Companhia entende que é totalmente infundado o desconto dos valores mencionados, pois há determinação de cobertura até a presente data. Quanto aos valores futuros, não poderá haver suspensão até que tenha haja documento legal expedido pelo MME assim o determinando, não possuindo a ANEEL poderes para alteração destes procedimentos.


Notas Explicativas

A Companhia apresenta na conta de ativo a receber de Reembolso de Combustível CCC e CDE o valor de R\$ 82.504, dos quais R\$ 2.267 referem-se, também, a despesas com cinzas e operação no pátio de carvão. Na opinião da Assessoria Jurídica da Companhia a probabilidade de perda na esfera administrativa é possível e na esfera judicial, remota. Dessa forma, não foi constituída provisão para a parcela do ativo a receber nem para os valores de descontos, que totalizam R\$ 52.094.

Na mesma linha de discussão encontra-se pendente de reembolso pendências na Conta do Reembolso de Combustível CCC e CDE o valor de R\$ 43.334, referente ao reembolso de combustível e serviços relativos ao uso de combustível carvão mineral para geração termelétrica na UTE Candiota III (Fase C), que segundo entendimento da ANEEL, estaria suportado na Tarifa praticada de suprimento junto as Distribuidoras, não dando direito à Companhia o benefício do reembolso. Diante desta situação, permanece não autorizado os reembolsos registrados nas contas a receber para o combustível e serviços até a definição do julgamento na Agência. Na opinião da Assessoria Jurídica da Companhia a probabilidade de perda na esfera administrativa é possível e na esfera judicial, remota, motivo pelo qual, até esse momento, nenhuma provisão para perdas foi constituída.

A Companhia interpôs em 23 de abril de 2011 Recurso Administrativo Inominado, com pedido de efeito suspensivo, com base no disposto no artigo 5o, LV, da CF/88 e dispositivos da Lei nº 9784/99 e na Resolução ANEEL nº 273/2007, o qual foi concedido à Companhia a continuidade de suas receitas, porém não autorizando os reembolsos registrados no contas a receber para o combustível e serviços até a definição do julgamento na Agência.

NOTA 30 - OBRIGAÇÕES PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

A Companhia reconhece obrigações para descomissionamento de usinas termonucleares, que se constituem em um programa de atividades exigidas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, que permite desmantelar com segurança e mínimo impacto ao meio ambiente essas instalações nucleares, ao final do ciclo operacional.

Dadas as características específicas de operação e manutenção de usinas termonucleares, sempre que ocorrerem alterações no valor estimado do custo de desmobilização, decorrentes de novos estudos em função de avanços tecnológicos, deverão ser alteradas as quotas de descomissionamento, de forma a ajustar o saldo da obrigação à nova realidade.

O saldo da obrigação, registrada a valor presente, em 30 de setembro de 2011 é de R\$ 391.789 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 375.968).

Saldo do Passivo, a Valor Presente, em 31/12/2009	323.326
Ajuste a Valor Presente / Variação Cambial no exercício	52.642
Saldo do Passivo, a Valor Presente, em 31/12/2010	375.968
Ajuste a Valor Presente / Variação Cambial no período	15.821
Saldo do Passivo, a Valor Presente, em 30/09/2011	391.789

NOTA 31 - CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO A PAGAR - UBP

A Companhia tem contratos de concessão onerosa com a União para a utilização do bem público para a geração de energia elétrica, substancialmente em empreendimentos através das


Notas Explicativas

Sociedades de Propósito Específico - SPEs. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e intenção das partes de executá-los integralmente.

Buscando refletir adequadamente, no patrimônio, a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União, os valores das concessões foram registrados no ativo intangível em contrapartida do passivo.

Usina	Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010
Passo São João	3.832	3.515
Mauá	11.625	10.498
São Domingos	4.502	4.047
Jirau	38.596	35.616
Batalha e Simplício	41.866	38.668
Foz do Chapecó	252.830	57.021
Peixe Angical	82.924	79.098
Belo Monte	71.726	-
Teles Pires	33.999	-
Retiro Baixo	3.707	3.503
Serra do Facão	631.755	554.009
Santo Antônio	74.533	48.240
Total	1.251.895	834.215

Os valores estabelecidos nos contratos de concessão estão a preços futuros e, portanto, a Companhia ajustou a valor presente essas obrigações.

A atualização da obrigação em função da taxa de desconto e da variação monetária foi capitalizada no ativo durante a construção das Usinas e, a partir da data da entrada em operação comercial, reconhecida diretamente no resultado.

A Companhia adota como política contábil, reconhecer a obrigação na data da obtenção da licença ambiental de instalação (LI).

Os pagamentos da UBP são realizados em parcelas mensais a partir do início da operação comercial do empreendimento até o final do prazo de concessão.

NOTA 32 - ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	30/09/2011	31/12/2010
Aquisição de participação acionária na CEEE	136.741	2.364.929
Aquisição da participação acionária na CGTEE	-	2.272.187
Linha de transmissão Banabuí - Fortaleza	-	78.280
UHE de Xingó	-	219.942
Linhas de transmissão no Estado da Bahia	-	34.429
Fundo Federal de Eletrificação - Lei 5.073/66	-	204.089
	136.741	5.173.856


Notas Explicativas

A Companhia no terceiro trimestre de 2011 capitalizou os AFAC's.

NOTA 33 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

I - Capital Social

O Capital Social da Companhia em 30 de setembro de 2011, é de R\$ 31.305.331 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 26.156.567) e suas ações não têm valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias, entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital e na distribuição de dividendos, às taxas anuais de 8% para as ações de classe "A" (subscritas até 23 de junho de 1969) e 6% para as de classe "B" (subscritas a partir de 24 de junho de 1969), calculado sobre o capital correspondente a cada classe de ações.

O Capital Social está representado por 1.352.634.100 ações escriturais e está distribuído, por principais acionistas e pelas espécies de ações, conforme a seguir:

ACIONISTA	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS			CAPITAL TOTAL	
	QUANTIDADE	%	Série A	Série B	%	QUANTIDADE	%
União*	552.968.382	50,87	-	2.252	0,00	552.970.634	40,88
BNDESPAR	180.757.950	16,63	-	18.691.102	7,04	199.449.052	14,75
BNDES**	76.338.832	7,02	-	18.262.671	6,88	94.601.503	6,99
FND***	45.621.589	4,20	-	-	-	45.621.589	3,37
Caixa Econômica Federal****	8.701.564	0,80	-	-	-	8.701.564	0,64
FGHAB	1.000.000	0,09	-	-	-	1.000.000	0,07
FGI	-	-	-	8.750.000	3,30	8.750.000	0,65
FGO	-	-	-	468.600	0,18	468.600	0,03
OUTROS	221.661.980	20,39	146.920	219.262.258	82,60	441.071.158	32,62
	<u>1.087.050.297</u>	<u>100,00</u>	<u>146.920</u>	<u>265.436.883</u>	<u>100,00</u>	<u>1.352.634.100</u>	<u>100,00</u>

*Composta de 2.128 ações do MF e 124 da União

**O acionista BNDES vendeu 5.968.400 ações ON, no período de 6 de abril a 26 de abril de 2011.

***O acionista FND foi extinto, conforme MP 507/10. Após o processo de inventário, serão transferidas 30.058.641 ações ao acionista União Federal.

****O acionista CEF acumulou a venda de 542.900 ações PNB no período de março a junho de 2011.

Do total das 441.070.631 ações em poder dos minoritários, 309.674.665 ações, ou seja, 70,21% são de propriedade de investidores não residentes, sendo 164.976.686 ações ordinárias, 28 ações preferenciais da classe "A" e 144.697.951 ações preferenciais da classe "B".

Da participação total de acionistas domiciliados no exterior, 76.105.586 ações ordinárias e 35.147.881 ações preferenciais da classe "B" estão custodiadas, lastreando o Programa de American Depositary Receipts - ADR's. Em 30 de setembro de 2011, o valor patrimonial da ação é de R\$ 57,30 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 62,29).

II - Reservas de Capital

CONTROLADORA E CONSOLIDADO

30/09/2011

31/12/2010

Notas Explicativas

Compensação de insuficiência de remuneração - CRC	18.961.102	18.961.102
Ágio na emissão de ações	3.384.310	3.384.310
Especial - Decreto-Lei 54.936/1964	387.419	387.419
Correção monetária do balanço de abertura de 1978	309.655	309.655
Correção monetária do Empréstimo Compulsório - 1987	2.708.432	2.708.432
Doações e subvenções - FINOR, FINAM e outros	297.424	297.424
	26.048.342	26.048.342

III - Reservas de Lucros

O Estatuto Social da companhia prevê a destinação de 50% do lucro líquido do exercício para a constituição de Reserva de Investimentos, de 1% para a Reserva de Estudos e Projetos e de 1% para benefícios assistenciais de empregados, sendo sua constituição limitada a 75% e a 2% do capital social, para as duas primeiras respectivamente:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	30/09/2011	31/12/2010
Legal (art. 193 - Lei 6.404/1976)	2.046.388	2.046.388
Estatutárias (art. 194 - Lei 6.404/1976)	14.544.605	14.005.262
Dividendos Adicionais Propostos(*)	-	753.201
	16.590.993	16.804.851

* A 51ª Assembléia Geral Ordinária (A.G.O.) realizada em 16/06/2011 aprovou o pagamento dos dividendos adicionais propostos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2010.

NOTA 34 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
a) GERAÇÃO				
Comercialização				
Suprimento / Venda de Energia	1.346.519	1.367.137	14.107.387	13.742.170
Ativo Financeiro/Repasse Itaipu*	655.879	179.338	655.879	179.338
OUTROS	-	-	-	-
B) TRANSMISSÃO				
Receita de construção	-	-	1.894.676	1.420.017
Receita de operação e manutenção	-	-	1.262.563	1.064.181
Atualização de Taxas de retorno - Transmissão	-	-	2.043.105	1.835.095
c) DISTRIBUIÇÃO				
Fornecimento	-	-	2.878.457	2.616.086
Receita de construção	-	-	520.954	564.956
Receita de operação e manutenção	-	-	24.363	14.371
Outras Receitas	-	-	761.143	758.827
TOTAL	2.002.398	1.546.476	24.148.526	22.195.041

Notas Explicativas

DEDUÇÕES A RECEITA OPERACIONAL				
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-	437.517	416.829
Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	-	441.422	278.510
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	74.270	100.864
Programa de Incentivo Fontes Alternativas de EE - PROINFA	-	-	104.323	124.055
ICMS	-	-	788.758	680.965
PASEP e COFINS	125.843	133.086	1.409.402	1.332.323
Outras Deduções	-	-	203.372	185.799
	<u>125.843</u>	<u>133.086</u>	<u>3.459.064</u>	<u>3.119.345</u>
Resultado de Operações com Energia	<u>1.876.555</u>	<u>1.413.390</u>	<u>20.689.462</u>	<u>19.075.696</u>
Receita Operacional Líquida	<u>1.876.555</u>	<u>1.413.390</u>	<u>20.689.462</u>	<u>19.075.696</u>

(*) Vide quadro abaixo

Consolidado

	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Operações com Energia Elétrica	5.905.394	4.846.612
Energia Comprada p/ Revenda	(5.350.706)	(4.668.184)
Acréscimo Moratório	101.191	910
Total Resultado	<u>655.879</u>	<u>179.338</u>

NOTA 35 - PESSOAL, MATERIAL E SERVIÇOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Pessoal	258.450	249.323	3.935.740	3.661.963
Material	3.443	3.798	210.978	214.790
Serviços	78.590	71.086	1.456.304	1.367.837
	<u>340.483</u>	<u>324.207</u>	<u>5.603.022</u>	<u>5.244.590</u>

NOTA 36 - ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA E USO DA REDE ELÉTRICA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Fornecimento	-	-	613.192	741.894
Suprimento	-	-	329.770	455.262

Notas Explicativas

Uso da Rede	-	-	1.053.464	1.150.216
Comercialização CCEE	168.341	461.847	252.542	486.354
Proinfa	1.266.754	927.473	1.266.754	927.473
Outros	6.958	2.842	13.343	35.869
	<u>1.442.053</u>	<u>1.392.161</u>	<u>3.529.065</u>	<u>3.797.067</u>

NOTA 37 - PROVISÕES OPERACIONAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Garantias	19.133	-	19.133	-
Contingências	(65.502)	246.616	235.483	554.463
PCLD - Consumidores e Revendedores	-	-	503.228	336.060
PCLD - Financiamentos e Empréstimos	47.530	21.910	47.530	21.910
Perdas na realização de AFAC's	-	416.792	-	-
Passivo a descoberto em Controladas	373.711	(53.660)	-	-
Perdas em Investimentos - diversos	64.142	1.050.416	64.142	1.050.416
Plano de readequação do quadro de pessoal	-	-	567.053	-
Impairment	-	-	409.000	-
Outras	6.138	(12.123)	(57.947)	23.354
	<u>445.152</u>	<u>1.669.951</u>	<u>1.787.622</u>	<u>1.986.203</u>

NOTA 38 - RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Investimentos em controladas				
Equivalência patrimonial	1.292.672	2.341.775	-	-


Notas Explicativas

Rendimentos de capital - ITAIPU	33.030	35.345	33.030	35.345
	<u>1.325.701</u>	<u>2.377.120</u>	<u>33.030</u>	<u>35.345</u>
Investimentos em coligadas				
Equivalência patrimonial	<u>402.909</u>	<u>355.902</u>	<u>451.180</u>	<u>367.287</u>
Juros sobre o capital próprio	18.940	13.974	18.940	13.974
Dividendos	81.859	49.509	81.859	49.509
Remuneração dos investimentos em parcerias	(8.923)	6.222	(8.924)	6.223
Outros investimentos	<u>91.876</u>	<u>69.705</u>	<u>91.875</u>	<u>69.706</u>
	<u>1.820.487</u>	<u>2.802.727</u>	<u>576.085</u>	<u>472.337</u>

NOTA 39 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

1 - Gestão de Recursos

1.1-Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Em 2011, a estratégia da Companhia, que ficou inalterada em relação à de 2010, foi a de manter o índice de alavancagem financeira entre 7 % e 20%. Os índices de alavancagem financeira em 30 de setembro de 2011 e 2009 podem ser assim sumarizados:

	30/09/2011	31/12/2010
Total dos Empréstimos	38.266.915	33.138.436
(-) Caixa e Equivalente Caixa	<u>4.903.244</u>	<u>9.220.169</u>
Dívida Líquida	33.363.672	23.918.267
(+) Total do Patrimônio Líquido	<u>77.738.193</u>	<u>70.530.410</u>
Total do Capital	<u>111.101.864</u>	<u>94.448.677</u>
Índice de Alavancagem Financeira	30%	25%

Notas Explicativas

2 - Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados em categorias de ativos e passivos financeiros, as quais contemplam inclusive os instrumentos derivativos.

2.1 - Ativos Financeiros - classificados nas seguintes categorias:

- a) Caixa e equivalentes de caixa: mantidos para a negociação a curto prazo e mensurados pelo valor justo, sendo os seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado.
- b) Títulos e valores mobiliários: são aqueles com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem a intenção de manter até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição acrescido por juros e atualização monetária, com impactos no resultado. Tais instrumentos são ajustados ao valor provável de realização, quando aplicável. As aplicações financeiras são mantidas para negociação em fundo de investimento exclusivo, conforme regulamentação em vigor.
- c) Consumidores e revendedores: são registrados pelo seu valor nominal, similar aos valores justos e prováveis de realização.
- d) Créditos renegociados: tais ativos são registrados assumindo a intenção de mantê-los até o vencimento, pelos seus valores justos e prováveis de realização.
- e) Financiamentos e empréstimos concedidos: são ativos financeiros com recebimentos fixos ou determináveis, sendo seus valores mensurados pelo custo amortizado, mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.
- f) Ativos financeiros da concessão: são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo da concessão. São classificados com empréstimos e recebíveis.

Os financiamentos concedidos estão restritos às concessionárias de serviço público de energia elétrica e, desta forma, a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital da empresa) é definida levando em conta prêmio de risco compatível com as atividades do setor. Na impossibilidade de buscar alternativas que não o próprio setor elétrico, o valor presente desses empréstimos corresponde ao seu valor contábil.

No encerramento deste exercício, a Companhia mantinha 1.060 contratos concedidos de empréstimos e financiamentos (813 em 31 de dezembro de 2010), totalizando R\$ 27.233.028 (R\$ 24.761.922 em 31 de dezembro de 2010), conforme demonstrado a seguir:

Moeda	Controladora		R\$
	US\$	%	
Dólar Norte-Americano	7,026,680	47,85	13.030.275
Real	7,374,432	50,22	13.675.147
YEN	244,503	1,66	453.406
EURO	40,013	0,27	74.200
Total	14,685,628	100,00	27.233.028

Consolidado

Notas Explicativas

Moeda	US\$	%	R\$
Dólar Norte-Americano	3,205,690	59,62	5.944.632
Real	2,171,032	40,38	4.025.961
Total	5,376,722	100,00	9.970.593

g) Derivativos: são mensurados pelo valor justo e seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado.

Em 30 de setembro de 2011, não havia instrumentos financeiros derivativos em carteira própria da empresa ou de suas controladas diretas. De igual maneira, não houve operações com derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2010. São apresentadas operações de derivativos em algumas Sociedades de Propósito Específico, as quais estão relacionadas com operações de swap vinculadas a empréstimos específicos ou *hedge* de fluxo de caixa relacionado com a compra futura de materiais a serem utilizados na construção dos ativos.

3 - Política de *hedge* Financeiro

A Eletrobras apresenta exposição a riscos financeiros que causam volatilidade em suas demonstrações contábeis bem como em seu fluxo de caixa. A companhia apresenta relevante descasamento entre ativos e passivos indexados a moedas estrangeiras, em especial ao dólar norte americano, proveniente principalmente dos contratos de financiamento com Itaipu Binacional. Adicionalmente, existem exposições à taxa de juros Libor, relativas a contratos de captação externa.

Neste contexto foi aprovada a Política de *hedge* Financeiro da Eletrobras. O objetivo da atual política é perseguir a mitigação da exposição às variáveis de mercado que impactem ativos e passivos da Companhia e de suas controladas, reduzindo assim os efeitos de flutuações indesejáveis destas variáveis em suas Demonstrações Contábeis.

Com isso, a referida política visa que os resultados da Companhia reflitam fielmente o seu real desempenho operacional e que o seu fluxo de caixa projetado apresente menor volatilidade.

Junto com a política foi aprovada a criação do Comitê de *hedge* Financeiro no âmbito da Diretoria Financeira, que tem como função principal definir as estratégias e os instrumentos de *hedge* a serem apresentados à Diretoria Executiva da Eletrobras.

Levando-se em conta as diferentes formas de se realizar o *hedge* dos descasamentos apresentados pela empresa, a política aprovada elenca uma escala de prioridades. Primeiramente estaria a solução estrutural, e, apenas nos casos residuais, seriam adotadas operações com instrumentos financeiros derivativos.

As operações com derivativos financeiros apenas serão realizadas com o intuito exclusivo de proteger ativos e passivos indexados da Companhia e de suas controladas que apresentem algum descasamento, não podendo caracterizar alavancagem financeira ou operação de concessão de crédito a terceiros.

Em 2009, foi aprovado um novo Mandato para Operações de Derivativos, o qual teve seu escopo ampliado, abrangendo, além dos descasamentos de moeda, as exposições à taxa de juro.

A empresa vem realizando estudos e discutindo, através do Comitê de *hedge* Financeiro, a realização de operações de Swap de Taxa de Juros com o intuito de neutralizar a volatilidade dos contratos de captação realizados à Libor de 6 meses. Tais operações abrangem um valor nocional

Notas Explicativas

em torno de US\$ 700 milhões e prazos que variam de 2015 a 2020. A previsão é que estas operações sejam realizadas no ano de 2011.

Além da operação de Swap de Libor, estratégias de *hedge* cambial foram analisadas ao longo do ano de 2010 e poderão ser implementadas a partir de 2011. Seguindo a Política de *hedge* Financeiro, a análise de soluções estruturais estão sendo priorizadas e oportunidades de novas captações externas estão sendo consideradas como importante instrumento de mitigação das exposições ativas em moeda estrangeira.

Operações com derivativos, quando realizadas no mercado de balcão, contêm riscos de contraparte que, diante dos problemas apresentados pelas instituições financeiras em 2008 e 2009, se mostram relevantes. Com o intuito de mitigar este risco, a Eletrobras instituiu uma norma sobre credenciamento de instituições financeiras para fins de realização de operações com derivativos. Esta norma define critérios em relação a porte, rating e expertise no mercado de derivativos, para que sejam selecionadas as instituições que poderão realizar operações com a Eletrobras.

Além disso, a empresa desenvolveu metodologia de controle de exposição às instituições credenciadas que define limites ao volume de operações a serem realizadas com cada uma delas.

Também está em discussão um anexo contratual sobre margens de garantia, que será condição prévia para realização de qualquer operação desta natureza. Através deste instrumento contratual irá se reduzir substancialmente a exposição ao risco de contraparte ao longo da vida das operações com derivativos.

4 - A Controlada Eletronorte celebrou, no exercício de 2004, contratos de longo prazo para o fornecimento de energia elétrica para três de seus principais clientes. Esses contratos de longo prazo estão associados ao preço internacional do alumínio, cotado na *London Metal Exchange* (LME), como ativo básico para fins de definição dos valores mensais dos contratos.

Os detalhes dos contratos são os seguintes:

Cliente	Datas do contrato		Volumes médios de megawatts
	Inicial	Vencimento	
Albrás	01/07/2004	31/12/2024	750 MW - até 31/12/2006
Alcoa	01/07/2004	31/12/2024	800 MW - a partir de 01/01/2007
BHP	01/07/2004	31/12/2024	De 304,92 MW a 328 MW
			De 353,08 MW a 492 MW

Esses contratos incluem o conceito de *cap and floor band* relacionado ao preço do alumínio cotado na LME. O preço limite máximo e mínimo da LME está limitado a US\$ 2.773,21/ton e US\$ 1.450/ton, respectivamente.

A Companhia não atua com outras modalidades de operações de derivativos com exceção às mencionadas nesta nota explicativa.

Neste semestre a controlada Eletronorte reconheceu o montante de R\$ 13.152 referente ao efeito dos derivativos embutidos dos contratos acima mencionados, cuja contrapartida é registrada no resultado do exercício.

5 - Passivos Financeiros - classificados nas seguintes categorias:

a) - Fornecedores: são mensurados pelo valor justo de mercado e amortizados essencialmente pelo método do custo amortizado.

Notas Explicativas

b) - Empréstimos e financiamentos: são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Nessa classificação de passivo financeiro destacam-se os empréstimos e financiamentos obtidos junto às instituições financeiras, notadamente no exterior, e aos fundos setoriais, em especial a Reserva Global de Reversão – RGR. Os valores de mercado dos empréstimos e financiamentos obtidos são equivalentes aos seus valores contábeis.

Os financiamentos captados são compostos de financiamentos contratados junto a agências multilaterais internacionais (BID, BIRD, CAF), não sendo praticável descontá-los a uma taxa diferente da estabelecida no acordo da dívida brasileira. Os demais empréstimos são captados a taxas de mercado, fazendo com que o valor contábil seja próximo ao seu valor presente.

A Companhia encerrou terceiro trimestre de 2011 com 14 contratos passivos, entre empréstimos, financiamentos e bônus, que totalizam R\$ 14.700.046 (R\$ 13.705.726 em 31 de dezembro de 2010), conforme demonstrado a seguir:

Moeda	Controladora		R\$
	US\$	%	
Dólar Norte-Americano	3,017,953	38,07	5.596.493
Real	4,650,393	58,66	8.626.689
EURO	57,395	2,54	106.434
YEN	201,376	0,72	373.432
Total	3,276,724	100,00	14.700.046

Moeda	Consolidado		R\$
	US\$	%	
Dólar Norte-Americano	7,919,693	38,38	14.686.278
Real	12,457,275	60,37	23.100.771
EURO	57,395	0,28	106.434
YEN	201,376	0,98	373.432
Total	20,635,739	100,00	38.266.915

Empréstimo Compulsório: extinto pela Lei 7.181, de 20 de dezembro de 1993, teve como prazo limite para seu recolhimento o dia 31 de dezembro de 1993. Atualmente, a Companhia gerencia o estoque residual do Empréstimo Compulsório arrecadado, atualizando-o com base no IPCA-E e remunerando-o à taxa de 6% a.a., com prazo de resgate definido.

6 - Gestão de Riscos Financeiros:

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

Notas Explicativas

6.1 - Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio.

A Companhia apresenta descasamento entre ativos e passivos indexados à moeda estrangeira, em especial ao dólar norte-americano, em posição ativa, no montante de U\$ 4,008,727 mil (U\$ 4,454,711 mil em 31 de dezembro de 2010), proveniente principalmente dos contratos de financiamentos concedidos à controlada Itaipu Binacional, cujo principal está integralmente reconhecida em balanço, o que causa volatilidade nos seus resultados e em seu fluxo de caixa.

6.2 - Risco de taxa de juros

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras, relativas a contratos de captação externa, principalmente referenciados à taxa Libor.

6.3 - Risco de preço de commodities

A controlada Eletronorte celebrou, no exercício de 2004, contratos de longo prazo para o fornecimento de energia elétrica para três de seus principais clientes. Esses contratos de longo prazo estão associados ao preço internacional do alumínio, cotado na London Metal Exchange (LME), como ativo básico para fins de definição dos valores mensais dos contratos.

Os detalhes dos contratos são os seguintes:

Cliente	Datas do contrato		Volumes médios de megawatts
	Inicial	Vencimento	
Albrás	01/07/2004	31/12/2024	750 MW - até 31/12/2006 800 MW - a partir de 01/01/2007
Alcoa	01/07/2004	31/12/2024	De 304,92 MW a 328 MW
BHP	01/07/2004	31/12/2024	De 353,08 MW a 492 MW

Esses contratos incluem o conceito de cap and floor band relacionado ao preço do alumínio cotado na LME. O preço limite máximo e mínimo da LME está limitado a US\$ 2,773.21/ton e US\$ 1,450/ton.

Até 2004, os preços de suprimento de energia elétrica decorrentes da atividade de geração eram fixados pela ANEEL. A partir do Leilão 001/2004, realizado pela Agência Reguladora, as geradoras passaram a comercializar sua energia elétrica com um maior número de clientes, a preços definidos pelo mercado. A atividade de transmissão de energia elétrica tem sua remuneração definida pela ANEEL, mediante a fixação de Receita Anual Permitida - RAP, julgada suficiente para a cobertura dos custos operacionais e a manutenção do equilíbrio econômico financeiro da concessão.

6.4 - Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de realização de seus recebíveis de clientes, bem como da inadimplência de instituições financeiras contrapartes em operações.

A Companhia, através de suas controladas, atua nos mercados de geração e transmissão de energia elétrica amparada em contratos firmados em ambiente regulado. A Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, através de fianças bancárias. No segmento de distribuição, a

Notas Explicativas

Companhia, através de suas controladas, faz um acompanhamento dos níveis de inadimplência através da análise das especificidades dos seus clientes. Adicionalmente, são realizadas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos em atraso.

As disponibilidades de caixa são aplicadas em um fundo extramercado exclusivo, conforme normativo específico do Banco Central do Brasil. Esse fundo é composto na sua totalidade por títulos públicos custodiados na Selic, não havendo exposição ao risco de contraparte.

Em eventuais relações com instituições financeiras, a Companhia tem como prática a realização de operações somente com instituições de baixo risco avaliadas por agências de rating e que atendam a requisitos patrimoniais previamente definidos e formalizados. Adicionalmente, são definidos limites de crédito que são revisados periodicamente.

6.5 - Risco de liquidez

As necessidades de liquidez da Companhia são de responsabilidade das áreas de tesouraria e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazos, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e conseqüentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não-derivativos do Grupo por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Controladora (não revisado)

	30/09/2011			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos	9.722.170	10.329.805	10.329.805	10.329.805
Empréstimo compulsório	182.621	201.796	272.270	-
Obrigações com arrendamento financeiro (Nota 24)	-	-	-	-
Fornecedores e outras obrigações	1.956.490	2.078.770	2.078.770	2.078.770
Garantias financeiras	-	-	-	-

	31/12/2010			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos	275.907	195.687	1.230.529	12.003.601
Empréstimo compulsório	174.166	192.453	259.664	-
Obrigações com arrendamento financeiro (Nota 24)	-	-	-	-
Fornecedores e outras obrigações	2.061.540	2.061.540	2.061.540	-
Garantias financeiras	-	-	-	-

Consolidado


Notas Explicativas

30/09/2011

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	11.725.874	12.689.270	14.056.415	21.353.214
Obrigações com arrendamento financeiro	139.742	259.034	388.551	1.122.479
Empréstimo compulsório	182.621	201.796	272.270	-
Fornecedores	4.130.981	2.079.645	2.078.770	2.078.770
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.063.946	-	-	-
Concessões a pagar – UBP	1.072	1.493	4.911	77.721

31/12/2010

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	1.868.466	455.637	2.865.163	27.949.170
Obrigações com arrendamento financeiro	120.485	240.933	361.400	1.092.214
Empréstimo compulsório	174.166	192.453	259.664	-
Fornecedores	5.563.938	2.081.548	2.061.540	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	639.278	-	-	-
Concessões a pagar – UBP	-	1.313	10.118	150.133

7 – Análise de Sensibilidade (não revisado)

Nos quadros a seguir foram considerados cenários para índices e taxas, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade utilizou-se como cenário provável para fim de 2011 previsões e/ou estimativas baseadas fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central, e Economic Outlook 86, publicado pela OECD.

Foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos concedidos de empréstimos e financiamentos em quatro diferentes cenários: dois com elevação das moedas-indexadores do saldo devedor e dois com diminuição dessas moedas-indexadores. As análises limitaram-se aos contratos concedidos que apresentem exposição a taxa de câmbio e índice de preços.

Depreciação dos Índices

Moeda (Risco)	Saldo US\$	Saldo R\$	Provável 2011	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dólar(R\$/US\$)	7.080.994	13.130.996	1,73	1,2975	0,8650	9.187.590	6.125.060
IGP-M	7.520.220	13.945.496	1,61%	1,20%	0,80%	14.113.509	14.057.505
EURO(R\$/€)	56.639	105.032	2,4609	1,8457	1,2304	73.490	48.993
Yen(R\$/¥)	239.617	444.346	0,0214	0,0160	0,0107	310.903	207.269
TOTAL	14.897.471	27.625.870				23.685.492	20.438.827

Apreciação dos Índices

Moeda (Risco)	Saldo US\$	Saldo R\$	Provável 2011	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
---------------	------------	-----------	------------------	---------------------	----------------------	---------------------	----------------------


Notas Explicativas

Dólar(R\$/US\$)	7.080.994	13.130.996	1,73	2,1625	2,5950	15.312.650	18.375.180
IGP-M	7.520.220	13.945.496	1,61%	2,01%	2,41%	14.225.518	14.281.522
EURO(R\$/€)	56.639	105.032	2,4609	3,0761	3,6913	122.483	146.979
Yen(R\$/¥)	239.617	444.346	0,0214	0,0267	0,0320	518.172	621.806
TOTAL	14.897.471	27.625.870				30.178.823	33.425.488

Foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos obtidos de empréstimos e financiamentos em quatro diferentes cenários: dois com elevação das moedas-indexadores do saldo devedor e dois com diminuição dessas moedas-indexadores. As análises limitaram-se aos contratos obtidos que apresentem exposição a taxa de câmbio e índice de preços.

Depreciação dos Índices

Moeda (Risco)	Saldo US\$	Saldo R\$	Provável 2011	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dólar(R\$/US\$)	3.017.953	5.596.492	1,73	1,2975	0,8650	3.915.794	2.610.529
EURO(R\$/€)	57.395	106.434	2,4609	1,8457	1,2304	74.470	49.647
Yen(R\$/¥)	201.376	373.431	0,0214	0,0160	0,0107	261.285	174.190
TOTAL	3.276.724	6.076.357				4.251.549	2.834.366

Apreciação dos Índices

Moeda (Risco)	Saldo US\$	Saldo R\$	Provável 2011	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Dólar(R\$/US\$)	3.017.953	5.596.492	1,73	2,1625	2,5950	6.526.323	7.831.588
EURO(R\$/€)	57.395	106.434	2,4609	3,0761	3,6913	124.117	148.940
Yen(R\$/¥)	201.376	373.431	0,0214	0,0267	0,0320	435.476	522.571
TOTAL	3.276.724	6.076.357				7.085.916	8.503.099

Foram realizadas análises de sensibilidade do ativo financeiro decorrente da comercialização da energia elétrica de Itaipu Binacional. A análise limitou-se à variação da taxa de câmbio real por dólar, incluindo dois cenários onde há valorização cambial de 25% e 50% e dois cenários onde há desvalorização cambial de 25% e 50%.

Depreciação de Índices do Direito de Comercialização da Energia de Itaipu:

Moeda (Risco)	Saldo US\$	Saldo R\$	Provável 2011	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dólar(R\$/US\$)	2.262.805	4.196.145	1,73	1,2975	0,8650	2.935.989	1.957.326

Apreciação de Índices do Direito de Comercialização da Energia de Itaipu:


Notas Explicativas

Moeda (Risco)	Saldo US\$	Saldo R\$	Provável 2011	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Dólar(R\$/US\$)	2.262.805	4.196.145	1,73	2,1625	2,5950	4.893.316	5.871.979

As análises de sensibilidade foram elaboradas como estabelece a Instrução CVM 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Trata-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

8 – Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a PCLD, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

	Controladora			
	30/09/2011			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos Valores Mobiliários	160.084	-	6.673.810	6.833.894
Partes beneficiárias	203.014	-	-	203.014
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1.422.585	-	45.904	1.468.489
Total de ativos	1.785.683	-	6.719.714	8.505.397

	31/12/2010			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
	Títulos Valores Mobiliários	-	-	5.811.767
Investimentos mantidos a custo	-	-	52.410	52.410
Partes beneficiárias	194.761	-	-	194.761
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1.402.837	-	-	1.402.837
Total de ativos	1.597.598	-	5.864.177	7.461.775

	Consolidado			
	30/09/2011			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos Valores Mobiliários	164.434	-	7.506.244	7.670.678
Derivativos	-	-	101.507	101.507
Derivativos designados como hedge	-	531.438	-	531.438
Partes beneficiárias	203.041	-	-	203.041
Títulos Patrimoniais	1.634	-	-	1.634
Ativos Financeiros Disponíveis para	1.644.593	-	45.904	1.690.497

Notas Explicativas

Venda				
Total de ativos	2.013.702	531.438	7.653.655	10.198.795
Derivativos destinados para Hedge	-	558.841	-	558.841
Total de passivos	-	558.841	-	558.841

	31/12/2010			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos Valores Mobiliários	362.365	-	7.181.613	7.543.978
Derivativos	(2.038)	-	540.072	538.034
Derivativos designados como hedge	-	582.404	-	582.404
Partes beneficiárias	194.761	-	-	194.761
Títulos Patrimoniais	1.548	-	-	1.548
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1.610.908	-	52.410	1.663.318
Total de ativos	2.167.544	582.404	7.774.095	10.524.043
Derivativos destinados para Hedge	-	540.540	-	540.540
Total de passivos	-	540.540	-	540.540

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) que em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo, e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais da FTSE 100 classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações


Notas Explicativas

relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

NOTA 40 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, sobre os quais as tomadas de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

O Conselho de Administração avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na mensuração do lucro líquido.

As informações por segmento de negócios, correspondentes ao exercício findo em 30 de setembro de 2011 e 30 de setembro de 2010 em milhões reais, são as seguintes:

RESULTADO POR SEGMENTO	set/11				
	ADMINISTRAÇÃO	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO	TOTAL
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	45	13.672	4.784	2.188	20.689
DESPESAS OPERACIONAIS	(836)	(9.921)	(4.602)	(2.084)	(17.443)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(791)	3.751	182	104	3.246
RESULTADO FINANCEIRO	1.878	(961)	(306)	(47)	564
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	517	39	20	-	576
IRPJ / CSLL	(535)	(456)	(195)	(5)	(1.191)
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA	(11)	-	(8)	-	(19)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.058	2.373	(307)	52	3.176

RESULTADO POR SEGMENTO	set/10				
	ADMINISTRAÇÃO	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO	TOTAL
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	35	13.148	3.936	1.957	19.076
DESPESAS OPERACIONAIS	(2.008)	(9.080)	(3.631)	(1.802)	(16.521)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(1.973)	4.068	305	155	2.555
RESULTADO FINANCEIRO	794	(658)	(74)	20	82
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	451	49	(29)	-	471
IRPJ / CSLL	(296)	(790)	(269)	(7)	(1.362)
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA	(26)	-	-	-	(26)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(1.050)	2.669	(67)	168	1.720


Notas Explicativas

As vendas entre os segmentos foram realizadas como vendas entre partes independentes. A receita de partes externas foi mensurada de maneira condizente com aquela apresentada na demonstração do resultado.

NOTA 41 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	CONTROLADORA		
	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
FURNAS			
Financiamentos e empréstimos	2.672.764	-	-
Dividendo a receber	71.853	-	-
Receitas de participação societária	-	-	(36.410)
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	108.796
	<u>2.744.617</u>	<u>-</u>	<u>72.386</u>
CHESF			
Financiamentos e empréstimos	139.914	-	-
Dividendo a receber	1.276.273	-	-
Outros	-	1.355	-
Receita de juros, comissões e taxas	-	-	8.074
Receitas de participações societárias	-	-	1.171.644
	<u>1.416.187</u>	<u>1.355</u>	<u>1.179.718</u>
ELETRONORTE			
Financiamentos e empréstimos	4.073.302	-	-
Dividendo a receber	(4.243)	-	-
AFAC	966.810	-	-
Receitas de participação societária	-	-	134.930
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	215.084
	<u>5.035.869</u>	<u>-</u>	<u>350.014</u>
ELETROSUL			
Financiamentos e empréstimos	983.424	-	-
Dividendo a receber	77.637	-	-
AFAC	1.488.149	-	-
Receita de participações societárias	-	-	124.655
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	39.747
	<u>2.549.210</u>	<u>-</u>	<u>164.402</u>
CGTEE			
Financiamentos e empréstimos	1.014.594	-	-
AFAC	393.863	-	-
Dividendo a receber	33.178	-	-
Resultado em participações societárias	-	-	35.402
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	26.897
	<u>1.441.635</u>	<u>-</u>	<u>62.299</u>

Notas Explicativas

ELETRONUCLEAR			
Financiamentos e empréstimos	975.777	-	-
AFAC	3.311.226	-	-
Outros	-	149.480	-
Resultado de participações societárias	-	-	313.728
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	44.440
	4.287.003	149.480	358.168
ITAIPU			
Financiamentos e empréstimos	5.944.607	-	-
Dividendo a receber	464	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	278.258
	5.945.071	-	278.258
CEAL			
Financiamento e empréstimos	225.532	-	-
AFAC	97.137	-	-
Resultado de participações societárias	-	-	(80.313)
Receitas de Juros, comissões e taxas	-	-	9.999
	322.669	-	(70.314)
CEPISA			
Financiamento e empréstimos	455.156	-	-
AFAC	233.443	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	31.499
	688.599	-	31.499
AMAZONAS ENERGIA			
Financiamentos e empréstimos	614.993	-	-
AFAC	62.255	-	-
Resultado de participações societárias	-	-	(339.252)
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	35.964
	677.248	-	(303.288)
CERON			
Financiamentos e empréstimos	105.927	-	-
Resultado de participações societárias	-	-	(50.686)
AFAC	74.408	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	5.780
	180.335	-	(44.906)
ELETROPAR			
Resultado de participações societárias	-	-	21.330
Dividendo a receber	59	-	-
	59	-	21.330
ELETROACRE			
Financiamentos e empréstimos	78.399	-	-
AFAC	255.183	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	6.220
	333.582	-	6.220
TESOURO NACIONAL			
Obrigações	-	289.768	-

Notas Explicativas

	-	289.768	-
INAMBARI			
Resultado de participações societárias	-	-	(1.395)
	-	-	(1.395)
BELO MONTE			
Resultado de participações societárias	-	-	162
	-	-	162
CHC			
Resultado de participações societárias	-	-	(503)
	-	-	(503)
MANGUE SECO			
Resultado de participações societárias	-	-	(620)
	-	-	(620)
ELETROS			
Contribuições Previdenciárias	-	-	16.557
	-	-	16.557

CONSOLIDADO

PODER PÚBLICO FEDERAL	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Consumidores e revendedores	11.827	-	-
Contas a receber	971	-	-
Receitas financeiras	-	-	9.265
Outras receitas	-	-	30.263
	12.798	-	39.528
BNDES			
Empréstimos e financiamentos a pagar	-	8.173.793	-
	-	8.173.793	-
REAL GRANDEZA			
Contas a receber	907	-	-
Contribuições previdenciárias	-	(8.837)	-
Fornecedores	-	(9.754)	-
Contas a pagar	-	(11.692)	-
Obrigações diversas	-	-	-
Contratos de dívida atuariais	-	(404.087)	-
Outros passivos	-	34.494	-
Despesas atuariais	-	-	(83.782)
Despesas financeiras	-	-	(48.042)
Despesa com aluguéis	-	-	(29.632)
Provisão atuarial	-	-	(57.944)
Contribuições desp administrativa	-	-	723
	907	(399.876)	(218.677)

Notas Explicativas

NUCLEOS

Contribuições previdenciárias	-	2.375	-
Contribuições normal mantenedor	-	-	4.739
	-	2.375	4.739

RS ENERGIA

Contas a receber	3.013	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	27.258	-	-
Participação societária permanente	142.046	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	3.043
Equivalência patrimonial acumulada	4.720	-	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	1.304
Outras receitas	-	-	8
	177.037	-	4.355

UIRAPURU

Contas a receber	4.627	-	-
Participação societária permanente	32.742	-	-
Equivalência patrimonial acumulada	6.663	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	3.517
Receitas financeiras	-	-	233
Outras receitas	-	-	7
	44.032	-	3.757

ARTEMIS

Contas a receber	467	-	-
JCP / Dividendos a receber	8.500	-	-
Participação societária permanente	146.892	-	-
Equivalência patrimonial acumulada	11.686	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	10.023
Receitas de prestação de serviços	-	-	33
Outras receitas	-	-	4
	167.545	-	10.060

PORTO VELHO

Contas a receber	5	-	-
Participação societária permanente	190.293	-	-
Equivalência patrimonial acumulada	3.916	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	682
Outras receitas	-	-	40
	194.214	-	722

NORTE BRASIL

Participação societária permanente	17.160	-	-
Equivalência patrimonial acumulada	(11.407)	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(77)


Notas Explicativas

	5.753	-	(77)
ETAU			
Contas a receber	55	-	-
JCP / Dividendos a receber	4.184	-	-
Participação societária permanente	9.567	-	-
Equivalência patrimonial acumulada	11.600	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	6.025
Receitas de prestação de serviços	-	-	451
Outras receitas	-	-	5
	25.406	-	6.481
ESBR			
Participação societária permanente	506.342	-	-
Equivalência patrimonial acumulada	(10.094)	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(2.396)
	496.248	-	(2.396)
CERRO CHATO I			
Contas a receber	3	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	46.260	-	-
Participação societária permanente	180	-	-
Equivalência patrimonial acumulada	(180)	-	-
Receitas de uso da rede elétrica	-	-	1
Outras receitas	-	-	4
	46.263	-	5
CERRO CHATO II			
Contas a receber	4	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	80.910	-	-
Participação societária permanente	180	-	-
Equivalência patrimonial acumulada	(180)	-	-
Receitas de uso da rede elétrica	-	-	7
Outras receitas	-	-	4
	80.914	-	11
CERRO CHATO III			
Contas a receber	4	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	74.790	-	-
Participação societária permanente	180	-	-
Equivalência patrimonial acumulada	865	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	1.139
Receitas de uso da rede elétrica	-	-	15
Outras receitas	-	-	4
	75.839	-	1.158

Notas Explicativas

TELES PIRES

Adiantamento para futuro aumento de capital	95.698	-	-
Participação societária permanente	(290)	-	-
Equivalência patrimonial acumulada	(326)	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(616)
	<u>95.082</u>	<u>-</u>	<u>(616)</u>

INTEGRAÇÃO

Participação societária permanente	-	-	-
Equivalência patrimonial acumulada	7.158	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	4.875
	<u>7.158</u>	<u>-</u>	<u>4.875</u>

AMAPARI ENERGIA

Participação societária permanente	41.533	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	19.942
	<u>41.533</u>	<u>-</u>	<u>19.942</u>

ENERGÉTICA ÁGUAS

Participação societária permanente	61.985	-	-
Contas a receber	48	-	-
Consumidores e revendedores	303	-	-
Outros ativos (especificar, se relevante)	10	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	13.633
	<u>62.346</u>	<u>-</u>	<u>13.633</u>

FACHESF

Contribuições previdenciárias	-	4.163	-
Contratos de dividas atuariais	-	301.741	-
Despesas financeiras	-	-	(26.955)
Despesas operacionais	-	-	(8.083)
	<u>-</u>	<u>305.904</u>	<u>(35.038)</u>

NORTE ENERGIA

Participação societária permanente	175.041	-	-
Outros resultados abrangentes	-	(3)	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	1.375
	<u>175.041</u>	<u>(3)</u>	<u>1.375</u>

TDG

Participação societária permanente	14.392	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	1.374
	<u>14.392</u>	<u>-</u>	<u>1.374</u>

MANAUS TRANSMISSÃO

Contas a receber	74	-	-
------------------	----	---	---

Notas Explicativas

Participação societária permanente	62.159	-	-
Outros resultados abrangentes	-	(2.715)	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	1.649
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(5.079)
	<u>62.233</u>	<u>(2.715)</u>	<u>(3.430)</u>

IEMADEIRA

Participação societária permanente	352.951	-	-
Contas a receber	260	-	-
Outros resultados abrangentes	-	(1)	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	4.638
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	14.938
	<u>353.211</u>	<u>(1)</u>	<u>19.576</u>

MANAUS CONSTRUÇÃO

Participação societária permanente	13.576	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	7.627
	<u>13.576</u>	<u>-</u>	<u>7.627</u>

STN

Participação societária permanente	195.146	-	-
Fornecedores	-	1.279	-
Outros resultados abrangentes	-	(401)	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	28.594
Receitas de prestação de serviços	-	-	1.534
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(7.972)
	<u>195.146</u>	<u>878</u>	<u>22.156</u>

INTESA

Participação societária permanente	31.315	-	-
Fornecedores	-	983	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	2.109
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(6.250)
	<u>31.315</u>	<u>983</u>	<u>(4.141)</u>

EAPS

Participação societária permanente	74.719	-	-
Outros resultados abrangentes	-	(172)	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	13.805
	<u>74.719</u>	<u>(172)</u>	<u>13.805</u>

ESBR Part.

Participação societária permanente	496.214	-	-
Outros resultados abrangentes	-	(190)	-
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(2.397)
	<u>496.214</u>	<u>(190)</u>	<u>(2.397)</u>

Notas Explicativas

SETE GAMELEIRAS

Participação societária permanente	1.895	-	-
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(112)
	<u>1.895</u>	-	<u>(112)</u>

S. PEDRO DO LAGO

Participação societária permanente	1.842	-	-
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(104)
	<u>1.842</u>	-	<u>(104)</u>

PEDRA BRANCA

Participação societária permanente	1.790	-	-
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(126)
	<u>1.790</u>	-	<u>(126)</u>

BRASV. MIASSABA

Adiantamento para futuro aumento de capital	8.112	-	-
Participação societária permanente	(291)	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(291)
	<u>7.821</u>	-	<u>(291)</u>

BRASV. EOLO

Adiantamento para futuro aumento de capital	6.152	-	-
Participação societária permanente	(467)	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(466)
	<u>5.685</u>	-	<u>(466)</u>

ANDE

Consumidores e revendedores	56.908	-	-
Outros ativos	13.896	-	-
Obrigações diversas	-	26.973	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	142.392
Receitas financeiras	-	-	2.006
Despesas financeiras	-	-	294
Outras despesas	-	-	(22.278)
	<u>70.804</u>	<u>26.973</u>	<u>122.415</u>

FIBRA

Contas a pagar	-	43.130	-
Contribuições previdenciárias	-	1.019	-
Despesas financeiras	-	-	(3.590)
Contribuições previdenciárias	-	-	(13.118)
	-	<u>44.149</u>	<u>(16.708)</u>

CAJUBI

Contas a pagar	-	17.379	-
----------------	---	--------	---

Notas Explicativas

Contribuições previdenciárias	-	921	-
Outros passivos	-	534.063	-
Despesas financeiras	-	-	(294)
Contribuições previdenciárias	-	-	(14.157)
	-	552.364	(14.451)

ENERPEIXE

Contas a receber	549	-	-
Consumidores e revendedores	548	-	-
Participação societária permanente	525.201	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	44.181
Receitas de prestação de serviços	-	-	5.173
Receitas de uso da rede elétrica	-	-	3.223
	526.298	-	52.577

TRANSLESTE

JCP / Dividendos a receber	1.335	-	-
Participação societária permanente	22.854	-	-
Fornecedores	-	(132)	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	3.171
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(842)
	24.189	(132)	2.329

TRANSUDESTE

JCP / Dividendos a receber	3.076	-	-
Contas a receber	21	-	-
Participação societária permanente	13.552	-	-
Fornecedores	-	(82)	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	1.801
Receitas de prestação de serviços	-	-	91
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(521)
	16.649	(82)	1.371

TRANSIRAPÉ

JCP / Dividendos a receber	2.432	-	-
Participação societária permanente	10.403	-	-
Fornecedores	-	(56)	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	1.357
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(361)
	12.835	(56)	996

CENTROESTE

Adiantamento para futuro aumento de capital	3.528	-	-
Contas a receber	50	-	-
Participação societária permanente	16.431	-	-
Fornecedores	-	(56)	-

Notas Explicativas

Receitas de equivalência patrimonial	-	-	2.711
Receitas de prestação de serviços	-	-	381
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(354)
	20.009	(56)	2.738

BAGUARI

Consumidores e revendedores	41	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	82.632	-	-
Participação societária permanente	5.500	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	5.500
Receitas de uso da rede elétrica	-	-	179
	88.173	-	5.679

RETIRO BAIXO

Contas a receber	2.605	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	58	-	-
Participação societária permanente	105.798	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(980)
	108.461	-	(980)

CHAPECOENSE

Consumidores e revendedores	800	-	-
Participação societária permanente	286697	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	7.181
Receitas de prestação de serviços	-	-	832
Receitas de uso da rede elétrica	-	-	4.475
	287.497	-	12.488

MADEIRA ENERGIA

Participação societária permanente	473.378	-	-
Contas a receber	1.400	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(77.119)
Receitas de prestação de serviços	-	-	16.442
	474.778	-	(60.677)

INAMBARI

Contas a receber	252	-	-
Participação societária permanente	6.158	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(531)
	6.410	-	(531)

TRANSENERGIA RENOVÁVEL

Adiantamento para futuro aumento de capital	21.070	-	-
Contas a receber	72	-	-
Participação societária permanente	39.871	-	-

Notas Explicativas

Fornecedores	-	(9)	-
Contas a pagar	-	(111)	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	274
Receitas de prestação de serviços	-	-	1.551
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(50)
	61.013	(120)	1.775

MGE TRANSMISSÃO

Participação societária permanente	9.913	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	8.820	-	-
Contas a receber	125	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	1.248
Receitas de prestação de serviços	-	-	466
	18.858	-	1.714

GOIÁS TRANSMISSÃO

Participação societária permanente	14.738	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	9.800	-	-
Contas a receber	51	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	1.569
Receitas de prestação de serviços	-	-	1.293
	24.589	-	2.862

REI DOS VENTOS

Adiantamento para futuro aumento de capital	6.116	-	-
Participação societária permanente	(299)	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(299)
	5.817	-	(299)

SEFAC ENERGIA

Adiantamento para futuro aumento de capital	47.677	-	-
Participação societária permanente	113.921	-	-
Contas a receber	35	-	-
Fornecedores	-	(11.946)	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(28.961)
Receitas de prestação de serviços	-	-	322
Compra de energia	-	-	(86.415)
	161.633	(11.946)	(115.054)

TRANS SÃO PAULO

Adiantamento para futuro aumento de capital	16.562	-	-
Participação societária permanente	5.976	-	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	10
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	1.438
	22.538	-	1.448


Notas Explicativas
TRANS GOIÁS

Participação societária permanente	2.808	-	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	5
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	41
	<u>2.808</u>	<u>-</u>	<u>46</u>

CALDAS NOVAS

Participação societária permanente	50	-	-
	<u>50</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

A controladora final da Eletrobras é a União que detém 41.59% das ações ordinárias e preferenciais da companhia (Nota 38).

As transações da Eletrobras com suas subsidiárias, controladas e sociedades de propósito específico são realizadas a preços e condições compatíveis com as que seriam praticadas no mercado. Dentre as principais operações ocorridas com as partes relacionadas, destacamos os empréstimos e financiamentos concedidos estabelecidos nas mesmas condições existentes no mercado e/ou de acordo com a legislação específica sobre o assunto. As demais operações também foram estabelecidas em condições normais de mercado.

Não há, também, operações com pessoas físicas consideradas partes relacionadas, exceto com acionistas.

Remuneração de Pessoal Chave

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Remuneração dos Diretores e dos Conselheiros	3.329	2.777	17.966	18.167
Salários e encargos sociais	753	716	3.734	3.642
Outros	370	108	2.097	1.952
	<u>4.452</u>	<u>3.602</u>	<u>23.797</u>	<u>23.760</u>

NOTA 42 – EVENTOS SUBSEQUENTES**I - Captação de US\$ 1,75 Bilhão**

A Eletrobras realizou no dia 20 de outubro de 2011, uma captação de dívida no mercado externo no valor de US\$ 1,75 bilhão, com prazo de vencimento de 10 anos e juros de 5,75% ao ano, uma remuneração de 357 pontos básicos sobre os títulos do Tesouro americano e de 190 pontos básicos acima dos títulos do Tesouro do Brasil, o preço de emissão foi de 100% do valor de face, o yield para o investidor também se manteve 5,75% a.a.. Os recursos decorrentes desta captação ficaram disponíveis para Eletrobras no dia 27 de outubro de 2011.

II - EDP – Energias de Portugal

Notas Explicativas

A Eletrobras apresentou, na data de 21 de outubro 2011, proposta não vinculante para aquisição de 21,35% (vinte e um vírgula trinta e cinco por cento) do capital social total e direitos de voto da Energias de Portugal – EDP, atualmente detidos pela Parpublica - Participações Públicas (SGPS).

III- Redução da taxa de remuneração

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL aprovou em 08 de novembro de 2011 a redução da taxa de remuneração das empresas detentoras de concessões de serviço público de distribuição de energia elétrica, passando de 9,95% a.a., para 7,5% a.a.. O novo índice será aplicado no terceiro ciclo de revisão tarifária, produzindo efeitos sobre o resultado da Companhia nos próximos quatro anos. A queda da taxa de remuneração significa uma redução de dois pontos percentuais em relação à taxa de remuneração aplicada no segundo ciclo de revisão tarifária.

A Administração esta avaliando os efeitos sobre a Companhia não sendo possível, neste momento, mensurar com razoável certeza o impacto sobre os resultados futuros das empresas de distribuição do Sistema Eletrobras.

José da Costa Carvalho Neto*Presidente***Armando Casado de Araújo***Diretor Financeiro e de Relações com Investidores***Valter Luiz Cardeal de Souza***Diretor de Engenharia***Miguel Colasuonno***Diretor de Administração***Marcos Aurélio Madureira da Silva***Diretor de Distribuição***José Antônio Muniz Lopes***Diretor de Transmissão***João Vicente Amato Torres***Contador**CRC-RJ-057.991/O-S-DF*

Outras Informações Relevantes:**1 – Posição acionária por espécie e classe dos acionistas detentores de mais de 5% das ações do capital social da Companhia.****▪ Eletrobras:**

Acionistas 30/09/2011	Ordinárias (unidades)		Pref. "A" (unidades)		Pref. "B" (unidades)		Total	
União Federal (3)	552.968.382	50,87%			2.252	0,00%	552.970.634	40,88%
BNDESPAR	180.757.951	16,63%			18.691.102	7,04%	199.449.053	14,75%
BNDES (1)	76.338.832	7,02%			18.262.671	6,88%	94.601.503	6,99%
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND * (2)	45.621.589	4,20%					45.621.589	3,37%
CEF	8.701.564	0,80%					8.701.564	0,64%
Fundo Garantidor de Habitação – FHAB *	1.000.000	0,09%					1.000.000	0,07%
Fundo Garantidor para Investimentos – FGI *					8.750.000	3,30%	8.750.000	0,65%
Fundo de Garantia de Operações – FGO *					468.600	0,18%	468.600	0,03%
CAE	525	0,00%					525	0,00%
Diretores	1	0,00%					1	0,00%
JP Morgan Chase Bank **	76.248.894	7,01%			37.384.355	14,08%	113.633.249	8,40%
Paola Penotti Chiappa			22.800	15,52%			22.800	0,00%
Giovanni Chiappa			9.212	6,27%			9.212	0,00%
Skagen K. T. Verdipapirfond ***					27.759.663	10,46%	27.759.663	2,05%
Victor Adler			8.194	5,58%			8.194	0,00%
Outros	145.412.559	13,38%	106.714	72,63%	154.118.240	58,06%	299.637.513	22,17%
Total	1.087.050.297	100,00%	146.920	100,00%	265.436.883	100,00%	1.352.634.100	100,00%

* Fundos no qual o Governo Federal participa.

** Banco depositário dos ADRs de emissão da Eletrobras.

*** Fundos sediados no exterior os quais não se têm abertura de participantes.

(1) Das 82.307.232 ações ON, 80.513.664 pertencem ao BNDES e 1.793.568 pertencem ao Fundo de Participação Social (FPS) do qual o Banco é gestor.

(2) O acionista FND foi extinto, conforme MP 507/10, de 30/12/10. Após o processo de inventário, serão transferidas 30.058.641 ações ON ao acionista União Federal.

(3) União incorporou 1.420 ações PNB provenientes da Rede Ferroviária Federal, conforme ofício nº 016/INV/RFFSA/2001 enviado pelo Ministério dos Transportes.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

O BNDES possui 100% do capital social do BNDESPAR.

O BNDES é uma empresa pública federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

2 – Quantidade e característica dos Valores Mobiliários de emissão da Companhia detidos pelos grupos acionista Controlador, Administradores e Membros do Conselho Fiscal, conforme o artigo 4.2, item III do Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 1 da Bovespa.

2.1 – Acionista Controlador e Administradores (Eletrobras):

Acionistas Em 30/09/2011	Ordinárias (unidades)		Pref. "A" (unidades)		Pref. "B" (unidades)		Total (unidades)	
Controlador	865.388.318	79,60%	0	0,00%	46.174.625	17,40%	911.562.943	67,39%
Conselho de Administração	525	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	525	0,00%
Diretores	1	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	0,00%
Conselho Fiscal	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Total	865.388.844	79,60%	0	0,00%	46.174.625	17,40%	911.563.469	67,40%

2.2 – Ações em Circulação (Free Float):

Acionistas Em 30/09/2011	Ordinárias (unidades)		Pref. "A" (unidades)		Pref. "B" (unidades)		Total (unidades)	
Outros*	221.661.453	20,40%	146.920	100,00%	219.262.258	82,60%	441.070.631	32,60%

* Já deduzidas as 526 ações ON em poder dos Administradores (Diretores e Membros do Conselho de Administração).

2.3 - Total Geral:

Acionistas Em 30/09/2011	Ordinárias (unidades)		Pref. "A" (unidades)		Pref. "B" (unidades)		Total (unidades)	
Total Geral	1.087.050.297	100,00%	146.920	100,00%	265.436.883	100,00%	1.352.634.100	100,00%

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

3 - Evolução da participação dos Valores Mobiliários de emissão da Companhia detidos pelos grupos acionista Controlador, Administradores e Membros do Conselho Fiscal, conforme o artigo 4.2, item IV do Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 1 da Bovespa.

3.1 - Acionista Controlador e Administradores (Eletrobras):

Acionistas Em 30/09/2010	Ordinárias (unidades)		Pref. "A" (unidades)		Pref. "B" (unidades)		Total (unidades)	
Controlador (União Federal)	708.035.780	78,23%	0	0,00%	28.550.314	12,57%	736.586.094	65,05%
Conselho de Administração	420	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	420	0,00%
Diretores	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Conselho Fiscal	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Total	708.036.200	78,23%	0	0,00%	28.550.314	12,57%	736.586.514	65,05%

3.2 - Ações em Circulação (Free Float):

Acionistas Em 30/09/2010	Ordinárias (unidades)		Pref. "A" (unidades)		Pref. "B" (unidades)		Total (unidades)	
Outros***	196.987.327*	21,77%	146.920	100,00%	198.636.329	87,43%	395.770.576	34,95%

*** Já deduzidas as 420 ações em poder dos Administradores (Diretores e Membros do Conselho de Administração).

3.3 - Total Geral:

Acionistas Em 30/09/2010	Ordinárias (unidades)		Pref. "A" (unidades)		Pref. "B" (unidades)		Total (unidades)	
Total Geral	905.023.527	100,00%	146.920	100,00%	227.186.643	100,00%	1.132.357.090	100,00%

Data base: 30/09/2010

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras (doravante denominada "Companhia" ou "Eletrobras"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Continuidade operacional das empresas controladas do segmento de distribuição

Chamamos a atenção para a Nota 14 às informações financeiras intermediárias, que descreve que certas empresas controladas do segmento de distribuição têm apurado prejuízos repetitivos em suas operações e apresentaram excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do período, no montante de R\$ 1.063.045 mil. Essa situação suscita dúvidas sobre a continuidade operacional dessas empresas. As informações financeiras intermediárias não incluem quaisquer ajustes em virtude dessas incertezas. Nosso relatório não está ressalvado em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias
do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período findo em 30 de setembro de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Revisão dos valores correspondentes
ao trimestre anterior

As normas de auditoria anteriormente vigentes permitiam divisão de responsabilidade, portanto, as revisões das informações financeiras intermediárias do período findo em 30 de setembro de 2010 de determinadas empresas coligadas foram conduzidas sob a responsabilidade de outros auditores independentes. Nas informações contábeis da Eletrobras, os investimentos dessas empresas coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e representam investimentos de R\$ 5.576.939 mil em 30 de setembro de 2010 e a participação nos resultados monta a R\$ 266.434 mil no período findo em 30 de setembro de 2010. As demonstrações financeiras da Itaipu Binacional, com ativos totais de R\$ 9.574.839 mil em 30 de setembro de 2010, incluídas nas informações contábeis consolidadas, foram também revisadas por outros auditores independentes. Nosso relatório, no que se refere aos valores gerados por essas empresas coligadas, estava fundamentado exclusivamente nos relatórios desses outros auditores e continha ressalva quanto à falta de revisão por auditores independentes das informações financeiras de determinadas empresas coligadas, cujos investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial pela Companhia e suas controladas, sendo que o valor desses investimentos em 30 de setembro de 2010 e os resultados por eles produzidos no período findo nesta data são de R\$ 1.998.673 mil e R\$ 28.306 mil, respectivamente.

Adicionalmente, os seguintes parágrafos de ênfase foram incluídos em nosso relatório: (a) realização dos créditos tributários e reembolso dos gastos com a compra de insumos decorrentes da produção de energia incorridos pelas empresas que estão no Sistema Isolado para o período de agosto de 2009 a março de 2010, em função da homologação da Lei no. 12.111/2009 pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; (b) homologação em caráter provisório, da base de remuneração regulatória da empresa controlada Amazonas Energia; (c) continuidade normal dos negócios de certas empresas controladas do segmento de distribuição; (d) realização dos créditos de ajuste na Conta de Resultados a Compensar - CRC referentes à complementação e suplementação de aposentadoria de seus funcionários ex-autárquicos conforme decisão judicial favorável das empresas coligadas CEEE - D - Companhia de Estadual de Distribuição de Energia Elétrica e CEEE - GT - Companhia Estadual de Geração e Distribuição de Energia Elétrica; (e) reembolso referente aos gastos com plano de complementação de aposentadia pela Lei no. 4.819/1957 na empresa coligada CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista; e (f) continuidade normal dos negócios da empresa coligada EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" DF

Guilherme Naves Valle Sergio Eduardo Zamora
Contador CRC 1MG070614/O-5 "S" DF Contador CRC 1SP168728/O-4 "S" DF

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
0	